



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES**  
**INTERNACIONAIS**

**GUSTAVO ALVES DE ANDRADE**

**VOZES IMPRESSAS: O TRATAMENTO DOS BRICS NOS EDITORIAIS DOS**  
**JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO ENTRE 2009**  
**E 2019**

**JOÃO PESSOA**  
**2023**

**GUSTAVO ALVES DE ANDRADE**

**VOZES IMPRESSAS: O TRATAMENTO DOS BRICS NOS EDITORIAIS DOS  
JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO ENTRE 2009  
E 2019**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira

**JOÃO PESSOA**

**2023**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

A553v Andrade, Gustavo Alves de.

Vozes impressas : o tratamento dos BRICS nos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo entre 2009 e 2019 / Gustavo Alves de Andrade. - João Pessoa, 2023.

110 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Análise de conteúdo - Jornais. 2. BRICS. 3. Editoriais. 4. Análise do discurso. 5. Mídias. I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/BC

CDU 303.643.3:070(043)



Universidade Federal da Paraíba

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ATA Nº 27**

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10h00min, no Sala Multimídia CCSA UFPB Campus, instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) GUSTAVO ALVES DE ANDRADE. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dra. SILVIA GARCIA NOGUEIRA, UEPB, examinadora externa à instituição, Dr. SAMIR PERRONE DE MIRANDA, UFPB, examinador interno, Dr. TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA, UFPB, presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte do professor Dr. TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA, que de imediato solicitou a(o) candidato (a) que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada VOZES IMPRESSAS: O TRATAMENTO EDITORIAL DOS BRICS NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO ENTRE 2009 E 2019. Concluída a exposição, o professor Dr. TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA, presidente, passou a palavra à professor Dra. SILVIA GARCIA NOGUEIRA, para arguir o candidato, e, em seguida, ao professor Dr. SAMIR PERRONE DE MIRANDA para que fizesse o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido aprovado o candidato, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de 90 dias; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. O candidato não terá o título se não cumprir as exigências acima.

**Dra. SILVIA GARCIA NOGUEIRA, UEPB**

Examinador Externo à Instituição

**Dr. SAMIR PERRONE DE MIRANDA, UFPB**

Examinador Interno

**Dr. TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA, UFPB**

Presidente

**GUSTAVO ALVES DE ANDRADE**

Mestrando

A minha mãe, Edvânia, que semeou em mim a paixão pelo saber e pela vida, e ao meu pai, Janildo, eterno farol de amor e sabedoria.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo desta trajetória, muitas foram as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho. Apesar da inviabilidade de mencionar adequada e justamente cada uma, desejo manifestar minha gratidão a todas aquelas que se mostraram fundamentais para que este projeto se concretizasse.

A minha mãe, Edvânia Alves, cujos estímulos e incentivos ininterruptos compuseram a pedra angular da realização deste sonho.

Ao meu pai, Janilto Andrade, por cada momento de apoio emocional e logístico, pilares essenciais em minha jornada.

A minha cunhada, Rejane Haidée, um agradecimento especial por, na mesma época que minha mãe, me apresentar a este programa de Mestrado da UFPB, abrindo novos horizontes na minha vida acadêmica e pessoal.

Às minhas irmãs, Marina Andrade e Janira Andrade, por sempre torcerem por mim e pelo meu sucesso, em todas as etapas da vida.

À minha namorada, Yasmim da Silva, por compreender minhas longas horas de ausência dedicadas à escrita deste texto.

Ao meu orientador, professor Túlio Sérgio Henriques Ferreira, sou grato por ser a bússola – ou, em linguagem mais atual, o GPS – que direcionou cada passo deste percurso, iluminando o caminho a ser percorrido.

Aos professores Silvia Garcia Nogueira e Samir Perrone de Miranda, meu agradecimento pelas sugestões e críticas valiosas no momento da qualificação deste trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB, pelos ensinamentos que me fizeram abrir os olhos para temas fascinantes de política internacional.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), pela bolsa concedida, fundamental para a realização deste estudo, marcando um capítulo decisivo em minha formação intelectual.

Fevereiro de 2024

Gustavo Alves de Andrade

## RESUMO

Esta dissertação aborda as formas pelas quais empresas midiáticas no Brasil avaliam a existência dos BRICS, coalizão atualmente formada por dez países em desenvolvimento – sendo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul os cinco que compõem o acrônimo –, como aliança geopolítica, com a finalidade de identificar o sentimento predominante (positivo, negativo ou neutro) em suas linhas editoriais. Para atingir esse objetivo, examinam-se, a partir de pressupostos teóricos da Análise do Discurso de Bakhtin e metodológicos da Análise de Conteúdo desenvolvidas por Laurence Bardin, editoriais de três dos maiores jornais em circulação no Brasil: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, no período compreendido entre 2009 e 2019, com o *software* de análise textual *Iramuteq*. A pesquisa revelou que a hipótese inicial, sugerindo uma abordagem essencialmente negativa dos veículos em relação aos BRICS, foi parcialmente validada. Enquanto um dos jornais adota uma postura crítica, os outros dois apresentam visões mais equilibradas, demonstrando uma pluralidade de opiniões e enfoques editoriais.

Palavras-chave: Mídia; BRICS; Editoriais; Discurso; Análise de Conteúdo.

## ABSTRACT

This dissertation looks at the ways in which media companies in Brazil evaluate the existence of the BRICS, a coalition currently made up of ten developing countries - Brazil, Russia, India, China and South Africa being the five that make up the acronym - as a geopolitical alliance, with the aim of identifying the prevailing feeling (positive, negative or neutral) in their editorial lines. To achieve this goal, editorials from three of the largest newspapers in circulation in Brazil: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo and O Globo, from 2009 to 2019, were analysed using the textual analysis software Iramuteq, based on the theoretical assumptions of Bakhtin's Discourse Analysis and the methodological assumptions of Content Analysis developed by Laurence Bardin. The research revealed that the initial hypothesis, suggesting an essentially negative approach by the media towards the BRICS, was partially validated. While one of the newspapers adopts a critical stance, the other two present more balanced views, demonstrating a plurality of opinions and editorial approaches.

Keywords: Media; BRICS; Editorials; Discourse; Content Analysis.

## SUMÁRIO

1. CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	17
1.1. Além do Ocidente: BRICS e a construção da multipolaridade.....	18
1.2. O papel da mídia na Política Externa Brasileira .....	26
1.3. Além das palavras: a teoria bakhtiniana do discurso .....	31
1.4. Os editoriais como gênero discursivo .....	35
2. CAPÍTULO II – ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DOS EDITORIAIS.....	39
2.1. Breve histórico dos jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo.....	39
2.1.1. <i>O Estado de S. Paulo</i> .....	39
2.1.2. <i>Folha de São Paulo</i> .....	41
2.1.3. <i>O Globo</i> .....	42
2.2. Decodificando discursos: a técnica da Análise de Conteúdo.....	43
2.3. Formulação das hipóteses e dos objetivos .....	49
2.4. Composição da base de dados.....	51
2.5. Preparação e codificação dos dados.....	54
2.6. Categorização e classificação .....	57
3. CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	60
3.4.1. Estratégias retóricas .....	79
3.4.2. Contextualização dos temas .....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	90
REFERÊNCIAS .....	93

## INTRODUÇÃO

A mídia é um dos principais agentes de formação da opinião pública na sociedade contemporânea. Por meio de diferentes plataformas e formatos, além de informar, educar, entreter e influenciar o modo como as pessoas percebem e interagem com o mundo (MOREIRA, 2010), ela também tem um papel político e econômico importante, pois pode moldar agendas, discursos e interesses de governos e empresas. Nesse contexto, tendo em vista ser nossa realidade ambientada e estruturada pela comunicação – o que levou autores a denominarem a era em que vivemos de “Idade Mídia” (RUBIM, 2000, p. 26) –, é fundamental analisar como a mídia se relaciona com questões globais que afetam a humanidade, tais como paz, segurança, desenvolvimento e cooperação. Uma dessas questões é a atuação de países em desenvolvimento na atual reconfiguração geopolítica do poder, caracterizada pelo deslocamento dos centros tradicionais de influência – Ocidente e Norte – para outras regiões – Oriente e Sul (PINO, 2012). Dentre esses países, podemos destacar os BRICS, agrupamento que vem se destacando como importante ator internacional.

Os BRICS – acrônimo que designa os países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e que atualmente conta com dez membros (PRAZERES, 2023) – constituem um grupo de nações emergentes e de expressiva influência geopolítica nas últimas décadas, notadamente pelo seu potencial para fazerem parte das maiores economias do planeta dentro de um espaço razoavelmente curto de tempo. O termo foi inicialmente cunhado em 2001, pelo economista Jim O'Neill, do banco Goldman Sachs, para descrever os principais atores econômicos estatais que estavam se destacando no cenário internacional (O'NEILL, 2001) e, em seguida, desde a sua constituição, em 2009, os BRIC – ainda sem a África do Sul, que veio a se incorporar à coalizão em 2011 – buscaram intensificar seus laços de cooperação e atuar conjuntamente em questões globais, abrangendo áreas como comércio, política, segurança e desenvolvimento sustentável. O grupo surgiu com o propósito de adotar uma abordagem mais inclusiva nas relações internacionais, questionando a hegemonia tradicional das potências ocidentais e contribuindo para a configuração de um mundo multipolar (JOINT COMMUNIQUE..., 2008). Embora não venha fazer parte do período a ser analisado neste trabalho, vale destacar que, no ano de 2023, à margem da XV Cúpula dos BRICS, foi acordada a entrada de seis novos membros na aliança: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã (BRICS, 2023) – depois, por decisão do novo presidente eleito na Argentina, ficou decidido

pela retirada deste país do bloco (FIGUEIREDO, 2023) –, o que ilustra, ainda mais, a pluralidade e a força que a coalizão vem adquirindo hodiernamente.

Na qualidade de mecanismo de cooperação entre economias emergentes, os BRICS têm se consolidado como um importante elemento da Política Externa Brasileira (PEB), que busca fortalecer a diplomacia Sul-Sul e ampliar a influência geopolítica dos países membros no sistema internacional. A PEB, além de ter como um de seus principais objetivos o desenvolvimento nacional, que, no âmbito dos BRICS, pode ser ampliado pelos acordos e parcerias estabelecidos, segue os princípios de soberania, autonomia, não indiferença e não intervenção (HERMANN, 2011). Nesse sentido, os BRICS representam uma oportunidade para o Brasil exercer uma política externa mais ativa e diversificada, em consonância com seus interesses domésticos e suas aspirações à inserção no plano político internacional de maneira mais assertiva (FERNANDES e CARDOSO, 2017).

Em se tratando de Política Externa Brasileira, indispensável se faz lançar luz a uma subdisciplina da grande área das Relações Internacionais, a Análise de Política Externa (APE). A APE, que se dedica a estudar as ações políticas dos Estados no ambiente internacional, levando em conta fatores internos e externos que influenciam os processos decisórios, é uma área de pesquisa multidimensional e multicausal que utiliza diferentes instrumentos teóricos e metodológicos para dissecar a complexidade da política externa (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013). No caso da PEB, a APE muito tem se desenvolvido nas últimas décadas, buscando analisar as mudanças e continuidades da atuação internacional do Brasil, bem como os desafios e possibilidades de um campo de estudos em constante evolução – tanto que um dos aspectos que a APE considera na sua abordagem é a existência de vários atores que podem influenciar na formulação da PEB, tais como o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, as Forças Armadas, as empresas, as organizações não governamentais (ONGs) e a mídia (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013). Esta última é considerada por alguns autores como o “quarto poder”, capaz mesmo de moldar a opinião pública e pressionar os tomadores de decisão (AMORIM, 2015).

A mídia pode dialogar com a sociedade através de vários canais de comunicação. Dentre eles estão os editoriais, textos que, além de expressarem a opinião coletiva dos responsáveis pela redação da empresa sobre algum tema de interesse público, não se propõem a ser propriamente notícias, mas sim análises críticas que buscam orientar, informar ou persuadir os leitores a respeito de determinada questão (AZEVEDO e CHAIA, 2008). Sua importância para a análise da Política Externa Brasileira reside no fato de que eles revelam a visão dos jornais sobre a atuação internacional do Brasil, bem como os interesses e valores que estão em jogo nas relações com outros países. Os editoriais podem ser fontes de informação, crítica ou apoio

à política externa brasileira e, por expressarem o ponto de vista da empresa midiática, podem contribuir para moldar a opinião dos leitores e o processo decisório político – por isso, é importante ler e comparar editoriais de diferentes jornais para se ter uma visão mais ampla e plural da PEB.

Nessa perspectiva, analisar o tratamento dado aos BRICS pelos editoriais dos jornais brasileiros se mostra pertinente, pois estes desempenham um significativo papel na formação da opinião pública – aqui compreendida como um espaço de debate público baseado na crítica e na razão que, muito embora o panorama seja contestável, tendo em vista a o domínio burguês do *locus* social, a realidade do Estado de bem-estar constitucional vem sendo capaz de desenvolver um público político cada vez mais atuante (HABERMAS, 1978; BOURDIEU, 1980) – e na construção de narrativas sobre diversos temas, inclusive a respeito dos países emergentes. Compreender como os BRICS são abordados pelos principais veículos de comunicação no Brasil permite identificar tendências, vieses ideológicos e potenciais influências na percepção da sociedade sobre essa aliança geopolítica. Ademais, o exame dos editoriais nos mostra pontos importantes sobre a relação entre a mídia e as dinâmicas nas relações internacionais, contribuindo para uma compreensão mais ampla do papel da imprensa na disseminação de informações sobre questões globais.

Levando em consideração o destaque no cenário global que economias emergentes vieram adquirindo no decorrer das últimas décadas, mesmo os descrentes de que elas exerceriam algum papel relevante no cenário internacional – dentre eles, a imprensa nacional e internacional – passaram a considerar que a discussão em curso enfatizava a dimensão do seu crescimento e das consequências geopolíticas dele resultantes (CASTAÑEDA, 2010). Tamanha foi a dimensão do debate acerca do tema BRICS que, no seio do próprio corpo diplomático do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, encontramos opiniões diametralmente divergentes: há aqueles que enxergam ser a coalizão uma ilusão (ALMEIDA, 2022), enquanto outros veem-na como uma aliança de significativa importância na geopolítica contemporânea (AMORIM, 2023).

Vale destacar que a literatura recente revela um longo período de negligência sobre o impacto da opinião pública no contexto da política externa, atribuído essencialmente à percepção que tomadores de decisão têm a respeito de sua volatilidade (BAUM e POTTER, 2008, 2019). Todavia, tendo em mente a realidade de que detentores do poder possuem uma disposição para manipular notícias em seu próprio benefício, nos últimos anos verifica-se um incremento no número de estudos que se propõem a enriquecer o debate sobre o tema, sobretudo na área de Análise de Política Externa (FERREIRA e CUNHA, 2021). Nesta toada, levando em

consideração serem os veículos de comunicação predominantemente dominados pela elite, estudos apontam para a relação estreita da mídia com a opinião pública, que pode tanto legitimar como minar o poder político (NAVEH, 2002). Em vista disso, a bibliografia moderna evidencia o diálogo e a interdependência entre opinião pública, meios de comunicação e formuladores de políticas especialmente no subcampo da APE, onde o vínculo dos tomadores de decisão com a opinião pública se mostra mais suscetível para análises (HUDSON, 2005). Neste sentido, o presente trabalho tem como propósito sublinhar a interação entre esses fatores, a partir da exploração de editoriais jornalísticos, e tendo como pano de fundo a realidade brasileira.

Seguindo essa lógica, é possível considerarmos que a mídia se constitui em um instrumento indispensável no contexto de uma sociedade democrática, visto que, dentre outras atribuições, pode definir os temas pertinentes para o debate público, divulgar informações políticas, exercer críticas a respeito de políticas públicas e canalizar as demandas da população (JESUS, 2014). A partir dessas considerações, pretende-se responder à seguinte problemática de pesquisa: como a existência dos BRICS, na condição de aliança geopolítica, é abordada nos editoriais dos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo? A hipótese aqui ventilada é a de que o jornalismo brasileiro possui um viés conservador e se encontra voltado especialmente para as elites (AZEVEDO, 2006); por conta disso, a visão dos três veículos a serem analisados tende a estar voltada para um entendimento negativo acerca da existência dos BRICS, visto que, além de a coalizão defender um projeto assumidamente anti-hegemônico – o que, em tese, vai de encontro aos interesses da tríade midiática em questão –, o bloco não conseguiria se sustentar por muito tempo na política internacional, primordialmente pelas significativas diferenças entre seus cinco membros, tanto internamente – em virtude de existirem regimes democráticos e ditatoriais (CHACRA, 2023) – como em suas políticas externas – em termos econômicos, por exemplo, o Brasil e a Rússia, em sua maior parte, são exportadores de commodities, enquanto a China se configura como uma grande importadora, o que pode fazer com que cada membro do grupo se beneficie de maneiras diferentes e, muitas vezes, opostas (STUENKEL, 2017).

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a cobertura em relação aos BRICS nos editoriais da Folha de São Paulo, do Estadão e do Globo, três dos principais jornais brasileiros, no intervalo de tempo entre 2009 e 2019<sup>1</sup>. O primeiro ano se justifica pelo fato de

---

<sup>1</sup> Parte significativa dos editoriais trabalhados foi selecionada a partir da base de dados da pesquisa CNPq intitulada “Política Externa Brasileira no Editorial dos três maiores jornais nacionais do Brasil (Folha de São Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo) no século XXI”, apresentada à Chamada MCTIC/CNPq n. 28/2018 Universal, desenvolvida entre os anos de 2019 e 2023, no Departamento de Relações internacionais e no Programa de Pós-

ter sido a data quando foi realizada a primeira reunião entre os presidentes da aliança e o segundo é referente ao ano imediatamente anterior à pandemia de covid-19, o que impossibilitou tanto a realização de encontro presencial entre os chefes de Estado dos BRICS (PANDEMIA..., 2020) como a canalização das energias para o investimento em cooperação no grupo (LUZ, 2020; SARDENBERG e BUOGO, 2022), tendo em vista que os membros estavam – ou pelo menos deveriam estar (GOMES, 2020; MENDONÇA, 2021; RIBEIRO *et al.*, 2022) – ocupados com produção da vacina, recuperação econômica e luta para evitar mais mortes. Já a escolha dos três jornais está fundamentada na relevância e representatividade desses veículos no cenário nacional: segundo dados do IVC Brasil (Instituto Verificador de Comunicação), esses são os três jornais de maior circulação no país (FOLHA..., 2020) – além disso, têm uma longa trajetória histórica e uma importante influência social.

Para alcançar o objetivo supramencionado, algumas etapas serão seguidas. Primeiramente, há de se contextualizar a relevância dos BRICS na configuração geopolítica contemporânea para, em seguida, delinear como a mídia atua na formação da opinião pública através dos seus editoriais. A partir desse ponto inicial, será necessário investigar as temáticas mais frequentes nos editoriais sobre os BRICS e comparar as perspectivas e os posicionamentos de cada jornal em relação a esse agrupamento de países. Por fim, serão identificadas as abordagens ideológicas de cada jornal a partir de uma análise das marcas linguísticas utilizadas, o que será feito com *software* específico.

Os BRICS, na condição de bloco de países emergentes, têm ganhado cada vez mais destaque na política internacional, tanto pela sua capacidade econômica como pela sua influência diplomática – o grupo representa, atualmente, cerca de 41% da população mundial e 24% do PIB global (MOUSINHO e COELHO, 2023). Além disso, os BRICS têm buscado ampliar sua cooperação em áreas como ciência, tecnologia, saúde, educação e segurança. A relevância dos BRICS é tamanha que, até agosto de 2023, houve o pedido de adesão de mais de 20 países ao bloco, demonstrando o interesse de outras nações em se associar a esse projeto de desenvolvimento conjunto (LISSOVOLIK, 2023; LULA..., 2023). Portanto, estudar os BRICS é fundamental para compreender as dinâmicas e os desafios da ordem mundial contemporânea – mais ainda sob a ótica da mídia.

Assim, explorar a maneira pela qual a mídia retrata os BRICS tem sua importância constatada sobretudo pelo ano de 2023, quando constatamos o atual presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva – que era o dirigente do Executivo à época em que foram concebidos os

BRICS –, já no primeiro semestre da sua atual gestão, voltando a falar em mecanismos de investimento em cooperação entre os membros do BRICS, especialmente no que tange ao desvencilhamento da dependência comercial internacional do dólar (GAYER, 2023). Ademais, vale lembrar o fato de o mandatário do Brasil em exercício também haver indicado Dilma Rousseff, chefe suprema da nação há até poucos anos, para a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o banco dos BRICS (ROSA, 2023) – indicação essa que terminou se concretizando (BISCHOFF, 2023) –, o que simboliza que, provavelmente, teremos uma maior presença e proatividade brasileira no âmbito da aliança geopolítica nos próximos momentos.

Nessa perspectiva, esta pesquisa busca contribuir, tanto no campo das relações internacionais como da comunicação, para o debate sobre o papel da imprensa na construção de imagens e discursos sobre atores globais. O tema em questão atesta igualmente sua pertinência para a comunidade acadêmica, no que tange ao futuro aprofundamento que pode ser feito nas análises sobre as representações midiáticas dos BRICS, e para os formuladores de políticas públicas – em especial da política externa –, que podem levar ainda mais em consideração, em seus processos decisórios, o relacionamento saudável do governo com a imprensa, haja vista que, além de uma característica de um sistema democrático, é através dela, em grande parte dos casos, que a informação chega à população, seja através de canais físicos ou digitais (SITES..., 2022).

Tendo em mente que a pesquisa terá como panorama os editoriais de alguns dos mais importantes jornais brasileiros, serão utilizados, do ponto de vista teórico-conceitual, em relação ao tema da análise discursiva, Mikhail Bakhtin (2003) e, quanto ao procedimento técnico-metodológico, Laurence Bardin (2013). No que tange às abordagens linguísticas utilizadas como marcas ideológicas presentes no discurso desses jornais, dois dos maiores nomes quando o assunto tratado é a análise do discurso são Bakhtin (2003) e Volochínov (2018), segundo quem todos os tipos de discurso são permeados por traços ideológicos – ou seja, a linguagem não é neutra, mas sim carregada de valores e interesses que refletem as condições históricas, sociais e culturais de produção e recepção das mensagens transmitidas. De acordo com a visão bakhtiniana, os discursos são dialógicos, isto é, estão em constante interação e relação com outros discursos, que podem ser confirmados, contestados ou transformados (BAKHTIN, 2003) – e esse foco da proposta de Bakhtin e seu Círculo (o dialogismo) é o que constitui a diferença da sua vertente para outras Análises de Discursos (PEREIRA e RODRIGUES, 2010; PAULA, 2013). Nessa perspectiva, a abordagem adotada neste trabalho consistirá no entendimento de que, por se constituírem em discursos complexos, os editoriais jornalísticos são construídos a partir de valores e definições intrínsecos ao objeto

discursivo, das conexões estabelecidas entre enunciados anteriores e, também, da emergência de diferentes vozes – por exemplo, do locutor e do interlocutor – relacionadas a determinado tema (SCORSOLINI-COMIN, 2014). Em síntese, editoriais de jornais estabelecem, constantemente, relações dialógicas com outras modalidades de discurso, o que, em contraposição a outras escolas do pensamento discursivo – como a francesa (PÊCHEUX, 2008) e a crítica (FAIRCLOUGH, 2010) –, torna a vertente bakhtiniana, conhecida como Análise Dialógica do Discurso (BRAIT e PISTORI, 2020; DESTRI e MARCHEZAN, 2021), a mais pertinente para ser aplicada a este trabalho.

A partir da Análise do Discurso (AD) bakhtiniana, é possível compreender como os textos midiáticos sobre os BRICS se inserem em uma conjuntura mais ampla de disputas e conflitos de sentidos sobre a ordem mundial. Bakhtin (2003) classifica os gêneros do discurso em dois tipos: os primários (mais simples e cotidianos) e os secundários (mais complexos, como um romance ou um texto jornalístico). Tendo em vista que o editorial de jornal se encaixa nessa segunda categoria, é inerente a esse tipo de produção textual a presença de vários elementos – dentre estes, interesses de grupos econômicos, marcas ideológicas e persuasão. Por conta disso, a argumentação é fundamental pra transmissão da ideologia do autor nesse tipo de texto, porque, mesmo que de modo indireto, ela revela os posicionamentos autorais sobre os temas abordados. No âmbito dos editoriais de jornais, a argumentação possui uma finalidade persuasiva ainda mais evidente, porque os redatores visam influenciar a opinião pública a aderir à visão do jornal. Assim, para identificar o que está oculto nas marcas ideológicas intrínsecas aos textos midiáticos, isto é, o “escondido, o latente, o não-aparente, [...] retido por qualquer mensagem” (BARDIN, 2013, p. 11), será utilizada uma metodologia que se propõe sistematizada e objetiva, com o fito de complementar a abordagem mais subjetiva da Análise do Discurso, denominada Análise de Conteúdo (AC), tendo em Laurence Bardin (2013) sua principal expoente.

A AC é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem por objetivos obter indicadores quantitativos e qualitativos, permitindo a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção e recepção das mensagens analisadas, e interpretar o sentido das comunicações, sejam elas verbais, escritas ou visuais, bem como possibilitar a identificação de valores e intenções presentes nos discursos dos emissores (CAMPOS, 2004). Essa metodologia se baseia em critérios objetivos de análise, tais como frequência, intensidade e direção das manifestações dos conteúdos nas mensagens (BARDIN, 2013) – dessa forma, a AC pode revelar o que está implícito ou subentendido nas manifestações midiáticas sobre os BRICS, bem como as pretensões e os efeitos dos discursos. Para realizar a Análise de Conteúdo, serão seguidas as etapas propostas por Bardin (2013): pré-análise, exploração do material e

tratamento dos resultados. A primeira consiste na organização e na seleção do material a ser analisado, já a segunda corresponde à codificação e classificação do material em unidades de sentido. Por fim, o tratamento dos resultados abarca a inferência e interpretação dos dados obtidos.

Embora constituam duas vertentes distintas das ciências da linguagem, a Análise do Discurso e a Análise de Conteúdo são metodologias que podem ser complementares e compatíveis na análise de textos e discursos. A primeira tem por objetivo compreender o sentido e a ideologia dos discursos, considerando o contexto histórico, social e cultural em que eles são produzidos e recebidos (BAKHTIN, 2003), enquanto a segunda visa quantificar e classificar os elementos dos textos, utilizando técnicas estatísticas e categorias predefinidas ou emergentes (BARDIN, 2013). Como demonstrado por meio da realização de produções acadêmicas sob essa perspectiva (MAURER; SILVEIRA; BISCHOFF, 2008; SILVESTRE; FIALHO; SARAGOÇA, 2014; LIMA e SILVA, 2018; DALLAGNOL e BROTTTO, 2021; SILUS; FONSECA; JESUS, 2021), esses dois métodos podem se articular de forma a oferecer um exame mais completo dos fenômenos discursivos, combinando os aspectos qualitativos e subjetivos da AD com os aspectos quantitativos e objetivos da AC – o que será feito neste trabalho com o fito de enriquecer a análise de editoriais jornalísticos.

Vale ressaltar que a pesquisa terá caráter tanto qualitativo como quantitativo, visto que será feita uma busca na base de dados desses três jornais a fim de encontrar os editoriais sobre os BRICS, e realizada a análise crítica dos textos desses editoriais, levando-se em conta aspectos linguísticos, ideológicos e argumentativos (PRODANOV e FREITAS, 2013). A primeira etapa (de busca nas bases de dados dos jornais) será feita tanto nos *sites* dos respectivos periódicos como a partir do programa *Excel*, de onde serão extraídos somente os editoriais que contenham, no título, subtítulo ou no corpo do texto os termos “BRIC”, “BRICs” ou “BRICS” – no intuito de englobar, também, o período em que a África do Sul ainda não fazia parte do grupo, ou seja, os anos de 2009 e 2010. A partir da extração dos editoriais selecionados, será utilizado o *software Iramuteq*, programa desenvolvido a partir das linguagens de programação *R* e *Python* e ligado ao pacote estatístico *R*, que tem como uma das suas principais finalidades realizar exames de corpos textuais a partir de, por exemplo, classificações hierárquicas descendentes, análises de similitude e nuvens de palavras (INTERFACE..., [s.d.]). Com o *Iramuteq*, será possível verificar se há convergências ou divergências entre os editoriais e a política externa brasileira em relação aos BRICS, bem como identificar as principais temáticas abordadas pelos editoriais e comparar as perspectivas, os posicionamentos ideológicos e os vieses argumentativos dos jornais em relação ao agrupamento geopolítico.

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro, apresentar-se-á uma revisão da literatura sobre os BRICS e a mídia; além disso, serão discutidas a teoria bakhtiniana da Análise do Discurso e o referencial teórico existente acerca dos editoriais de jornais, parte essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Em segundo lugar, será destacada a Análise de Conteúdo como a principal técnica utilizada na investigação dos editoriais, a partir da abordagem teórica de Laurence Bardin. Serão igualmente detalhados o desenho da pesquisa e a abordagem metodológica adotada, explicados os critérios para a seleção das fontes, dos editoriais e do período a ser explorado e a escolha dos principais jornais brasileiros. Também serão abordados os procedimentos de coleta e organização dos dados, bem como a forma como os editoriais serão analisados em relação aos BRICS.

O terceiro capítulo apresentará os resultados da análise dos editoriais: aqui, serão identificados padrões linguísticos e temas recorrentes, sublinhadas tendências ideológicas encontradas e comparadas as perspectivas apresentadas por cada jornal. Na sequência, realizar-se-ão a discussão e a interpretação dos resultados, estabelecendo relações entre os achados, a literatura revisada no referencial teórico e as implicações e limitações encontradas no decorrer do estudo. Por fim, serão recapitulados os resultados, enfatizadas as contribuições e relevância da pesquisa, além de oferecidas recomendações para futuras análises na área, e apontadas as insuficiências – inerentes a toda produção científica – deste trabalho. Restará evidenciada a importância de se entender o papel da mídia na construção da opinião pública sobre os BRICS e suas implicações tanto para as relações internacionais como para a política externa brasileira.

## 1. CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O surgimento e a emergência dos BRICS como um importante ator geopolítico na configuração das relações internacionais contemporâneas não podem ser compreendidos sem uma contextualização histórica, econômica, política e cultural. Por isso, na primeira parte deste capítulo, buscaremos apresentar, a partir da literatura existente, a realidade que permitiu o aparecimento desse bloco de países em desenvolvimento, bem como os desafios e as oportunidades que ele enfrenta no cenário global. Para isso, faremos um breve trabalho retrospectivo da origem e da evolução dos BRICS, desde sua concepção como um acrônimo criado por um economista do Goldman Sachs (O'NEILL, 2001) até sua consolidação como uma aliança estratégica de cooperação e diálogo (STUENKEL, 2017). Em seguida, analisaremos as principais características e os objetivos da aliança, destacando suas semelhanças e diferenças, bem como seus interesses e conflitos. Por fim, discutiremos o papel e a influência dos BRICS na ordem mundial, considerando as suas contribuições e os seus desafios para a governança global, o desenvolvimento sustentável, a integração regional e seu relacionamento com veículos midiáticos.

A mídia, como um dos principais meios de comunicação e informação na sociedade contemporânea, tem um papel fundamental na construção e na disseminação de discursos sobre diversos temas e assuntos de interesse público, incluindo as relações internacionais. Isso posto, no segundo momento deste capítulo, realizaremos uma revisão da literatura sobre a mídia, focando nos estudos sobre a cobertura de editoriais, bem como nas teorias da análise do discurso e do jornalismo que serão usadas para embasar a futura análise dos editoriais de jornais brasileiros sobre os BRICS. Para tal intuito, introduziremos o conceito e a função dos editoriais, explicando sua importância e seu papel na mídia. Seguidamente, destacaremos alguns estudos que analisaram a cobertura de editoriais sobre temas internacionais, salientando as suas principais abordagens e metodologias. Por fim, debateremos a teoria bakhtiniana da análise do discurso (BAKHTIN, 2003; VOLOCHÍNOV, 2018) para, em seguida, analisarmos o gênero discursivo editorial (ALVES FILHO, 2006) e como ele é utilizado na contemporaneidade por alguns dos maiores jornais em circulação no Brasil.

### **1.1. Além do Ocidente: BRICS e a construção da multipolaridade**

Sul Global é um termo que se refere ao conjunto de países e regiões que têm uma história comum de colonialismo, neocolonialismo e desigualdade social e econômica, em contraste com o Norte Global, formado por países tradicionalmente hegemônicos (MENESES, 2012). O Sul Global abrange grande parte dos países da África, da Ásia e da América Latina, bem como áreas mais pobres de alguns países do Norte, e é em um conceito que busca superar a divisão simplista entre o Terceiro Mundo e o Primeiro Mundo – ainda que haja críticas a esse respeito (VISENTINI, 2015). Além do mais, tem como propósito reconhecer a diversidade e a emergência política e econômica desses países no cenário internacional e se constitui em um espaço de cooperação e solidariedade entre os países do Sul, que procuram defender seus interesses e valores comuns (MARÍN e LUGO, 2013).

Nesse sentido, um dos temas mais relevantes da atualidade é o agrupamento de países em desenvolvimento que buscam maior protagonismo e cooperação no cenário internacional. Essa tendência não é nova, pois já no século XX surgiram diversos grupos que reuniam países do Sul Global com interesses e desafios comuns. Alguns exemplos são o G77 (Grupo dos 77), o MPNA (Movimento dos Países Não Alinhados) e, no início do século XXI, o IBAS (Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul). O Grupo dos 77 foi criado em 1964, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), com o objetivo de defender os interesses econômicos dos países do Sul Global e promover a cooperação entre eles – era formado originalmente por 77 países, mas hoje conta com 134 membros (KASA; GULLBERG; HEGGELUND, 2008; SOUZA, 2023). O MPNA surgiu em 1961, na Conferência de Belgrado, como uma forma de resistir à polarização entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética durante a Guerra Fria. Esse movimento, que defendia a independência e a soberania dos países em desenvolvimento, bem como a paz e a cooperação internacional, atualmente possui 120 membros (UNGERER, 2020). O Fórum de Diálogo IBAS foi lançado em 2003, como uma iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, para fortalecer as relações políticas, econômicas e sociais entre os três países e aumentar a influência dos países emergentes nas instituições multilaterais e nas questões globais. O IBAS pode ser considerado um dos precursores dos BRICS, pois foi o primeiro grupamento que reuniu países de diferentes continentes com características semelhantes de desenvolvimento (VISENTINI, 2010). Essas coalizões deixaram uma herança para os BRICS, pois mostraram a importância da cooperação entre os países em desenvolvimento para enfrentar os desafios comuns e defender seus interesses no sistema internacional. Além disso, eles contribuíram para

a formação de uma identidade coletiva entre os países do Sul Global, baseada na diversidade e na solidariedade. No entanto, os BRICS se diferenciam desses grupos anteriores por alguns fatores – dentre estes, o fato de terem sido originalmente idealizados a partir de uma proposta de um banco de investimentos, que identificou o potencial econômico e estratégico desses países.

Em 2001, o chefe da gestão de ativos globais do Goldman Sachs – um banco cuja sede fica em Nova Iorque (SOBRE..., [s.d.]) –, Jim O’Neill, e um time de analistas de mercado publicaram um artigo intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*” – o acrônimo “BRICs” vem da palavra inglesa “*bricks*”, que significa tijolos, indicando, dessa maneira, que os países com essas iniciais seriam o sustentáculo da construção de uma nova ordem econômica global – e, com ele, cunharam a expressão “BRICs” para designar um grupo de nações emergentes que detinham um significativo potencial para atender aos interesses de futuros investidores, tendo em vista sua capacidade de rápido crescimento econômico (O’NEILL, 2001). A partir da publicação do Goldman Sachs, o tema veio à tona e começou a ser abordado publicamente.

No entanto, o impacto inicial dessa iniciativa ficou restrito ao mundo financeiro. Pode-se constatar essa afirmação pela conjuntura do pós-11 de setembro de 2001: as operações militares empreendidas pelos EUA no contexto da invasão do Afeganistão foram significativamente preponderantes no debate político internacional – dessa forma, a agilidade com que os Estados Unidos foram capazes de enviar tropas a uma região bastante longe das suas fronteiras terminou fortalecendo a concepção inicial de que o melhor meio para a ordem global ser conduzida seria, de fato, a partir da unipolaridade dirigida pelos próprios EUA (STUENKEL, 2017). Esse entendimento prevaleceu ainda que existisse, já à época da dissolução da União Soviética, estudos indicando não ser a unipolaridade o método correto a ser empregado pelos tomadores de decisão dos Estados Unidos, primordialmente por estar fadado ao fracasso devido a fatores estruturais dos próprios EUA e também por estimular, em seu âmago, a união de outras ações contra o *hegemon* (LAYNE, 1993).

Apesar da indiferença com que era vista a possível criação de um grupo composto pelas principais nações emergentes, o grupo de pesquisa econômica do Goldman Sachs publicou outro artigo, dois anos depois, em 2003, elaborando novas e mais detalhadas previsões de que, num futuro não muito distante, os países do BRICs viriam mesmo a ultrapassar os integrantes do G6 – à época composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália – no que tange ao desenvolvimento econômico (WILSON e PURUSHOTHAMAN, 2003). Em menos de quarenta anos, as economias compartilhadas dos BRICs poderiam ser maiores do que

as do G6 em dólares e, em 2025, teriam a capacidade de responder por metade do tamanho do G6 (WILSON e PURUSHOTHAMAN, 2003).

No mesmo ano, em 2003, houve uma reunião dos chefes da diplomacia de três economias emergentes – Índia, Brasil e África do Sul –, no que ficou conhecido como um encontro pioneiro que simbolizava o começo de uma iniciativa conjunta de aproximação entre as nações em desenvolvimento no mundo. Nesse sentido, o objetivo do encontro foi de estabelecer laços mais fortes entre esses países e, para isso, formalizaram o Fórum de Diálogo IBAS através da declaração de Brasília (2003). Muito embora a repercussão gerada pela criação do IBAS não ter sido tão grande quanto a que pairou a do BRICS, esse empreendimento trilateral representou o crescente desejo do mundo emergente em buscar suas similaridades e investir em cooperação nas áreas de interesse comum.

No transcorrer da segunda década do corrente século, cada vez mais analistas passavam a defender a ideia de que a hegemonia estadunidense era passageira (SCHWELLER e PU, 2011; STEPHENS, 2012; ACHARYA, 2014). Enquanto a liberalização econômica dos mercados emergentes trouxe índices de crescimento maiores que os dos países desenvolvidos, especialmente na segunda metade da década, o poder aparentemente infindável dos Estados Unidos parecia estar se retraindo. Essa percepção vinha à tona especialmente quando o debate versava a respeito do mal planejamento dos embates no Iraque e no Afeganistão, bem como na chamada Guerra ao Terror – questões que terminaram minando a legitimidade dos EUA e permitiram uma maior visibilidade aos países emergentes (STUENKEL, 2017).

Em se tratando das relações entre potências emergentes no continente asiático, vale ressaltar que a Rússia, a Índia e a China já haviam iniciado reuniões conjuntas há algum tempo. Esses encontros trilaterais tinham como objetivo abordar questões regionais e globais de interesse comum, tais como fortalecimento dos laços econômicos, aumento da cooperação em matéria de segurança e na promoção de intercâmbios culturais entre os três países. Também proporcionaram uma plataforma para discutirem e coordenarem suas posições sobre questões cruciais, tais como mudança climática, terrorismo e desarmamento nuclear (WALBERG, 2009). Nesse contexto, foi em 2006 que o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, teve a ideia de incluir o Brasil nessas reuniões – o que não foi bem recebido pelos chineses e indianos, tendo em vista que a principal preocupação era a respeito de como o Brasil poderia contribuir para os encontros, já que tão longe das complexas questões da Ásia (STUENKEL, 2017).

Não havia dissonâncias apenas dentro do próprio grupo, mas também observadores de fora não enxergavam com bons olhos o projeto de uma maior aproximação dos quatro países –

uma das críticas, feitas especialmente por representantes de países desenvolvidos, diz respeito à falta de coesão entre os membros do grupo. Nessa época em que se vislumbrava a inclusão do Brasil e da Rússia em um mesmo grupo econômico que a China e a Índia, dizia-se que, enquanto estes Estados investiam em capital intelectual para gerar atividade empreendedora no país, aqueles estavam temporariamente se beneficiando da alta no preço das *commodities* e não estavam investindo no desenvolvimento econômico de longo prazo (LLOYD e TURKELTAUB, 2006).

Apesar das opiniões em sentido contrário, os ministros das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, e da Rússia, Sergey Lavrov, se reuniram de maneira informal juntamente com os líderes diplomáticos da China e da Índia, no contexto da 61ª Assembleia Geral da ONU, na cidade de Nova Iorque, em 2006, para tratar dos assuntos geopolíticos daquele período. No ano seguinte, houve novo encontro entre as quatro nações, novamente à margem da Assembleia Geral da ONU; porém, dessa vez, chegou-se à conclusão de que a disposição no aprofundamento dos diálogos conjuntos era tão significativa que seria necessária uma reunião futura específica, organizada exclusivamente entre os chanceleres (REIS, 2012). Foi no ano seguinte, 2008, que essa reunião ocorreu.

Em maio de 2008, na cidade russa de Ecaterimburgo, o mundo presenciou a primeira reunião formal entre os chefes da diplomacia dos BRICs (até então sem a África do Sul). Naquele momento, eles destacaram ser imperiosa a construção de um sistema internacional mais democrático, com base no direito e na diplomacia multilateral, bem como indicaram um planejamento de uma cooperação mais abrangente entre os membros do grupo, tendo como objetivo o fortalecimento da estabilidade e da segurança internacionais e a garantia de oportunidades iguais de desenvolvimento para todos os países (JOINT COMMUNIQUÉ, 2008) – o que, de acordo com alguns analistas, representou um marco no sentido de transformar os BRICs de uma categoria de investimentos em um ator político que passava a ter relevância na geopolítica contemporânea (STUENKEL, 2017).

Alguns meses mais tarde, em 7 novembro de 2008, reuniram-se os ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos quatro países dos BRICs. Quando houve esse encontro, vale ressaltar que pouco menos de dois meses haviam transcorrido da falência do banco Lehman Brothers (WIGGINS; PIONTEK; METRICK, 2014), o que desencadeou uma crise financeira mundial com consequências para todos os países que faziam parte do mercado internacional. Nesse cenário de instabilidade, para surpresa de muitos, as nações emergentes estavam demonstrando uma capacidade de recuperação econômica acima da média global, fazendo com que observadores acreditassem que a crise poderia vir a ser a janela de

oportunidade faltando para uma mudança na balança de poder mundial, com consequente perda de poder do Ocidente (NOT JUST..., 2009). Os próprios ministros das Finanças dos BRICs afirmaram, àquela época, que a crise havia afetado todos os países do grupo, porém eram os BRICs quem vinham demonstrando uma significativa resiliência (BRAZIL..., 2008).

Do exposto, faz-se mister notar que a cooperação intra-BRICs começou a se tornar verdadeiramente frutífera no campo financeiro, notadamente com a conjuntura da crise de 2008. Tão expressiva se tornou a disposição pelo aprofundamento das relações entre os países do grupo que, no final de novembro de 2008, os presidentes da Rússia e do Brasil, respectivamente Dmitri Medvedev e Luiz Inácio Lula da Silva, anunciaram a primeira cúpula dos BRICs com os chefes de Estado dos quatro países do bloco, a ser realizada no ano seguinte, na mesma cidade em que houve o encontro dos chanceleres daquele ano, Ecatimburgo (GRUDGINGS, 2008).

No mês de junho de 2009, em Ecatimburgo, parte oriental dos Montes Urais russos, encontraram-se, pela primeira vez, os presidentes do Brasil (Luiz Inácio Lula da Silva), da China (Hu Jintao), da Rússia (Dmitri Medvedev) e o primeiro-ministro da Índia (Manhoman Singh) para debater temas concernentes à crise econômica global de 2008, o papel do G20, mudanças climáticas, a reforma das instituições financeiras e questões de segurança energética e alimentar (STUENKEL, 2017). Era a primeira reunião do bloco denominado BRICs, composto pelos países cujos mandatários estavam presentes na reunião – ainda sem a África do Sul, que a ele foi incorporada em 2011 –, que viria a se tornar um compromisso anual altamente relevante para a geopolítica contemporânea.

Schweller e Pu (2011, p. 41) indicaram que “mesmo a unipolaridade, que parecia estranhamente durável apenas há poucos anos, parece hoje como tendo sido um momento passageiro”. Os autores ainda apontam que os Estados Unidos não eram mais aquela superpotência que ditava as regras para outras nações potencialmente concorrentes, tendo em vista que o mundo estava próximo de alcançá-la (SCHWELLER e PU, 2011). Nesse cenário, de maneira cada vez mais frequente os jornais ocidentais passaram a destacar o crescimento acelerado da economia chinesa e a certeza de que, em algum momento futuro, a China se tornaria a número um do mundo (RACHMAN, 2011). A importância das economias emergentes tomou uma proporção tão significativa que mesmo os céticos a respeito do papel que elas exerciam no cenário internacional passaram a admitir que a discussão em curso enfatizava a dimensão do seu crescimento e das consequências geopolíticas dele resultantes (CASTAÑEDA, 2010).

Assim, a redução temporária da legitimidade dos Estados Unidos e a narrativa de que os EUA estavam em processo de decadência criaram uma oportunidade para as potências emergentes se apresentarem como defensoras da estabilidade global e serem vistas como atores detentores de maior responsabilidade em questões internacionais. Em relação ao sentimento decadentista que começava a tomar parte da sociedade estadunidense, Zbigniew Brzezinski (2012), assessor de segurança nacional do presidente James Carter, apontou que uma diminuição do poder americano poderia enfraquecer a estabilidade e a racionalidade das estruturas econômicas e políticas dos EUA e, no caso de os Estados Unidos perderem influência, poderiam ficar mais concentrados em seus próprios interesses, defender sua identidade nacional, preocupar-se excessivamente com a segurança interna e ficar menos inclinados a alocar recursos para o desenvolvimento de outros países.

Vale ressaltar que a África do Sul expressou seu desejo de fazer parte do grupo desde a primeira cúpula dos BRICs, em 2009, através do ativismo diplomático engendrado pelo então chefe de Estado, Jacob Zuma (SOULÉ-KOHNDU, 2013). Além de uma série de visitas presidenciais e ministeriais aos quatro membros originários dos BRICs, o argumento defendido para que o país fosse incorporado aos BRICs se baseava em dois pontos-chave: a necessidade de representação política do continente – apresentando a África do Sul como a melhor candidata para esse posto, haja vista ser a única nação africana a fazer parte do G20 – e a abertura econômica que detinha para as empresas pertencentes aos membros do BRICs (SOULÉ-KOHNDU, 2013). Essa diplomacia presidencial rendeu seus frutos, resultando no convite, feito em dezembro de 2010, para que a África do Sul participasse da cúpula seguinte dos BRICs, a ser realizada em 2011 (SOULÉ-KOHNDU, 2013), quando ao grupo foi finalmente integrada – e, na ocasião, o acrônimo alterado de “BRICs” para “BRICS”.

Com o passar dos anos – notadamente a partir de 2011, quando houve a adesão da África do Sul –, os BRICS vieram desempenhando um papel fundamental no tabuleiro global, especialmente no que tange às ressalvas feitas ao sistema mundial presentes desde o momento de nascimento do grupo. Críticas à ordem unipolar, baseada na especulação financeira, à resolução de conflitos internacionais por meio da intervenção bélica externa e, principalmente, à dependência a que são submetidos os países periféricos para com as potências centrais são alguns dos principais tópicos de discussão dentro do grupo desde o início.

Em 2014, com a 6ª cúpula dos BRICS, realizada na cidade de Fortaleza, no Brasil, o mundo assistiu a um marco altamente significativo na jornada rumo a um mundo mais multipolar: a criação do Banco dos BRICS – formalmente denominado Novo Banco de Desenvolvimento – *New Development Bank* (NDB) –, em conjunto com o Arranjo Contingente

de Reservas – *Contingent Reserve Arrangement* (CRA). O surgimento do Banco dos BRICS representou mais uma iniciativa em direção a uma mudança na dinâmica do poder, pois teve por objetivo atender às inquietações de longa data das nações em desenvolvimento no tocante à representação e influência inadequadas nas instituições financeiras existentes (BATISTA JR, 2016). Nesse sentido, as criações do NDB e do CRA simbolizaram outro marco na determinação coletiva dos países do BRICS em promover uma ordem financeira global inclusiva, tendo em vista que, ao oferecer opções alternativas de financiamento para o desenvolvimento de infraestrutura, projetos sustentáveis e cooperação econômica, o Banco dos BRICS evidenciou o compromisso do grupo em forjar um novo paradigma financeiro que se alinhasse às suas próprias estratégias de desenvolvimento, sem que para isso dependessem da anuência das nações hegemônicas (VASCONCELOS, 2015).

No transcorrer da década de 2010, os principais fatores que representam a união entre os membros do BRICS foram se tornando cada vez mais latentes, como o discurso anti-hegemônico, a defesa de um mundo multipolar e a participação mais contundente de nações emergentes em organismos internacionais. Tão representativa se configurou essa aliança que, em muitas situações de votação em fóruns multilaterais, os países do BRICS vêm tendo seus votos destoantes da maioria dos países ocidentais (KECK, 2014; BRASIL..., 2022; CÉZAR, 2023; CHADE, 2023).

O posicionamento adotado pelo Brasil em relação aos acontecimentos recentes na Ucrânia, na última década – especificamente a anexação da península da Crimeia pela Federação Russa, em 2014 (ALAMINO, 2021), e a guerra contra a Rússia iniciada em fevereiro de 2022 (CARMONA, 2022) –, foi interpretado, de maneira indireta, como parte de uma estratégia de autoconservação adotada por nações emergentes, que buscam preservar suas relações com os Estados Unidos – porque estão cientes de que, apesar das correntes mudanças, a influência estadunidense ainda é relevante na atual conjuntura mundial – enquanto reconhecem a transformação em curso na ordem global em direção a uma forma mais elaborada de multipolaridade (STUENKEL, 2017). Portanto, diante desse cenário em evolução, torna-se imperativo estabelecer vínculos construtivos com todos os centros de poder, para que as potências em ascensão possam buscar garantir seu lugar no contexto internacional – precisamente o que vem empreendendo o Brasil, adotando uma postura pragmática com o objetivo de preservar seus interesses e maximizar suas oportunidades em um contexto global cada vez mais complexo.

Desde quando o tema começou a vir à tona, diversos argumentos têm sido apresentados para questionar a validade de uma análise aprofundada dos BRICS, baseados na ideia de que as

dissemelhanças entre seus membros são mais proeminentes do que suas similitudes (HURRELL, 2006). Além dessa falta de coesão interna, surge a questão sobre em que medida os países do BRICS realmente representam o "mundo emergente", já que, por exemplo, em vez de serem consideradas potências emergentes, a Rússia muitas vezes é vista como uma força do próprio *status quo* ou até mesmo em declínio (MACFARLANE, 2006) e a China, embora sua economia esteja crescendo rapidamente, o fato de ser reconhecida como uma potência nuclear pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e de possuir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pode caracterizá-la como uma potência estabelecida (STUENKEL, 2017). Da mesma forma, os BRICS não poderiam ser vistos como representantes do "não ocidental", dado que o grupo é excessivamente heterogêneo para apresentar uma resposta unificada ao Ocidente; além do mais, a capacidade do BRICS de persuadir os países em desenvolvimento a apoiá-los em seus esforços para desafiar a ordem global seria limitada, na medida em que eles não conseguem representar nada além de si próprios, nem mesmo as próprias regiões onde estão localizados (STUENKEL, 2017).

Em síntese, é esclarecedor constatar que o elemento catalisador para o êxito inicial das primeiras reuniões do BRICS reside na existência compartilhada de um descontentamento com as discrepâncias institucionais de poder no sistema internacional, bem como no interesse em transformá-las e, por conseguinte, fortalecer a crença de que “a distribuição global de poder econômico parece transitar para uma configuração multipolar” (OURO-PRETO, 2013). A aspiração de rever a atual disposição de forças, portanto, emerge como uma das circunstâncias mais influentes que culminaram na constituição do grupo; ademais, todos os países que compõem o BRICS nutrem um sentimento de excepcionalismo e acreditam que possuem o direito de desempenhar um papel de maior destaque nos assuntos mundiais (STUENKEL, 2017).

Atualmente, o grupo representa cerca de 41% da população mundial e 24% do PIB global (MOUSINHO e COELHO, 2023). Ademais, os BRICS têm buscado ampliar sua cooperação em áreas como ciência, tecnologia, saúde, educação e segurança. Até o presente momento, devido à importância que a coalizão adquiriu – agosto de 2023 –, houve o pedido de adesão de mais de 20 países ao bloco, o que mostra o interesse de outras nações em se associarem a esse projeto de desenvolvimento conjunto (LISSOVOLIK, 2023; LULA..., 2023). Portanto, estudar os BRICS é fundamental para compreender as dinâmicas e os desafios da ordem mundial contemporânea.

A relevância contemporânea dos BRICS também se exprime sobretudo no ano de 2023, quando constatamos o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva – dirigente do Executivo

à época em que foi criada a aliança –, já no primeiro semestre da sua atual gestão, voltando a falar em mecanismos de investimento em cooperação entre os membros do grupo, especialmente no que tange ao desvencilhamento da dependência comercial internacional do dólar (GAYER, 2023). Além do mais, vale lembrar a indicação, feita pelo atual mandatário do Brasil, de Dilma Rousseff, chefe do Executivo há até poucos anos, para a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o banco dos BRICS (ROSA, 2023) – que terminou se concretizando (BISCHOFF, 2023) –, o que simboliza uma probabilidade de termos uma iniciativa brasileira de maior envergadura no cenário da aliança geopolítica nos próximos momentos.

Devido aos fatores explanados, mostra-se fundamental uma maior atenção a ser voltada para os BRICS, sobretudo nesta terceira década do século XXI, quando rápidas transformações acontecem em todas as esferas humanas (NICOLACI-DA-COSTA, 2002; COELHO, 2012; ARAÚJO; GABRIEL; GUSHIKEN, 2021; PORTO, 2022) – e, destaque-se, a geopolítica não está livre dessa realidade (IBAÑEZ, 2012; FROIS, 2018).

## **1.2. O papel da mídia na Política Externa Brasileira**

A Política Externa é um assunto que ganha cada vez mais relevância diante dos acontecimentos que marcaram o mundo nos últimos anos, como a Guerra na Ucrânia, cujo início se deu em 24 de fevereiro de 2022 (RAMOS; LIMA; NETO, 2022) – afetando, por exemplo, o abastecimento de grãos em diversos países e, por consequência, o preço global de alimentos (POR QUE..., 2023) –, os golpes de Estado na região da África subsaariana (OKON, 2022) e o último conflito entre o Hamas – organização política e paramilitar palestina (BERI-EICHOUNI, 1996) – e Israel, que eclodiu em 7 de outubro de 2023, com desfechos trágicos e fatais para cidadãos de várias nações que estavam em Israel quando o embate irrompeu, inclusive brasileiros (FAMÍLIA..., 2023).

Nesse cenário, percebemos que autores consagrados se mantêm atuais: Christopher Hill (2003) discute o conceito de agência, isto é, a capacidade de ação e decisão de uma entidade em qualquer contexto – questão essa que surge fortemente quando se debate sobre a agência do Hamas –, enquanto Valerie Hudson (2014) explora as teorias clássicas e contemporâneas da Análise de Política Externa – que podem ajudar a compreender as motivações e os comportamentos dos atores internacionais. Por sua vez, Margareth Hermann (1980) destaca a importância de serem observadas as características pessoais dos líderes políticos, estudo de grande valia se nos propusermos a avaliar, por exemplo, os motivos que levaram Vladimir Putin

a decidir empreender, em fevereiro de 2022, a invasão russa à Ucrânia, uma ex-república soviética (SECHAGUE, 2019). Igualmente contemporânea e relevante para o campo, Mônica Hertz (1994) aponta que as decisões e ações em matéria de política externa são influenciadas pelos processos mentais dos tomadores de decisão, como percepções, crenças, valores e motivações – análise essa que se torna fundamental para compreendermos o contexto das últimas rupturas institucionais ocorridas em países africanos, como Mali, Burkina Faso, Níger e Sudão (OKON, 2022). Sem embargo, vale acentuar que análises a respeito da Política Externa dos países não podem se restringir aos casos do Norte Global, que tradicionalmente dominam a agenda e a narrativa da política externa. É preciso também olhar para os países do Sul Global, que têm uma história e uma identidade próprias e que buscam uma maior autonomia e cooperação no cenário internacional.

A diplomacia Sul-Sul foi uma das marcas da política externa brasileira durante os dois primeiros mandatos do governo Lula (2003-2010). Essa iniciativa consistiu em uma maior aproximação com nações em desenvolvimento, especialmente da África, Ásia e América Latina, cujo objetivo compreendia promover a cooperação, o intercâmbio e a solidariedade entre esses países, tendo em vista seus desafios comuns de desenvolvimento e inserção internacional (PINO, 2012). A diplomacia Sul-Sul também visava uma dissociação da tradicional dependência dos países do Sul em relação aos países hegemônicos do Norte, buscando uma maior independência e diversificação das parcerias estratégicas do Brasil (PINO, 2012).

Nesse sentido, a diplomacia presidencial de Lula rendeu frutos significativos para a política externa brasileira, que se tornou mais ativa, diversificada e influente no cenário internacional. Entre as iniciativas do governo petista, destacam-se a consolidação e expansão do Mercosul (ALMEIDA, 2005); a criação da Unasul, que fortaleceu a integração política e social da América do Sul (TEIXEIRA JÚNIOR e SILVA, 2017); o estabelecimento do IBAS, que reuniu Brasil, Índia e África do Sul como potências emergentes com interesses comuns no sistema multilateral (OLIVEIRA, 2005); e, nos últimos momentos do segundo mandato de Lula (2007-2010), a criação dos BRICS, que agregou também Rússia e China como parceiros estratégicos do Brasil na busca por uma ordem global mais inclusiva e democrática (STUENKEL, 2017). Nesse contexto, o entendimento da política externa se configura mais sólido quando nos fundamentamos em áreas do conhecimento especializadas no tema.

Para melhor compreender as decisões e ações em matéria de política externa, utilizamos da subdisciplina das Relações Internacionais denominada Análise de Política Externa (APE) (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013). Essa subdisciplina se dedica a estudar as políticas

exteriores dos Estados, levando em conta fatores domésticos e externos que influenciam o processo decisório dos atores envolvidos. A APE é uma área de pesquisa multidimensional que utiliza diferentes instrumentos teóricos e metodológicos para compreender a complexidade da política externa e busca responder questões como: quem decide a política externa? Quais os interesses e valores que orientam as decisões? Quais os instrumentos e recursos utilizados para alcançar os objetivos? Quais os resultados e impactos das políticas externas? Quais são os atores que podem influenciar no processo decisório (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013)?

Relações Internacionais e Comunicação são duas áreas do conhecimento que compartilham algumas características em comum, como a diversidade de teorias, abordagens e epistemologias que as compõem, o que faz com que sejam não apenas multidisciplinares, mas também polissêmicas – isto é, heterogêneas e multifacetadas (MARTINO, 2001; ANTUNES, 2003). Ambas as áreas lidam com fenômenos complexos e dinâmicos, que exigem uma visão ampla e interdisciplinar para serem compreendidos. Nesse sentido, as Relações Internacionais e a Comunicação se aproximam cada vez mais na contemporaneidade, pois ambas reconhecem a importância de incorporar outras áreas do saber em suas análises, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Filosofia (MONTEIRO e LESSA, 2020). Tradicionalmente, as Relações Internacionais foram relacionadas com a Economia, a História e o Direito; todavia, mais recentemente, vêm abarcando cada vez mais áreas do conhecimento com o fito de compreender os fenômenos internacionais, especialmente aqueles que envolvem aspectos culturais, identitários, comunicacionais e midiáticos (MONTEIRO e LESSA, 2020).

Com efeito, para serem bem compreendidos os fenômenos internacionais, faz-se necessário o uso de ferramentas comunicativas, pois elas são fundamentais para a construção de sentidos, narrativas e representações sobre o mundo. A relação entre Comunicação e Política já se mostra consolidada na área de estudos da Comunicação, pois se reconhece o papel da mídia, dos discursos e das imagens na configuração das agendas, dos atores e dos conflitos políticos (FRANÇA *et al.*, 2018). Por isso, as RI vêm presenciando um crescimento na quantidade de estudos, embora ainda relativamente incipiente, cujo tema tratado é a construção de pontes entre os estudos comunicativos e geopolíticos. Diversos autores se dedicaram à análise do discurso da imprensa no âmbito de acontecimentos externos (FARIA, 2008; CIRINO; LEITE; NOGUEIRA, 2019; FERREIRA e CUNHA, 2021), o que demonstra a crescente demanda na área de serem investigadas as formas pelas quais a mídia pode influenciar a percepção pública e as decisões políticas sobre questões globais.

Com o transcorrer do século XX para o século XXI, o condão de divulgar informações para a população foi sendo transferido do Estado para grupos econômicos e políticos

domésticos, que viram seu poder aumentar significativamente – *in fine*, representando um impacto expressivo no processo decisório da elaboração de políticas, fossem estas internas ou externas (STREET, 2001). Esses grupos, muitas vezes, possuem interesses divergentes ou conflitantes com os dos governos e utilizam a mídia como um instrumento de pressão, manipulação ou persuasão (STREET, 2001).

Nesse sentido, para que entendamos de que maneira as escolhas políticas internas afetam a formulação da política externa, é essencial ser identificada a ideologia das classes dominantes no espectro nacional:

O meio doméstico/interno constitui o pano de fundo, com base no qual as directrizes da política externa são delineadas. Assim, **importa considerar alguns factores do meio interno, como, por exemplo**, os recursos do Estado, a sua posição geopolítica, o nível de desenvolvimento da sua economia, a estrutura demográfica, os valores fundamentais da sua população, bem como **a ideologia dominante** (grifos nossos) (SOUSA, 2005, p. 144)

Existem diversas formas através das quais podemos verificar qual a ideologia dominante em uma sociedade – uma delas se manifesta no modo como o discurso político é exposto (MEDEIROS e GRANATO, 2021). Essa exposição se dá, por sua vez, em vários setores sociais, sendo um dos mais proeminentes a mídia, cuja presença em nosso cotidiano se tornou indiscutível. Quando as tecnologias da informação e da comunicação iniciaram um processo de desenvolvimento exponencial e a penetrar nas camadas populacionais, mudanças substanciais em instituições seculares foram observadas: a família teve seu cotidiano invadido pela programação televisiva, setores da Igreja se transformaram em espetáculo midiático e a escola, com a pressão do mercado, passou a adotar certas práticas pedagógicas informatizadas que suscitaram dúvidas quanto a sua efetividade na aprendizagem da criança e do adolescente (BELLONI, 2007).

Um ponto que merece destaque é o fato de os principais jornais de referência no Brasil estarem intrinsecamente conectados aos interesses da elite nacional: levando em consideração a circulação dos seus exemplares, Kucinski (2002) afirma que os leitores desses jornais constituem, em sua maior parte, nos mesmos personagens principais das notícias por eles veiculadas, isto é, a elite dirigente. Por esse motivo, para que se compreenda o funcionamento da sociedade brasileira, indispensável se faz considerar, na análise a ser realizada – no caso deste trabalho, a influência da mídia na política externa brasileira –, o papel da imprensa no Brasil.

Nessa perspectiva, é mister apontar que um dos atores objeto de exame da APE é a mídia, pois, como sublinhado, ela é um instrumento de grande importância em uma sociedade, tendo em vista suas atribuições no tecido social. Dentre essas atribuições, podemos destacar: informar o público sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, fiscalizar o poder público e denunciar irregularidades, abusos e atos de corrupção, educar a sociedade sobre seus direitos e deveres como cidadãos, entreter os espectadores com conteúdos recreativos e proporcionar cultura para um número abrangente de pessoas a preços acessíveis (ALEXANDRE, 2001).

A mídia de massas, outrossim, tem um papel importante na política externa, pois ela possui o condão de influenciar a agenda dos tomadores de decisão – por exemplo, presidentes e ministros das relações exteriores, como no caso da cobertura feita pela mídia estadunidense a respeito da situação na Somália, cuja realidade de destruição pareceu influenciar decisivamente George Bush a enviar tropas para apoiar os agentes da ajuda humanitária (JESUS, 2015) – e os cidadãos sobre questões internacionais (CASARÕES, 2012). Vale ressaltar que a influência da mídia nesse campo da política internacional, a partir da redemocratização – simbolizada pela promulgação da Constituição de 1988 –, passou a ser mais proeminente: a liberalização econômica implementada por Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, particularmente, no governo Lula (2003-2010), a transformação da política externa em uma ferramenta de desenvolvimento e de prestígio externo e interno fizeram com que temas de política internacional se aproximassem cada vez mais dos cidadãos através dos canais televisivos e, mais recentemente, das redes sociais (CASARÕES, 2012).

Dessa forma, como visto, pode-se afirmar que a mídia desempenha um papel relevante na política externa brasileira como fonte de informação e opinião pública e como ator político com interesses e agendas próprias – na medida em que pode influenciar a percepção e a avaliação dos cidadãos sobre as ações e os objetivos do Estado no cenário internacional, bem como pressionar ou apoiar os tomadores de decisão em suas escolhas estratégicas (STREET, 2001). Em vista disso, é importante analisar como os principais veículos de comunicação do país retratam e interpretam a política externa brasileira, quais os critérios e valores que orientam sua cobertura jornalística e quais os efeitos que ela produz na sociedade e no governo.

Nesse contexto de percebermos crescentemente a mídia como um ator influente na política externa, importante se faz observar o modo através do qual esse ator expressa sua opinião. Existem vários tipos de textos jornalísticos; no entanto, o editorial é aquele que, sabidamente, tem o objetivo de deixar claro o que pensam os responsáveis por sua redação – por isso, constitui-se num dos mais importantes quando queremos realizar uma análise que

contenha a visão daquele jornal examinado (AZEVEDO e CHAIA, 2008). O editorial é um texto que, além de apresentar a opinião institucional do jornal (ALVES FILHO, 2006) sobre algum tema de interesse público, geralmente relacionado à atualidade, busca orientar, informar ou persuadir os leitores sobre determinada questão. Também pode sugerir soluções ou recomendações para o problema abordado; desse modo, são fontes essenciais para sabermos os tipos de enquadramento empregados pelos jornais nos temas a que nos propomos pesquisar (AZEVEDO e CHAIA, 2008).

O editorial de jornal, cuja estrutura argumentativa denota um propósito persuasivo, constitui-se, indubitavelmente, em um gênero do discurso (OLIVEIRA, 2020). Para analisar esse gênero, é preciso considerar não apenas os aspectos históricos, sociais e culturais, mas também os aspectos formais e linguísticos que o envolvem. Nesse sentido, a teoria bakhtiniana do discurso permite compreender os editoriais de jornais como um enunciado concreto que interage com outros enunciados e reflete uma visão de mundo.

### **1.3. Além das palavras: a teoria bakhtiniana do discurso**

O Círculo de Bakhtin se constituiu em um grupo de intelectuais russos que se dedicou ao estudo da linguagem, da literatura e da cultura, entre as décadas de 1920 e 1970 – sendo o seu principal representante Mikhail Mikhailovich Bakhtin, que, questionando a tendência da academia russa, à sua época, de pensar as instituições sociais, a economia e a política de acordo com as correntes epistemológicas empiristas e idealistas, desenvolveu uma teoria inovadora sobre a natureza e o funcionamento da linguagem humana (STIEG, 2019).

A teoria bakhtiniana de gêneros do discurso, amplamente aplicada em diversos campos do conhecimento como literatura, educação, comunicação, sociologia e psicologia, oferece uma perspectiva crítica para analisar e produzir textos em diferentes contextos sociais e culturais (PEREIRA e RODRIGUES, 2010). Além disso, contribui para valorizar a diversidade linguística e cultural dos povos, reconhecendo as múltiplas vozes e visões de mundo que se manifestam nos enunciados e nos gêneros do discurso (PAULA, 2013).

O objetivo de Bakhtin, juntamente com seu Círculo – composto por pensadores como Valentin Volochínov e Pavel Medviédiev –, consistiu em retratar uma nova concepção da linguagem humana que estivesse dissociada não apenas da ideia da língua como representação individual de pensamento, mas também como um sistema que é criado e aperfeiçoado a partir das práticas sociais de uso (PEREIRA e RODRIGUES, 2010). Nesse sentido, Bakhtin concebe a linguagem como um fenômeno social, histórico e ideológico, que se realiza na forma de

enunciados concretos e únicos, produzidos pelos sujeitos em diferentes esferas da atividade humana (BAKHTIN, 2003).

Antes de serem discutidos algumas concepções basilares para a compreensão deste trabalho, vale destacar aquela que será o pilar central: o de discurso. Para Bakhtin, o discurso é a língua em ação, em sua forma mais dinâmica e viva, que se realiza em enunciados concretos, produzidos por sujeitos situados em contextos específicos (MARCUIZZO, 2008). O discurso é sempre dialógico, isto é, interage com outros discursos, expressa vozes sociais e revela posicionamentos ideológicos (BAKHTIN, 2003). Essa concepção de discurso se contrapõe à de Ferdinand de Saussure, que compreendia a língua como um sistema imutável e estável de formas, proveniente das relações sociais (MARCUIZZO, 2008). Para Bakhtin, a língua é um fenômeno social, histórico e heterogêneo, que está constantemente se transformando pela atividade discursiva dos falantes (MACHADO, 1996).

Um dos conceitos centrais da teoria bakhtiniana é o de gênero discursivo, referente aos “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 279) que se constituem de acordo com as condições específicas de cada campo da comunicação verbal. Bakhtin afirma que os gêneros do discurso são formas-padrão que orientam a produção e a compreensão dos enunciados, mas que também são flexíveis e dinâmicos, pois se transformam em resposta às mudanças sociais e históricas. O autor também defende que os gêneros do discurso se organizam em dois grandes grupos: os gêneros primários, mais simples e cotidianos, como a conversa, a carta, o bilhete, etc.; e os gêneros secundários, que são os mais complexos e elaborados, como o discurso científico, o romance, o discurso ideológico etc. (BAKHTIN, 2003). Nesse sentido, igualmente essencial para a compreensão da vertente bakhtiniana é a conceituação de dialógico, que pode ser entendido como a característica que remete ao embate de várias vozes sociais para dar origem a um determinado discurso (MARCUIZZO, 2008).

Outro aspecto importante da teoria bakhtiniana é a relação dialógica entre os enunciados e os gêneros do discurso. Bakhtin (2003) sustenta que todo enunciado é uma resposta a outros enunciados anteriores ou contemporâneos – sejam eles verbais ou escritos – e que também provoca outras respostas posteriores ou imediatas.

Todo enunciado – da réplica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ou tratado científico – tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva. (BAKHTIN, 2003, p. 275).

Essa interação se dá tanto ao nível do conteúdo como ao nível da forma dos enunciados, ou seja, tanto no nível do tema quanto no nível do gênero; assim, os enunciados se associam a outros enunciados do mesmo gênero ou de gêneros diferentes, criando conexões de intertextualidade e intergenericidade<sup>2</sup>. Por conta disso, cumpre salientar que sempre haverá uma relação entre aquele que transmite a mensagem e aquele que a recebe, ainda quando não estejam fisicamente próximos um do outro – tendo em vista a presença da interação apontada pelo autor mesmo na linguagem escrita (BAKHTIN, 2003).

Portanto, podemos sustentar que a comunicação (oral ou não) é sempre dialógica, pois o destinatário do enunciado sempre reage ao que foi dito. Essa reação pode ser verbal, corporal, falada, escrita ou até mesmo interna – se quem recebe não a manifesta publicamente, mas no mínimo reflete sobre ela –, mas com certeza ela acontece. Mais uma vez, sempre existe algum tipo de interação entre quem recebe e quem transmite a mensagem (OLIVEIRA, 2020).

Em vista disso, importante se faz destacar a presença da ideologia em todos os espectros da linguagem. Para Volochínov (2018), pensador integrante do Círculo de Bakhtin, a linguagem humana é um fenômeno ideológico, pois está vinculada a uma posição social, uma visão de mundo e uma intenção dos sujeitos que se comunicam. É através da língua, “sistema de signos que exprimem idéias” (SAUSSURE, 2006, p. 24), que o ser humano externaliza suas crenças, compreensões do mundo e, sobretudo, suas ideologias, voluntária ou involuntariamente.

A linguagem não é neutra nem transparente, mas sim carregada de valores, interesses e conflitos que se refletem nos enunciados emitidos pelos locutores. Nesse aspecto, Volochínov (2018) sublinha que todo enunciado é orientado por uma ideologia, que pode ser explícita ou implícita, consciente ou inconsciente, e que

(...) em lugar algum o caráter sógnico e o fato de a comunicação ser absolutamente determinante são expressos com tanta clareza e plenitude quanto na linguagem. *A palavra é o fenômeno ideológico par excellence.* [...] A significação, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a clareza excepcional da sua estrutura sógnica já seriam suficientes para colocá-la no primeiro plano da ciência das ideologias. É justamente no material da palavra que se pode explicar, do melhor modo possível, as principais formas ideológicas da comunicação sógnica. (VOLOCHÍNOV, 2018, p. 98-99).

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, entende-se intertextualidade como um elemento do texto literário cuja construção se dá através de citações, absorções e transformações de outro texto (CARVALHAL, 2006); interdiscursividade como relações entre discursos que se encontram implícitas (MOTTA-ROCH e SCHERER, 2016) e intergenericidade como a existência, em um mesmo enunciado, de traços – estrutura de composição, estilo, conteúdo e/ou propósito comunicativo – de pelo menos dois gêneros do discurso, sendo um deles prevalecente para sua identificação (LIMA-NETO e ARAÚJO, 2012).

Dessa maneira, podemos afirmar que os gêneros do discurso são formas de materializar a ideologia na linguagem, pois se constituem em modos de organizar os enunciados de acordo com as condições específicas de cada esfera da atividade humana (BRAIT e PISTORI, 2020). Cada gênero do discurso expressa uma determinada concepção de realidade, expressa por aquele que profere a mensagem, que corresponde aos valores e às normas da esfera em que ele circula. Os gêneros do discurso também podem servir como instrumentos de persuasão, pois, em alguns casos, têm por finalidade convencer o interlocutor de um ponto de vista ou de uma determinada ação a ser praticada.

A linguagem é permeada de ideologias, pois ela acompanha as transformações sociais. À medida que a forma de resposta dos sujeitos diante do que é dito se altera, seus valores se modificam e isso se reflete na linguagem, deixando ainda mais claro seu caráter dialógico. Desse modo, o discurso traz não só as marcas linguísticas inerentes ao que é dito, mas também as marcas indissociáveis do sujeito enunciatador e do contexto em que ele está inserido. É indispensável, portanto, analisar esse contexto, para que se possa plenamente compreender o enunciado e seu sentido (OLIVEIRA, 2020).

Ao escrever, o autor delibera um destinatário para seu texto, ainda que não específico, conhecido como leitor presumido, com quem ele estabelece relações dialógicas. Contudo, vale ressaltar que, na linguagem escrita, tais relações diferem do diálogo presencial, vez que não há uma interação instantânea – assim, impossibilitando que o leitor se comunique diretamente com o autor e compreenda seus pensamentos ao redigir o texto. Portanto, é essencial que o enunciado seja contextualizado previamente, permitindo ao leitor uma compreensão plena de seu conteúdo (OLIVEIRA, 2020).

Levando em consideração o contexto de fala dos enunciados, acentue-se que o diálogo, na concepção de Bakhtin (2003), tem lugar em todas as categorias de comunicação, sejam estas verbais, não verbais, face a face ou à distância, isto é, não é limitado somente à intercalação de vozes face a face – o que, como anteriormente visto, constitui o gênero primário de discurso. Esse gênero primário é caracterizado primordialmente pela linguagem oral, isto é, o diálogo cotidiano, imediato e mais simples; o secundário, por sua vez, é expressado por uma situação comunicacional um pouco mais complexa – principalmente quando se trata de um texto escrito (BAKHTIN, 2003).

No âmbito do gênero secundário do discurso – aqueles que são desenvolvidos nas esferas da comunicação cultural, artística e científica e que se caracterizam por uma maior complexidade (BAKHTIN, 2003) –, podemos identificar o editorial de jornal, objeto do nosso estudo, como integrante dessa categoria discursiva. Para compreendermos melhor as

características e funções desse gênero, vamos recorrer a referenciais teóricos que abordam sua estrutura, seu estilo e seu propósito comunicativo.

#### **1.4. Os editoriais como gênero discursivo**

Sob a ótica bakhtiniana, é possível afirmar, com considerável segurança, que editoriais se enquadram na classificação de gêneros do discurso (ALVES FILHO, 2006). Caracterizam-se por uma consistência notável em termos de estilo, conteúdo e forma; originam-se e se desenvolvem dentro de um âmbito social específico de comunicações (o campo jornalístico), facilitam a interação entre entidades definidas pelo tempo (o veículo midiático emissor e o público leitor receptor) e possuem padrões reconhecíveis de conclusão e abrangência na abordagem do tema discutido. Ademais, a identidade genérica desses textos revela-se pela presença de um autor predefinido dentro de contextos sociais e históricos, manifestado de maneira textual, ao qual pode-se referir como autoria institucional (ALVES FILHO, 2006).

Dentre as categorias de jornalismo existentes, o gênero opinativo – que abarca, por exemplo, artigos, resenhas e colunas –, em que está inserido o editorial, é aquele que tem como propósito não apenas informar a respeito de determinado tema, mas também – e preferencialmente – persuadir os leitores de que o ponto de vista divulgado é o correto (GAUDÊNCIO, 2009). Por tal motivo, o jornalismo de opinião produz textos que, além de lançarem luz sobre um evento atual, fazem julgamentos e propõem soluções para os problemas que se apresentam diante da sociedade; assim, as produções textuais que melhor conseguirem convencer o leitor são aquelas em que a habilidade da retórica argumentativa – instrumento da linguagem humana extensamente investigada desde a antiga Hélade – tenha sido trabalhada com maestria (VARGAS, 1999).

Quando da elaboração de um texto jornalístico de opinião, quase sempre a base para sua escrita são acontecimentos da atualidade. Dessa maneira, tendo em vista a diferença substancial entre um texto opinativo e um informativo – qual seja, uma reflexão acerca dos fatos –, é possível ser dito que a informação, em larga escala, é complementada pela opinião (GAUDÊNCIO, 2009). A partir de um determinado material básico, o gênero opinativo é constituído por dois elementos: de um lado, fatos do cotidiano e, do outro, consensos, valores e uma forma de enxergar o mundo. Com isso, as instituições jornalísticas apresentam representações sociais da realidade, através de produções textuais que podemos denominar textos informativos – reportagens, entrevistas e notícias, por exemplo – e textos de opinião – *verbi gratia*, comentários, críticas e editoriais (ARMAÑANZAS e NOCI, 1996).

Editoriais de jornais são textos argumentativos e opinativos, elaborados de maneira objetiva e impessoal, que expressam a posição do veículo de comunicação sobre temas de interesse da sociedade (VIEIRA, 2009) e se inserem na seara jornalística – uma das esferas da comunicação cultural, segundo a classificação proposta por Bakhtin (2003). Nessa esfera – a dos gêneros secundários – os discursos são caracterizados por uma maior reflexividade e intertextualidade, em comparação com os gêneros primários, que são mais informais e espontâneos (BAKHTIN, 2003).

O objetivo do gênero editorial, na qualidade de jornalismo de opinião, é, sabidamente, tentar persuadir a população a respeito do que a instituição acredita ser o correto (MARQUES, 2009). Como se trata de um gênero institucional, o autor do editorial normalmente não é um indivíduo, mas uma entidade coletiva, que representa a voz do jornal. Disso surge um dos aspectos que tornam os editoriais de jornais complexos: a questão da autoria, que implica uma série de desafios e estratégias para a construção do texto. Segundo Beltrão (1990 apud ALVES FILHO, 2006), apesar de, na contemporaneidade, os editoriais de jornais terem uma autoria bem definida, houve diversas mudanças ao passar das décadas: no século XIX, por exemplo, quem assinava o editorial era o próprio editor do jornal – embora apenas com as iniciais de seu nome – e ele utilizava o espaço para expressar sua opinião pessoal. Com o passar dos anos, o editorial passou a refletir a opinião institucional do veículo.

O tema da autoria dos editoriais está intrinsecamente conectado às características inerentes do gênero discursivo em tela. Alves Filho (2006) identificou as seguintes:

**Quadro 1** – Características da autoria de editoriais (continua)

<b>Característica</b>	<b>Conceituação</b>
Impessoalização	Uso da terceira pessoa a fim de simbolizar impessoalidade e objetividade na abordagem da temática, além de pretender a <i>não</i> existência de uma parcialidade no tratamento do tema.
Institucionalização	A responsabilidade pelas posições axiológicas do texto é da própria instituição – o redator não tem responsabilidade alguma no tocante ao conteúdo e às posições assumidas.
Ausência de assinatura e de elementos biográficos	Os textos não são assinados nem contêm síntese biográfica do autor – há somente o rótulo <i>editorial</i> acima do texto, com o fito de indicar ser a instituição a própria responsável pela redação.

**Quadro 2** – Características da autoria de editoriais (conclusão)

<b>Característica</b>	<b>Conceituação</b>
Variedade padrão de linguagem	Evitam-se termos que possam apontar para segmentos socioculturais; uso da variante culta da língua de modo que soem verdadeiros os fatos relatados no texto.
Interação entre instituição e indivíduos-leitores	Tendo em vista que o editorial é o espaço para a empresa jornalística se comunicar com o leitor, busca-se deste a aceitação e o alinhamento para com a argumentação apresentada pelo jornal.
Busca e cobrança por uma coerência enunciativa	Os leitores cobram dos jornais uma coerência em torno das posições axiológicas e enunciativas adotadas – políticas, morais, partidárias etc.
Ineditismo textual	Ao contrário das notícias, que muitas vezes são veiculadas em vários jornais distintos, um editorial é, como tendência geral, publicado em um único jornal e uma única vez.

FONTE: Adaptado de Alves Filho (2006)

No que concerne às características expostas, vale ressaltar que, muito embora haja um esforço, por parte dos jornais, de ilustrar uma impessoalidade e imparcialidade em seus editoriais, desde o momento em que o jornalismo passou a se configurar como uma atividade comercial – por consequência, uma fonte tanto de lucro como de poder –, os editoriais deixaram de representar os valores do próprio dono do jornal e viraram mais outro meio através do qual setores financeiros e empresariais poderiam ter seus interesses representados (ZAVAM, 2009). Ainda podem ser vistos editoriais cuja opinião exprimida é a do dono; no entanto, isso é possível se ver em jornais de pequeno ou médio porte, que tem por autoridade financeira um proprietário ou sua própria família (ZAVAM, 2009).

Em se tratando de textos cujos enunciados axiológicos revelam interesses de grupos econômicos, ainda que indiretamente, indispensável se faz destacar o caráter argumentativo dos editoriais. A linguagem, como manifestação singular da espécie humana, está visceralmente conectada à argumentação, ou seja, em todo e qualquer tipo de discurso a argumentatividade estará presente como estrutura basilar, servindo como mediadora das interações sociais (ALVES FILHO, 2006). Isso denota que mesmo os textos que, aparentemente, possuem uma abordagem imparcial carregam consigo uma perspectiva ideológica intrínseca.

Nesse sentido, a argumentação, na condição de recurso linguístico que visa convencer o interlocutor a uma determinada tese ou ponto de vista, é fundamental para a transmissão da

ideologia do autor, pois, mesmo que de modo indireto, revela seus valores, crenças e posicionamentos sobre os temas abordados. No contexto dos editoriais de jornais, a argumentação assume uma finalidade persuasiva ainda mais evidente, pois os redatores buscam influenciar a opinião pública a respeito da linha argumentativa desenvolvida no texto – como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a argumentação tem como um dos seus principais objetivos obter a adesão dos espíritos aos pontos de vista que a eles são apresentados. Dessa forma, considerando ser o editorial um texto jornalístico que expressa a visão da empresa, o redator tem que ser ainda mais cauteloso para evitar o comprometimento da credibilidade do veículo. Assim, os editoriais devem utilizar estratégias argumentativas que sejam coerentes com o público-alvo e o gênero textual, buscando persuadir sem impor.

E, para fazer uma análise dos editoriais, existem várias técnicas possíveis, como a Análise do Discurso (BAKHTIN, 2003), a Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2010), a Análise de Enquadramento (SOARES, 2006), dentre outras. Uma delas, desenvolvida por Laurence Bardin (2013), é a Análise de Conteúdo, que tem como proposta uma exploração do significado contido no texto analisado a partir de regras estabelecidas pelo pesquisador. Essa será a técnica empregada para analisar os editoriais de jornais, tendo por fim compreender como esses meios de comunicação se posicionam em relação à existência dos BRICS como aliança geopolítica.

## **2. CAPÍTULO II – ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DOS EDITORIAIS**

Este capítulo se propõe a explorar três aspectos fundamentais da pesquisa. Inicialmente, voltaremos nossa atenção para um breve histórico acerca das três empresas jornalísticas em questão – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo –, cujos editoriais serão analisados neste trabalho. Em seguida, abordaremos a técnica da Análise de Conteúdo, uma metodologia amplamente utilizada para examinar o conteúdo de comunicações, que permite uma análise sistemática e objetiva do conteúdo a ser explorado, proporcionando uma compreensão otimizada dos dados. Por fim, discutiremos a preparação dos dados para análise – nesta etapa da Análise de Conteúdo, os dados serão categorizados e classificados de acordo com unidades de análise específicas, constituindo um processo essencial para garantir que, posteriormente, possam ser compreendidos, de maneira mais eficaz, quando da análise e interpretação dos resultados.

### **2.1. Breve histórico dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo**

Neste tópico, será apresentado um histórico conciso do que será o material de trabalho a ser explorado na pesquisa: os três principais jornais do país – Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo –, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) (FOLHA..., 2020a). Todos têm uma longa história de atuação no cenário nacional, com diferentes linhas editoriais, posicionamentos político-ideológicos e momentos de interação com a política externa brasileira.

#### *2.1.1. O Estado de S. Paulo*

O jornal O Estado de S. Paulo foi fundado em 4 de janeiro de 1875, com o nome de A Província de São Paulo, por um grupo de republicanos, liderados por Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1833-1896), advogado ligado à elite emergente paulista do setor exportador de café (CORREA, 2016), e Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), jurista que atuou diretamente na criação da Justiça Federal e quarto presidente da República, entre 1898 e 1902 (COELHO, 2021). O objetivo era criar um diário de notícias que combatesse a monarquia e a escravidão e defendesse os interesses da província de São Paulo, que vivia um momento de

expansão econômica e social com o café (HISTÓRIA..., 2012). A Província de São Paulo surgiu em um contexto de crise do Império, que enfrentava oposição de vários setores da sociedade, como os militares, os cafeicultores, os abolicionistas e os republicanos; ademais, teve um papel importante na propaganda republicana, que culminou na proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 e foi bastante comemorada pela instituição jornalística (HISTÓRIA..., 2012).

Em 1885, o jornal passou por uma mudança importante, com a entrada de um jornalista campineiro talentoso, Júlio César Ferreira de Mesquita, como redator. Mesquita era um jovem advogado que tinha uma visão moderna e empreendedora do jornalismo – por isso, ele investiu na qualidade técnica e editorial do veículo e recuperou os anunciantes portugueses que haviam boicotado o jornal devido ao antilusitanismo de um dos seus membros, além de ter fortalecido a linha republicana e abolicionista do periódico, que se tornou um dos principais porta-vozes dessas causas no país (GUILHERME, 2018).

No dia 1 de janeiro de 1890, a entidade mudou seu nome para O Estado de S. Paulo, em homenagem à proclamação da República, da qual participou ativamente (HISTÓRIA..., 2012). O jornal se estruturou como um dos mais importantes do Brasil, com uma postura crítica, que o levou a enfrentar momentos de censura, repressão e perseguição ao longo da sua história, como durante o Governo Vargas (1930-1945) e a ditadura militar (1964-1985) (HISTÓRIA..., 2012). Também se notabilizou por apoiar movimentos políticos, a exemplo da Revolução Constitucionalista de 1932 – levante liderado pelo estado de São Paulo cujos objetivos giravam em torno de elaborar uma nova Constituição para o país e contestar o aspecto autoritário do governo instaurado por Getúlio Vargas em 1930 (ABREU, 2007) –, o movimento Diretas Já, entre 1983 e 1984 – que buscava a realização de eleições diretas para Presidente da República, logo após vinte e um longos anos de ditadura civil-militar (NERY, 2010) – e o impeachment de Fernando Collor de Mello, em dezembro de 1992 – acusado, pelo próprio irmão, de associação em esquema de corrupção administrado pelo tesoureiro de sua campanha eleitoral (SALLUM JR. e CASARÕES, 2011).

Vale destacar que, conforme o publicado no próprio *site* do Estadão, o jornal afirma “ser totalmente apartidário e independente” (PRINCÍPIOS..., 2021), e se posiciona a favor do modelo econômico proposto pelo capitalismo – perceptível quando a empresa aponta categoricamente “defender a livre iniciativa e a propriedade privada” (PRINCÍPIOS..., 2021). Além disso, o quarto princípio editorial assegura ser a instituição imparcial com relação à publicação dos fatos, explicando que a imparcialidade aderida “[...] significa noticiar os fatos como são, e não como gostaríamos que fossem” (PRINCÍPIOS..., 2021).

### 2.1.2. *Folha de São Paulo*

A Folha de São Paulo é um periódico brasileiro fundado em 19 de fevereiro de 1921, com o nome de Folha da Noite, por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha, que haviam saído do jornal O Estado de S. Paulo. O objetivo era criar uma empresa midiática mais moderna, ágil e clara do que as tradicionais da época, como o Estadão, e se engajar em defender os direitos dos trabalhadores urbanos – de acordo com publicação no próprio *site* do jornal (FOLHA..., 2020b). A Folha da Noite surgiu em um contexto de efervescência política e social no Brasil, marcado pela Semana de Arte Moderna de 1922 – evento simbolizando o início do modernismo brasileiro, corrente que influenciou significativamente a produção artística do século XX no país (AJZENBERG, 2012) – e pelo movimento tenentista – mobilização militar que contestava o domínio da burguesia oligárquica cafeeira e a distribuição do poder da Primeira República (1889-1930) e cujo surgimento remonta à eleição de 1922 (VITOR, 2019). O jornal se inspirava em modelos estrangeiros, como o francês *Le Petit Parisien* e o americano *The New York Times*, tinha uma seção de humor, chamada “Folhinha”, que fazia sátiras e críticas aos políticos e aos acontecimentos da época, e também se destacava pelos artigos mais curtos e por uma maior cobertura de esportes (FOLHA..., 2020b).

Em 1925, surgiu a publicação matutina *Folha da Manhã*. Em 1949, foi lançada a *Folha da Tarde* e, em 1960, as três – *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* –, devido ao movimento de racionalização e modernização empreendido pelo jornalista Nabantino Ramos (1908-1979) desde o princípio da década de 1950, se fundiram sob o nome de *Folha de São Paulo*, passando a ser publicada em três edições: a da manhã focava em notícias econômicas e políticas, a vespertina continha um noticiário variado e, por fim, a noturna abrangia notícias mais recentes e atualizadas (FOLHAS..., 2020). No mês de agosto de 1962, a empresa foi vendida para Octavio Frias de Oliveira (1912-2007) e Carlos Caldeira Filho (1913-1993) e, depois de enfrentar problemas financeiros, sofrer censura política pela ditadura militar (1964-1985) e apoiar fortemente a campanha das Diretas Já (1983-1984), a *Folha* empreendeu, nos anos 1980 e 1990, sob direção de Otavio Frias Filho, uma transformação gráfica e editorial no jornal, padronizando e orientando o trabalho dos jornalistas. Nos anos e décadas seguintes, se consolidou como um dos maiores e mais influentes jornais do país (TASCHNER, 1992; FOLHAS..., 2020).

Assim como o Estadão, a Folha de S. Paulo promete “manter atitude apartidária” (PRINCÍPIOS..., 2019); no entanto, diferentemente do periódico concorrente, percebe-se que não há a afirmação de que a Folha é imparcial na divulgação de suas notícias. Ao invés da imparcialidade, encontramos princípios editoriais se referindo à cultivação da pluralidade, divulgando um amplo leque de opiniões distintas, à garantia do contraditório no caso de ser publicada uma acusação direcionada a uma pessoa e ao apontamento de contradições, problemas e falhas nos assuntos tratados, bem como ao questionamento dirigido às autoridades públicas e aos poderes privados (PRINCÍPIOS..., 2019). Nesse sentido, percebe-se que a Folha é uma empresa jornalística que se propõe adotar uma disposição mais crítica no que tange às notícias divulgadas em comparação ao Estadão.

### 2.1.3. *O Globo*

Instituição proeminente na imprensa brasileira, O Globo possui uma história que remonta ao início do século XX. Fundado em 1925 por Irineu Marinho, jornalista experiente que já havia trabalhado em periódicos como a Gazeta de Notícias e A Noite – este último também criado por ele, em 1911 –, O Globo emergiu como um veículo de notícias de destaque no Rio de Janeiro (IRINEU..., 2022). Localizada em uma região central, a primeira sede do Globo estava estrategicamente posicionada, visto que a equipe não só estava preocupada com a divulgação dos fatos importantes da cidade, mas também na agilidade em relação à apuração, à redação e à distribuição dos seus exemplares (PRIMEIRA..., 2023). Entretanto, em 21 de agosto de 1925, menos de um mês após o lançamento da primeira edição do vespertino O Globo, seu criador, Irineu Marinho, morreu prematuramente e o comando do periódico passou para o jornalista Eurycles de Matos, que dirigiu a empresa até seu falecimento, em 1931 – quando Roberto Marinho, o primogênito de Irineu, assumiu o cargo de diretor-redator-chefe (O GLOBO..., 2023a).

Marinho era um empresário visionário e ambicioso, que tinha uma visão moderna e empreendedora do jornalismo. Ele transformou o jornal em um império de comunicação, que incluiu a Rádio Globo, em 1944 (CEM ANOS..., 2022), a editora Rio Gráfica – que, em 1986, veio a se transformar na Editora Globo (EDITORIA..., 2022) – e a TV Globo, em 1965 (TV GLOBO..., 2022). Antenado com as últimas novidades no mundo empresarial jornalístico, Roberto Marinho promoveu diversas reformas na instituição, a exemplo da implantação de computadores na redação em 1985, reduzindo significativamente os custos e o tempo em que era feito o processo de edição (COMPUTADOR..., 2023), da reforma gráfica em 1995, fazendo

com que o jornal adotasse uma nova perspectiva de redação e um logotipo ajustado às cores da bandeira do Brasil (REFORMA..., 2023), e da criação do site O GLOBO *online* em 1996, ilustrando que a instituição estava sempre atualizada na esteira da revolução tecnológica (O GLOBO..., 2023b). Todos esses fatores consolidaram O Globo como um jornal respeitado e influente na esfera nacional e fizeram com que adquirisse uma audiência e credibilidade significativas no país.

No que se refere aos princípios editoriais do Globo, nota-se uma proximidade com aqueles apresentados por ambos os veículos anteriores em relação à característica apartidária; quanto à imparcialidade, adota uma postura similar à do Estadão no momento em que informa, em seu *site*, que os jornalistas pertencentes à empresa devem noticiar os fatos com o objetivo em mente de “traduzir a realidade”, “não ter um viés” e, sempre que possível, se manter “livre de prismas” (PRINCÍPIOS..., 2011) – contrastando com o amplamente explorado mito da objetividade jornalística<sup>3</sup> (GUAZINA, 2011; KLAUTAU, 2017). Outra afirmação que é objeto de controvérsia, também proveniente da linha editorial da empresa, é aquela que diz ser o jornal “independente de grupos econômicos” (PRINCÍPIOS..., 2011), tendo em vista que o processo de surgimento e consolidação do Globo na mídia nacional está significativamente conectado aos interesses da elite econômica do país (WILKIN, 2008).

A imprensa não apenas se mostra como uma instituição essencial para que a esfera pública possa funcionar de uma forma adequada, mas se apresenta, também, como um espaço público em si mesmo; dessa maneira, no momento em que se classifica uma determinada questão como controversa, à imprensa é facultado o incremento na sua capacidade de enquadrar e agendar os debates públicos criados por ela mesma (FERREIRA, 2019). Além do mais, Campos, Feres Júnior e Daflon (2013) sublinham que a mídia tem sua influência na esfera pública identificada no momento em que filtra e destaca certos pontos de vista acerca de uma temática, inclusive silenciando alguns atores e dando voz a outros. Assim, faz-se importante analisar o discurso midiático para melhor compreendermos como ele constrói e influencia as representações sociais, os valores e as opiniões dos cidadãos sobre os temas em pauta.

## 2.2. Decodificando discursos: a técnica da Análise de Conteúdo

---

<sup>3</sup> Crença extensivamente questionada de que os jornalistas podem e devem relatar os fatos de forma neutra e objetiva, sem que a subjetividade inerente a todo ser humano, consubstanciada em suas opiniões, valores, interesses ou ideologias, interfira na matéria jornalística a ser escrita (MIGLIORANZA, 2007). A objetividade jornalística é tida como inviável pelo fato de ser impossível bloquear inteiramente a subjetividade do repórter (MIGLIORANZA, 2007).

Antes da aplicação das técnicas modernas do século XX na análise de comunicações, os textos eram examinados de várias maneiras; uma delas, a hermenêutica, prática antiga de interpretação de textos sagrados, lida com mensagens que exigem uma observação cuidadosa. Vale destacar que a interpretação dos sonhos, a exegese religiosa ou até mesmo a astrologia e a psicanálise utilizam a hermenêutica em suas explicações a fim de descobrir o sentido escondido por trás de discursos polissêmicos e simbólicos (BARDIN, 2016). Tendo em vista que certos estudos se assemelhavam, em termos de objeto, procedimento ou objetivo, à retórica e à lógica, estas também desempenhavam papéis na observação do discurso; sem embargo, muito embora a atitude interpretativa tenha persistido na análise de conteúdo, esta se diferencia das outras por se basear em processos técnicos de validação (BARDIN, 2016). Além das tradições antigas de abordagem textual, alguns casos históricos, como a atitude interpretativa utilizada para classificar e comparar hinos religiosos no século XVII – tendo por fito encontrar evidências de heresia praticada em determinada seita (BAUER e GASKELL, 2002) –, o estudo sobre a expressão das emoções e das tendências na linguagem, realizado entre 1888 e 1892 pelo francês Bourbon – que contou com uma classificação temática das palavras-chave do Livro do Êxodo, parte integrante da Bíblia –, e um estudo sociológico que versava sobre a integração de emigrantes polacos na Europa e na América, empreendido por Thomas, professor em Chicago, e Znaniecki, antropólogo polaco, anteciparam, em certa medida, o desenvolvimento da análise de conteúdo (BARDIN, 2013).

Nos Estados Unidos, o método da análise de conteúdo se desenvolveu significativamente a partir do início do século XX – em especial durante as quatro primeiras décadas –, com um foco na medida e utilizando, primordialmente, material jornalístico como objeto de estudo (BARDIN, 2013). A Escola de Jornalismo de Colúmbia desempenhou um papel fundamental nesse desenvolvimento, incentivando estudos quantitativos de jornais, cujas análises incluíam inventários das rubricas, acompanhamento da evolução de publicações, medição do grau de "sensacionalismo" em artigos e comparações entre semanários rurais e diários citadinos (BARDIN, 2013). Houve um crescente interesse em contar e medir aspectos como tamanho dos títulos e localização na página; além disso, a análise de propaganda ganhou destaque, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial e, mais ainda, na Segunda Guerra Mundial. Harold Lasswell é uma figura destacada na história da análise de conteúdo, com análises de imprensa e propaganda desde 1915 e, sobretudo, com a publicação de "*Propaganda Technique in the World War*<sup>4</sup>" em 1927. Esse período também viu a influência do behaviorismo

---

<sup>4</sup> Em tradução livre, "A técnica da propaganda na Guerra Mundial".

nas ciências psicológicas, que proporcionou uma ênfase na psicologia comportamental objetiva – ramo da psicologia que estuda o comportamento humano tendo por base os estímulos recebidos pelo indivíduo e o meio em que a pessoa está inserida (PONTES e HÜBNER, 2008; BARDIN, 2013). Paralelamente, a linguística também passou por mudanças importantes, como o desenvolvimento da fonologia por Troubetskoy e a análise distributiva por Bloomfield, marcando uma transição da linguística tradicional para uma abordagem funcional e estrutural, embora a análise de conteúdo e a linguística tenham continuado a se desenvolver separadamente, apesar de sua proximidade em relação ao estudo da linguagem (BARDIN, 2013).

No transcorrer da década de 1940, com os problemas impostos pelo contexto da Segunda Guerra Mundial, constatou-se que 25% dos estudos empíricos realizados na época, cuja metodologia fazia uso da AC, tinham por temática a investigação política – como, por exemplo, o incentivo dado aos analistas pelo governo estadunidense para que identificassem jornais suspeitos de propagarem ideais nazistas (BARDIN, 2013). A partir das contribuições de Berelson e Lazarsfeld, veio à tona a preocupação em trabalhar sistematicamente com amostras, interrogar-se a respeito da validade dos resultados e procedimentos e verificar a produtividade da análise. Já naquele período, Berelson (1948, n.p., *apud* BARDIN, 2013, p. 20) buscou uma conceitualização da técnica, definindo a análise de conteúdo como “[...] uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Em seguida, houve um declínio do interesse pelo método vivenciado no plano acadêmico no início da década de 1950; porém, logo depois, com a exigência de objetividade se tornando menos rígida e a aceitação da combinação da estatística com a compreensão clínica, os estudos sobre o tema experienciaram o uso crescente da AC no final dos anos 1950 (BARDIN, 2013). Seguiu-se, na década seguinte, o desenvolvimento computacional, o que permitiu um progresso significativo em termos de trabalho com um grande número de informações.

Além de o tratamento informático permitir assimilar rapidamente quantidades de dados impossíveis de manipular manualmente e permitir testes estatísticos anteriormente impraticáveis, o uso do computador tem consequências nas questões privilegiadas da análise de conteúdo. O *computador* vem oferecer novas possibilidades, mas a realização de um programa de análise exige um *acréscimo de rigor* em todas as fases do procedimento. [...] Uma vez que permite apurar a contagem por frequência, o computador leva-nos a pôr questões sobre a ponderação ou a distribuição das unidades de registo, assim como a ultrapassar a dicotomia: análise quantitativa/análise qualitativa (BARDIN, 2013, p. 24).

Assim, após meados da década de 1970, com a consolidação da informática como instrumento de trabalho, o interesse passou a ser em relação a uma inovação metodológica da análise de conteúdo. Autores como Bauer e Gaskell (2002, p. 192), por exemplo, se dedicaram a apresentar as principais percepções que se tinha da AC no transcorrer do século XX:

**Quadro 3** – Definições da Análise de Conteúdo ao longo do século XX

AUTOR	DEFINIÇÃO
Kaplan, 1943, p. 230	A semântica estatística do discurso político
Berelson, 1952, p. 18	A técnica de pesquisa para a descrição <i>objetiva, sistemática e quantitativa</i> do conteúdo manifesto da comunicação
Holsti, 1969, p. 14	Toda técnica para <i>fazer inferências</i> através da identificação <i>objetiva e sistemática</i> de características específicas de mensagens
Paisley, 1969	Processamento da informação em que o <i>conteúdo da comunicação é transformado</i> , através da aplicação objetiva e sistemática de regras de <i>categorização</i>
Krippendorff, 1980, p. 21	Uma técnica de pesquisa para produzir <i>inferências replicáveis e práticas</i> partindo dos dados em direção a seu contexto
Weber, 1985, p. 9	Uma metodologia de pesquisa que utiliza um <i>conjunto de procedimentos</i> para produzir inferências válidas de um texto. Essas inferências são sobre emissores, a própria mensagem, ou a audiência da mensagem.

FONTE: BAUER e GASKELL, 2002, p. 192.

Dentre as várias definições que podem ser elaboradas, pode-se afirmar que a AC é uma técnica de análise de dados que se aplica a diversos tipos de discursos e formas de comunicação. Segundo Bardin, a AC consiste em uma “hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (BARDIN, 2013, p. 11). Ou seja, trata-se de um método que busca interpretar os sentidos e as significações dos conteúdos comunicacionais a partir de categorias e critérios definidos pelo investigador. Ademais, tem por principais objetivos superar a incerteza – isto é, a de saber se a interpretação que o pesquisador está fazendo da mensagem analisada é válida e generalizável – e enriquecer a leitura do texto a partir da utilização de mecanismos metodológicos com a finalidade de identificar o propósito do conteúdo explorado (BARDIN, 2013).

Para realizar uma Análise de Conteúdo, Bardin propõe três etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A pré-análise consiste em

organizar os documentos que serão analisados, fazer uma leitura flutuante do material, formular hipóteses e objetivos e preparar o material para a análise. A exploração do material, por sua vez, envolve a codificação e a categorização dos dados, ou seja, a identificação e a classificação das unidades de sentido que compõem o conteúdo. Por fim, o tratamento dos resultados implica em fazer inferências e interpretações sobre os dados codificados e categorizados, relacionando-os com o referencial teórico e os objetivos da pesquisa.

Bardin (2013) classifica a AC em três tipos, de acordo com o nível de profundidade da análise: temática, simbólica e semântica. A princípio, a análise temática se concentra nos temas ou assuntos que são abordados no conteúdo, buscando identificar ideias principais e informações relevantes. Em segundo lugar, a análise simbólica se ocupa dos símbolos ou signos que são utilizados no conteúdo, procurando revelar os sentidos ocultos ou implícitos que eles transmitem. Por último, a análise semântica se dedica aos significados ou sentidos que são expressos no conteúdo, com o fito de compreender as intenções e as representações dos emissores e dos receptores da comunicação.

A AC é uma técnica que oferece diversas possibilidades para as pesquisas sociais aplicadas às áreas da comunicação, da educação, da saúde, da política, entre outras. Ela permite analisar diferentes tipos de conteúdo comunicacionais, como textos escritos, imagens, vídeos ou áudios, possibilita trabalhar com diferentes fontes de dados, como jornais, revistas, livros, entrevistas, questionários e redes sociais e contribui para o rigor científico e a validade das análises qualitativas, ao exigir um procedimento sistemático e controlado por parte do pesquisador (BARDIN, 2013).

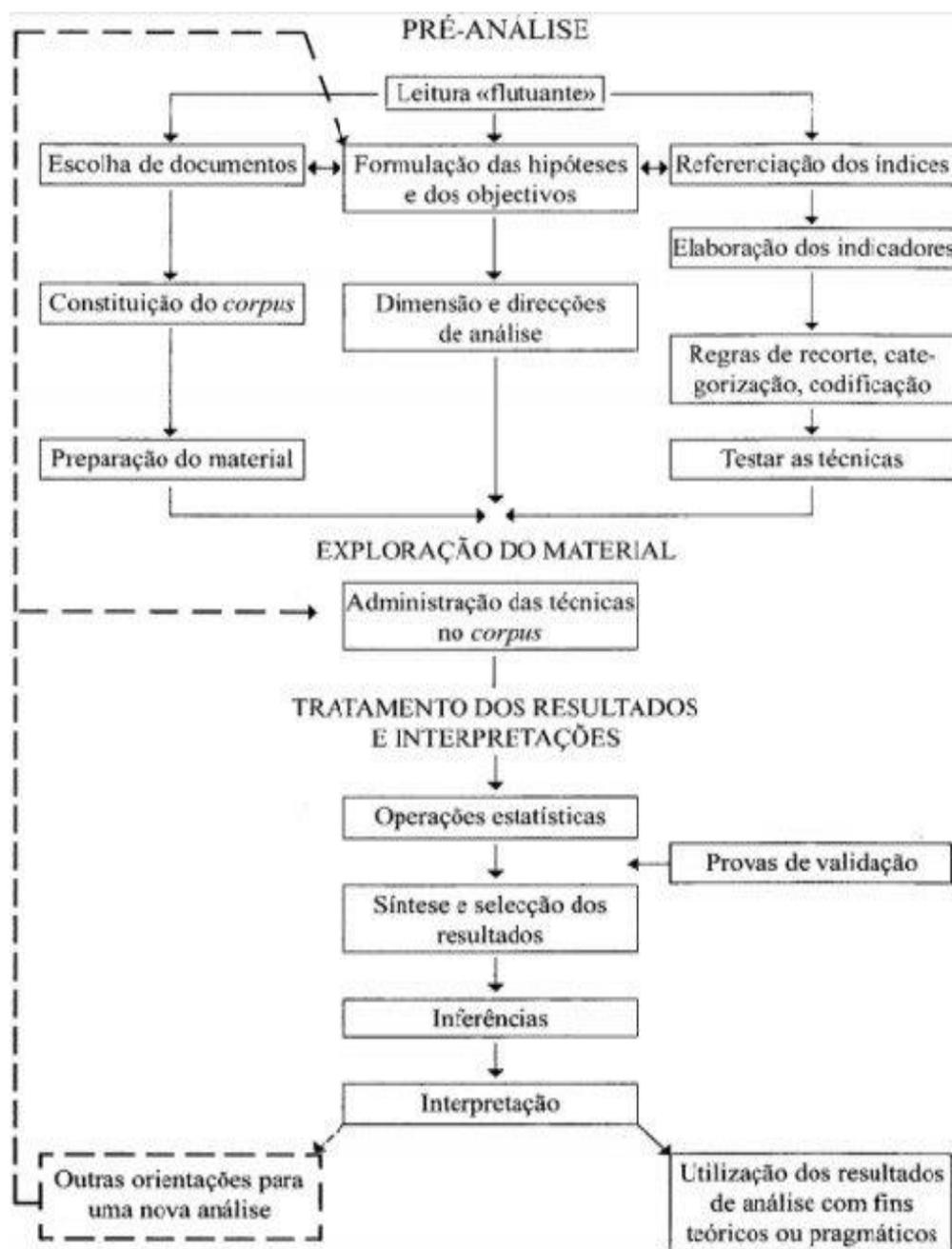
Ademais, a técnica em questão resta devidamente adequada quando se quer realizar uma análise dos editoriais de jornais, tendo em vista ser um processo que segue um sistema a ser respeitado pelo pesquisador para que a operação seja bem feita. Os editoriais são textos que expressam a opinião institucional da empresa jornalística; portanto, tais textos são influenciados pela linha do jornal, que reflete sua orientação política, econômica, cultural e social (ALVES FILHO, 2006). Para fazer uma AC de editoriais de jornais, é fundamental que o pesquisador defina um *corpus* textual a ser analisado, delimite os objetivos – no caso deste trabalho, analisar a cobertura em relação aos BRICS nos editoriais da Folha de São Paulo, do Estadão e do Globo, três dos principais jornais brasileiros, no intervalo de tempo entre 2009 e 2019 – e as hipóteses da pesquisa – a principal aqui ventilada é a de que o jornalismo brasileiro possui um viés conservador e se encontra voltado especialmente para as elites (AZEVEDO, 2006); por conta disso, a visão dos três veículos a serem analisados estaria voltada para um entendimento negativo acerca da existência dos BRICS, um bloco de países assumidamente anti-hegemônico

–, escolha as categorias e os critérios de análise, aplique os procedimentos técnicos adequados – como o uso de *softwares* específicos – e interprete os resultados obtidos (BARDIN, 2013).

Nesse sentido, utilizando-se de elementos da linguística, podemos nos prover da AC para realizarmos pesquisas em diversas áreas correlatas, tais como na Análise de Política Externa (APE), que é um campo interdisciplinar dentro da área das Relações Internacionais que busca compreender as decisões, as ações e os discursos dos atores envolvidos nas relações internacionais (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013). Assim, a AC pode ser usada para investigar como discursos oficiais e midiáticos sobre política externa representam, justificam ou contestam determinadas posições de grupos de interesse, sejam estes nacionais ou internacionais. Além do mais, a linguística pode contribuir com conceitos e ferramentas para analisar aspectos como coerência, coesão, argumentação e intertextualidade de manifestações discursivas sobre política externa.

Importante salientar que, a partir do próximo tópico, começaremos a seguir todo o procedimento descrito por Bardin (2016) quando da realização de uma Análise de Conteúdo, representado pelo organograma a seguir:

**Figura 1** – Organograma representando o processo esquematizado de uma Análise de Conteúdo



FONTE: BARDIN, 2013, p. 128.

Realizadas uma breve exposição acerca da evolução histórica das três empresas jornalísticas a serem observadas e uma descrição do conceito e aplicabilidade da metodologia que será utilizada, passamos às seções da apresentação das hipóteses e dos objetivos para, em seguida, manusearmos os dados com os quais vamos operar.

### 2.3. Formulação das hipóteses e dos objetivos

A hipótese central desta pesquisa sugere que a cobertura jornalística brasileira tende a um viés conservador, privilegiando perspectivas que ressoam mais fortemente com os interesses das elites, conforme apontado por Azevedo (2006). Essa inclinação pode influenciar a representação dos BRICS nos principais veículos de comunicação do país, potencialmente conduzindo a uma percepção mais crítica ou cética em relação ao bloco. Considerando a natureza anti-hegemônica dos BRICS, que se posicionam como um contraponto aos interesses tradicionais das potências ocidentais, espera-se que essa tendência conservadora da mídia brasileira se reflita em uma narrativa menos favorável ao bloco, destacando as supostas fragilidades e limitações na arena internacional da aliança.

Além disso, as diferenças internas dos países membros dos BRICS, como destacado por Chacra (2023), são vistas como fatores que podem enfraquecer a coesão e a sustentabilidade do grupo a longo prazo. Tais diferenças vão desde a natureza dos regimes políticos, variando entre democraticamente mais abertos e mais fechados, até as políticas econômicas divergentes, especialmente em termos de comércio exterior – a China, por exemplo, se destaca como uma grande importadora de commodities, enquanto o Brasil e a Rússia como exportadores, o que abre margem para que cada membro do bloco se beneficie economicamente de maneiras distintas e, muitas vezes, opostas (STUENKEL, 2017). Esse aspecto reforça a hipótese de que a mídia brasileira, ao cobrir os BRICS, possa enfatizar essas dissemelhanças, contribuindo para uma visão mais negativa do bloco, alinhada à aparente postura conservadora dos veículos de comunicação. Assim, a pesquisa busca explorar até que ponto essa hipótese se confirma na prática, analisando a cobertura dos BRICS para entender como essas diferenças são retratadas e percebidas.

Neste estudo, o objetivo primordial consiste em examinar a cobertura editorial sobre os BRICS, realizada pela Folha de São Paulo, pelo Estadão e pelo Globo, ao longo de uma década – 2009, ano do primeiro encontro entre os chefes de Estado dos BRICs (ainda sem a África do Sul, e 2019, quando aconteceu a última reunião presencial entre os mandatários dos cinco países antes da pandemia de COVID-19. Utilizando a metodologia da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) por meio do *software Iramuteq*, a pesquisa busca revelar padrões e temas recorrentes nos editoriais desses periódicos. A CHD, que será examinada mais à frente neste trabalho e se baseia na análise de frequência e coocorrência de palavras nos textos, permitirá uma compreensão das abordagens e dos discursos empregados pelos jornais em relação aos BRICS por meio de ferramentas estatísticas, aliadas a uma análise qualitativa dos dados.

Ademais, o estudo busca confirmar ou refutar a hipótese inicialmente proposta – a de que os jornais analisados possuem uma inclinação conservadora, potencialmente resultando em

uma representação negativa dos BRICS. Através da análise das marcas linguísticas e dos temas emergentes identificados pela CHD no Iramuteq, será possível avaliar se essa tendência se manifesta de fato na cobertura editorial. A pesquisa se propõe, portanto, a decifrar não apenas o conteúdo explícito, mas também as predisposições ideológicas que permeiam a cobertura dos BRICS, contribuindo para uma compreensão mais ampla e fundamentada das dinâmicas entre mídia, opinião pública e política internacional.

#### 2.4. Composição da base de dados

Uma etapa essencial para se realizar uma Análise de Conteúdo consiste em detalhar o passo a passo seguido para obtenção do material a ser explorado, com vistas a uma possível replicabilidade do estudo por parte de futuros pesquisadores (SAMPAIO e LYCARIÃO, 2021). Nesse contexto, para que seja viável essa replicabilidade, é necessário, antes de tudo, que o mesmo material analisado seja disponibilizado ao leitor, “estando o mesmo em condição equivalente ou suficiente para uma nova codificação externa ao contexto da pesquisa original” (SAMPAIO e LYCARIÃO, 2021, p. 111). Por esse motivo, nesta fase, faz-se essencial uma explanação sobre o procedimento de como foi adquirido o material deste trabalho, isto é, quais foram as ferramentas através das quais se obtiveram os editoriais jornalísticos que serão examinados.

Em primeiro lugar, a fim de serem encontrados editoriais do jornal Folha de S. Paulo que tivessem como tema os BRICS, entramos no *website* da empresa<sup>5</sup> e clicamos na opção “Pesquisar”, disponível no canto superior direito da página. Digitamos a palavra-chave “BRICS” e, após um clique na lupa ao fim da caixa de pesquisa, recebemos uma lista com milhares de resultados dos mais diversos conteúdos jornalísticos que continham a sigla “BRICS”, de opiniões de colunistas a editoriais<sup>6</sup>. Tendo em vista o foco deste trabalho, selecionamos – a partir dos filtros disponíveis no lado esquerdo da página – apenas os textos entre o período de 01/01/2009 a 31/12/2019 da seção “Editorias” e da subseção “Opinião”<sup>7</sup>. Dado que pretendemos investigar o que pensa o próprio jornal nesse intervalo de tempo, a seleção desses filtros se mostrou mais apropriada para atingirmos o objetivo da pesquisa.

---

<sup>5</sup> <https://www.folha.uol.com.br/>

<sup>6</sup> <https://search.folha.uol.com.br/?q=brics&site=todos>

<sup>7</sup> <https://search.folha.uol.com.br/search?q=brics&periodo=personalizado&sd=01%2F01%2F2009&ed=31%2F12%2F2019&site=sitefolha&site%5B%5D=online%2Fopiniao>

Levando em consideração os 67 resultados da pesquisa com os filtros escolhidos, o próximo passo consistiu em verificar, um por um, se se tratavam de colunas de opinião assinadas pessoalmente por indivíduos ou, efetivamente, de editoriais da própria Folha de S. Paulo. Essa seleção foi feita com base na autoria dos 67 textos: caso a matéria contivesse como autor uma pessoa, não interessar-nos-ia; caso, ao invés de um autor, encontrássemos “Editorial”, “Opinião” ou nenhuma autoria, seria de nosso interesse. Dessa maneira, chegamos ao resultado total de 19 editoriais. No entanto, fez-se necessária uma leitura desses 19 editoriais para apurarmos se, de fato, o tema central da matéria era os BRICS ou se a aliança geopolítica era somente mencionada *en passant*<sup>8</sup>, sem nenhum comentário direcionado à coalizão propriamente dita<sup>9</sup> – última filtragem essencial nesse processo, posto que a ausência desse critério de seleção poderia vir a afetar o resultado final do nosso trabalho. Por fim, chegou-se ao *corpus* de textos jornalísticos da Folha composto por 9 (nove) editoriais que tinham os BRICS como assunto principal ou comentavam rapidamente sobre o grupo, seja de forma positiva ou negativa.

O próximo estágio, este mais simples, consistiu em copiar a integralidade dos textos dos editoriais para um documento no programa *Microsoft Word*, feito primordialmente para trabalhos textuais, a fim de iniciar a confecção do banco de dados. Na última etapa, após finalizado esse banco de dados com os editoriais dos três jornais – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo –, será feito o tratamento de todos os editoriais para que possa ser devidamente lido e analisado por outro programa, o *Iramuteq*.

O passo a passo seguido para a extração de editoriais do jornal O Estado de S. Paulo foi semelhante àquele descrito anteriormente em relação à Folha de S. Paulo. Primeiramente, entramos no *site* do Estadão<sup>10</sup> e digitamos, parte superior direita, na caixa de pesquisa onde se lê “Buscar...”, a sigla “BRICS” e clicamos na lupa para visualizarmos os resultados, cujo total foi mais de quatro mil matérias<sup>11</sup>. Clicamos na opção “filtrar”, disponível um pouco abaixo da caixa de pesquisa, no centro da tela, e selecionamos as opções, à direita, “brics” e, à esquerda, “Opinião” e “Opinio” [*sic*]. Em seguida, a partir do campo de busca escrito “Em qualquer

---

<sup>8</sup> Expressão francesa que significa, em tradução livre, “de passagem”, “rapidamente”.

<sup>9</sup> Por exemplo, no editorial intitulado “Um Plano Dilma” (<https://www1.folha.uol.com.br/opinio/2013/06/1288351-editorial-um-plano-dilma.shtml>), a matéria não tem como objetivo tecer acertos ou desacertos no que se refere às iniciativas tomadas pelos BRICS, mas sim apontar erros na administração econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2016) durante sua presidência. No entanto, a frase encontrada no corpo do texto que diz “[...] enquanto o Brasil se enreda nas **negociações infrutíferas** do Mercosul e **dos Brics**” (grifos nossos) constitui um excelente objeto a ser examinado no contexto de uma Análise de Conteúdo, visto que demonstra de maneira nítida como pensa o jornal a respeito dos BRICS.

<sup>10</sup> <https://www.estadao.com.br/>

<sup>11</sup> <https://busca.estadao.com.br/?q=brics>

data”, filtramos o intervalo de tempo que nos interessa – 01/01/2009 a 31/12/2019 – e o produto resultante foi de 18 matérias<sup>12</sup>. Após todas lidas cuidadosamente, constatou-se que, dessas, apenas 7 consistiam em editoriais do Estado de S. Paulo; entretanto, para nossa surpresa, nenhum deles tinha como tema central os BRICS nem apresentava pontos de vista que fizessem transparecer o que pensa institucionalmente o jornal sobre a existência do grupo – consequentemente, vez que não poderiam ser utilizados neste estudo por não abordarem o objeto de nossa Análise de Conteúdo, descartamo-los.

Apesar disso, navegamos no *website* do jornal O Estado de S. Paulo, novamente, no intuito – e na esperança – de encontrar textos que pudessem ser usados neste trabalho. Na página inicial<sup>13</sup>, passamos o cursor onde se lê “Notícias e Editoriais”, na parte superior do *site*, e depois clicamos em “Opinião”. Abriu-se uma nova janela<sup>14</sup> e, no centro desta, fizemos a busca pela palavra-chave “BRICS” a partir da caixa de pesquisa disponível, o que nos trouxe 13 registros<sup>15</sup>. Desses, 6 consistiam em editoriais do próprio jornal escritos entre os anos de 2009 e 2019 – e, diferentemente da primeira procura no acervo do Estadão que havíamos realizado, todos os seis possuíam como temática principal os BRICS. Copiamos os textos em sua íntegra, salvamos em nosso documento e banco de dados do *Word* e seguimos para a sondagem do último periódico que restava.

Por fim, visitamos o *website* do jornal O Globo<sup>16</sup> e, na barra de buscas localizada no canto superior direito da página, digitamos “BRICS” e clicamos na frase que apareceu “buscar por ‘BRICS’”, fornecendo-nos algumas notícias mais recentes<sup>17</sup>. Apesar de não estar disponível nenhuma opção de filtro para serem mostrados apenas os editoriais da instituição, selecionamos o período do nosso interesse – 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2019 – para que filtrássemos manualmente após a resposta do *site* com os produtos da nossa procura. Todavia, mais outra surpresa: o retorno do mecanismo de pesquisa foi “Nenhum resultado encontrado”<sup>18</sup> – o que é muito estranho, já que, com uma rápida busca no *Google*, encontramos uma matéria, desse mesmo jornal, cujo conteúdo versava sobre os BRICS, datada de 2009<sup>19</sup>. A conclusão a que chegamos: ou existia algum erro de programação no *site* do Globo, ou, existindo textos

---

<sup>12</sup> [https://busca.estadao.com.br/?tipo\\_conteudo=Todos&quando=01%2F01%2F2009-31%2F12%2F2019&q=brics&editoria%5B%5D=Opini%C3%A3o&assunto%5B%5D=brics](https://busca.estadao.com.br/?tipo_conteudo=Todos&quando=01%2F01%2F2009-31%2F12%2F2019&q=brics&editoria%5B%5D=Opini%C3%A3o&assunto%5B%5D=brics)

<sup>13</sup> <https://www.estadao.com.br/>

<sup>14</sup> <https://www.estadao.com.br/opinioao/>

<sup>15</sup> <https://www.estadao.com.br/opinioao/busca/?headline=brics&sizeMultiple=1&typeFilter=opinioao>

<sup>16</sup> <https://oglobo.globo.com/>

<sup>17</sup> <https://oglobo.globo.com/busca/?q=BRICS>

<sup>18</sup> <https://oglobo.globo.com/busca/?q=BRICS&order=recent&species=blogs&from=2009-01-01T00%3A00%3A00-0300&to=2019-12-31T23%3A59%3A59-0300&page=1>

<sup>19</sup> <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-sera-sede-de-proxima-cupula-dos-brics-em-2010-3192226>

jornalísticos da empresa em formato impresso, ainda não haviam sido transformados para formato digital. Logo, tínhamos que achar uma solução alternativa.

Nesse contexto, a maneira de resolver o impasse apresentou-se – a base de dados do projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq, intitulado “Política Externa Brasileira no Editorial dos três maiores jornais nacionais do Brasil (Folha de São Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo) no século XXI”<sup>20</sup>. A partir desse trabalho realizado, extraímos os editoriais do jornal O Globo que foram obtidos pela pesquisa CNPq para compor a nossa própria base de dados: de um total de 20, 15 faziam referência, seja como temática central, seja rapidamente, aos BRICS. Aproveitando o ensejo, com o objetivo de enriquecer nossa análise, seguimos o mesmo processo de extração em relação aos editoriais do Estadão e da Folha de S. Paulo que não havíamos conseguido encontrar nos respectivos *sites* dos jornais – da pesquisa CNPq mencionada para a nossa base de dados. Portanto, adicionados todos os textos ao nosso documento de texto no *Word* – resultando num total de 46 (quarenta e seis) editoriais dos três jornais –, os dados com os quais trabalharíamos estavam completos e prontos para serem manuseados.

## 2.5. Preparação e codificação dos dados

Finalizada a confecção da base de dados, a próxima etapa consistiu em realizar algumas alterações no *corpus* dos editoriais selecionados para que, posteriormente, pudessem ser transferidos para o programa de análises textuais chamado *Iramuteq*. Desse modo, para que um arquivo de texto no *Word* possa ser lido no *Iramuteq*, é preciso formatá-lo de acordo com algumas regras específicas<sup>21</sup>:

Primeiramente, o arquivo deve ter um cabeçalho, isto é, uma linha com quatro asteriscos (\*\*\*\*) seguidos das variáveis escolhidas para identificação dos textos – data, fonte, numeração, título etc. – que deverão, cada uma, iniciar com um asterisco (\*) e conter um espaço separador entre elas. É necessário que o cabeçalho esteja na primeira linha do arquivo, antes de qualquer bloco.

---

<sup>20</sup> Esse projeto de pesquisa foi apresentado à Chamada MCTIC/CNPq nº 28/2018 Universal, desenvolvido entre os anos de 2019 e 2023, no Departamento de Relações internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob o código 408971/2018-5, e concedido a Túlio Sérgio Henriques Ferreira, Professor Associado do Departamento de Relações Internacionais e do PPGCPRI da UFPB.

<sup>21</sup> O passo a passo apresentado está disponível do Manual do Aplicativo *Iramuteq*, acessível através do próprio *site* do programa: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>.

Em seguida, o arquivo tem que ser estruturado em blocos de texto, que serão as unidades de análise compostas para serem lidas pelo *Iramuteq*, e cada bloco de texto precisa preencher os seguintes requisitos:

- a) Sinais que não podem estar presentes: apóstrofo, cifrão, porcentagem, reticências, aspas, asterisco, negrito, itálico, travessão, grifo e similares – quando possível, escrevê-los por extenso sem modificar o sentido da frase;
- b) Formatação com recuo de parágrafo, justificação ou tabulações do texto não podem ser feitas;
- c) Pontuação permitida: vírgula, exclamação, interrogação, ponto e dois pontos;
- d) O bloco de texto tem de estar escrito no formato de texto corrido, sem apresentar mudanças de linha;
- e) As palavras compostas e as que devem ser consideradas em conjunto precisam ser vinculadas pelo símbolo de *underline* (\_), ainda que sejam ortograficamente unidas pelo hífen. Por exemplo: tupi\_guarani, micro\_ondas, palavra\_chave, redes\_sociais, ministério\_da\_saúde;
- f) Os verbos pronominais têm que ser todos escritos em próclise, tendo em vista que o dicionário do *Iramuteq* não reconhece as flexões verbo-pronominais: ao invés de “queixou-se”, deve-se escrever “se queixou”;
- g) Os números devem ser mantidos em algarismos, não escritos por extenso. Por exemplo: usar “1817” no lugar de “mil oitocentos e dezessete”, “45” no lugar de “quarenta e cinco”;
- h) Siglas e nomes próprios têm que estar padronizados, a fim de obedecer sempre à mesma grafia;
- i) Tendo em vista o objetivo deste trabalho, substituiu-se todos os vocábulos que faziam referência aos BRICS – por exemplo, “grupo”, “bloco”, “aliança” – pela própria sigla “BRICS”, para que o *Iramuteq* pudesse realizar uma análise mais precisa, considerando todas as ocorrências uniformemente;
- j) Por último, deve vir o texto do bloco, que não pode conter linhas em branco, mas deve terminar com uma linha em branco, que indica o fim do bloco e o início de outro.

Por fim, é preciso que o arquivo esteja salvo no tipo “.txt”, que caracteriza um texto sem formatação. Para converter um arquivo do *Word* para esse formato, basta clicar em “Arquivo”, depois em “Salvar como”, escolher um local e um nome para o arquivo, e selecionar “Texto sem formatação (.txt)” ou “Texto simples (.txt)” na opção “Tipo” ou “Formato”. No entanto, vale ressaltar que, ao realizarmos a exportação do arquivo “.txt” salvo no *Word* para o *Iramuteq*,

ocorreu um erro de leitura neste programa. Em função disso, após rápida pesquisa na *internet*, descobrimos um método mais simples, prático e que, desta vez, funciona: a utilização do Bloco de Notas – um *software* que já vem instalado na maioria dos computadores com sistema operacional *Windows* – para salvar os textos. Para salvar arquivos em formato “.txt” no Bloco de Notas, é só clicar em “Arquivo”, então em “Salvar como”, escolher um nome e depois em “Salvar”<sup>22</sup>.

Com o objetivo de nosso banco de dados ficar o mais organizado possível, salvamos três arquivos diferentes no Bloco de Notas, cada um contendo o *corpus* editorial de cada jornal. Essa segmentação virá a se mostrar útil quando da análise textual que faremos com o *Iramuteq* nos próximos estágios desta pesquisa. Para fins didáticos, após a edição de um editorial da Folha de S. Paulo, publicado no dia 13 de agosto de 2012, assim ficou um dos textos que serão enviados para análise no *Iramuteq* – considerando que abreviamos o nome do jornal para Folha:

\*\*\*\* \*folha \*editorial\_16 \*ano\_2012

Os mercados financeiros gostam de modas e siglas. A marca BRICS foi cunhada em 2001 pelo banco Goldman\_Sachs, com grande sucesso. Mas a coqueluche do momento é o Mist. A nova sigla se refere a México, Indonésia, Coreia\_do\_Sul, cujo nome, em inglês, começa com S, e Turquia. A novidade tem substrato econômico, em 2012, até o início de agosto, os mercados acionários do Mist acumulavam uma alta de 12 por cento, contra apenas 1,5 por cento dos BRICS acrescida do S de África\_do\_Sul. Os BRICS se tornaram o grande caso de marketing que se incorporou ao léxico porque comunicou de forma direta e simples um fenômeno real, o rápido crescimento de um grupo de países. Os BRICS ganharam corpo na última década e alteraram o equilíbrio de poder global. Esses agrupamentos, como os BRICS e o Mist, no entanto, dizem pouco sobre os países. Não se deve tomar a mera presença na sigla por similaridade. Divergem os regimes políticos, os recursos naturais e a base econômica. Elemento comum a todos, porém, é a presença de um fator que no passado chegou a ser considerado obstáculo para o desenvolvimento, especialmente na Ásia, as grandes populações respectivas. Com a atual disseminação de processos produtivos e abundância de capital, população e crescimento da produtividade são considerados dois indicadores robustos da posição relativa das nações, ao menos segundo o conceito restrito do PIB. Os países do Mist somam quase 500000000 habitantes, 45 por cento a mais que a população da zona do euro. Suas economias têm a dimensão da alemã, com PIB total de 400000000000 dólares, e contam com altas projeções de crescimento. Mesmo assim, é preciso considerar fatores individuais. O México, por exemplo, tem atraído mais capital e nos próximos dois anos terá desempenho melhor que o do Brasil, graças ao ganho consistente de produtividade e à proximidade com os EUA em recuperação. A Turquia, por seu lado, tem posição geopolítica privilegiada, entre Europa, Oriente Médio e Ásia. Entre suas fragilidades estão a dependência do petróleo importado e grandes déficits externos. No conjunto, os membros do Mist têm peso suficiente para fazer diferença nas perspectivas de crescimento global, a despeito da incerteza nas projeções. Esta é a boa notícia. A incógnita é o impacto de sua inclusão numa ordem política global já tão fragmentada (EDITORIAL..., 2012).

---

<sup>22</sup> Uma observação que merece destaque é que o Bloco de Notas, por padrão, salva os arquivos na codificação UTF-8 – um tipo de codificação que poucas vezes dá erro quando o arquivo é exportado para o *Iramuteq* – ao contrário do *Microsoft Office Word*, que padroniza os salvamentos na codificação CP-1252 (NAJI e ASHOUR, 2016).

Neste tópico, apresentamos os passos realizados para a preparação do banco de dados de editoriais, que consistiram na coleta, seleção, organização e formatação dos textos. Essas fases foram fundamentais para garantir a consistência dos dados que serão analisados nas próximas etapas.

## 2.6. Categorização e classificação

Neste subcapítulo, o foco reside na aplicação da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), segundo o método descrito por Reinert (1983), aos editoriais dos três maiores jornais em circulação no Brasil. Este método analítico será utilizado para explorar a estrutura desses textos, revelando padrões temáticos e relações semânticas presentes nos editoriais. Entretanto, no contexto do *software Iramuteq*, é fundamental diferenciar três nomenclaturas que serão exaustivamente utilizadas no decorrer deste trabalho: *corpus* textual, texto e segmento de texto. O *corpus* textual refere-se ao conjunto global de documentos ou textos que serão analisados, representando a totalidade do material utilizado – no caso desta pesquisa, o *corpus* é constituído por quarenta e seis editoriais. Cada documento individual dentro do *corpus* – ou seja, cada editorial – é considerado um texto, sendo uma unidade autônoma de análise. Por fim, um segmento de texto refere-se a partes específicas de um texto maior que são isoladas pelo próprio sistema do *Iramuteq* para realização de uma análise mais detalhada – normalmente, pela configuração padrão do programa, cada segmento é composto por quarenta palavras.

Em se tratando de um *software* que usa modelos da estatística para a geração das suas análises, faz-se necessário o esclarecimento do que significa o teste qui-quadrado, um dos conceitos estatísticos mais importantes na utilização do *Iramuteq*. Frequentemente representado pela letra grega  $\chi^2$ , o teste qui-quadrado é aplicado para “verificar se os dados de uma amostra seguem uma determinada distribuição e também aferir a associação existente entre variáveis qualitativas” (HENNING e SANTOS, 2014, p. 104). Além disso, esse teste é usado para avaliar se há uma diferença significativa entre as frequências observadas e as frequências esperadas em categorias de um determinado evento (HENNING e SANTOS, 2014). Em outras palavras, ele pode ser utilizado para determinar se a distribuição de dados observados difere significativamente de uma distribuição que seria esperada sob uma determinada hipótese. Este teste é amplamente utilizado em diversas áreas, como pesquisa de mercado, ciências sociais e testes de hipóteses em pesquisas acadêmicas, fornecendo uma forma de quantificar a

discrepância entre o que é observado e o que é esperado nas observações realizadas pelo pesquisador (GONÇALVES et al., 2007).

Vale ressaltar em que consiste a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – uma categoria analítica proporcionada pelo *Iramuteq* que permite a maior riqueza de análise para fins de uma pesquisa acadêmica –, desenvolvido pelos programadores do *software*, tendo por base o método elaborado por Max Reinert (1983; SALVIATI, 2017). O método da CHD proposto por Reinert é uma técnica de análise de dados textuais que busca estruturar um conjunto de textos ao dividi-los em classes, com base na frequência de palavras (REINERT, 1983). O processo começa com o desmembramento do texto em segmentos, que, por sua vez, são analisados para identificar as palavras que ocorrem frequentemente juntas, agrupando-as em classes que representam diferentes temas ou ideias presentes no texto (REINERT, 1983); além disso, o procedimento utiliza algoritmos estatísticos, como o cálculo do qui-quadrado – anteriormente elucidado –, para medir a força da associação entre as palavras e as classes (REINERT, 1983). Um aspecto central deste método é a forma como ele organiza hierarquicamente as classes de texto, evidenciando relações entre diferentes temas.

No *Iramuteq*, a CHD segue um processo similar. O *software*, baseado na abordagem de Reinert, permite ao usuário realizar análises textuais, incluindo a CHD, através de uma interface gráfica amigável – nesta, a CHD envolve a divisão de um *corpus* de texto em classes, usando um processo iterativo que começa com uma classe única e progride dividindo-a em subclasses (CAMARGO e JUSTO, 2013). O *Iramuteq* calcula a força da associação das palavras com as classes também usando medidas estatísticas, como o qui-quadrado, para determinar quais palavras são mais significativas em cada classe – e o resultado é um conjunto de classes que agrupam textos com características lexicais semelhantes, o que pode ser visualizado em um dendrograma (CAMARGO e JUSTO, 2013).

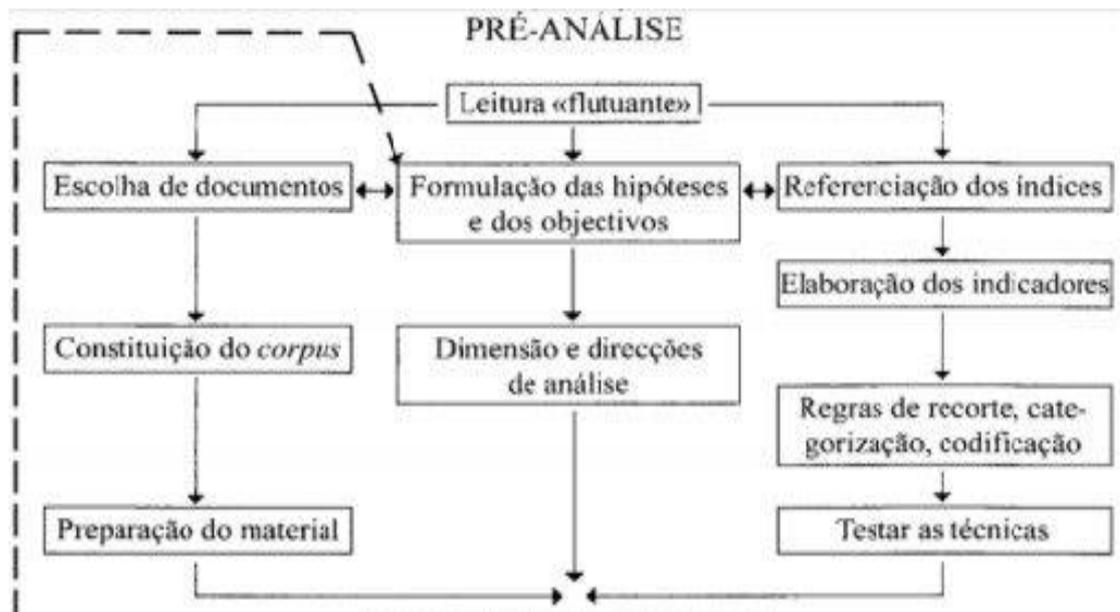
A correlação entre o método de Reinert e sua aplicação no *Iramuteq* é direta. O *software* implementa os princípios estatísticos e a abordagem analítica de Reinert para a análise textual, automatiza o processo de segmentação do texto, cálculo de estatísticas e agrupamento de textos em classes, tornando a CHD acessível mesmo para aqueles que não têm um conhecimento profundo em estatística ou programação. Assim, o *Iramuteq* oferece uma forma prática e eficiente de aplicar o método de Reinert a conjuntos de dados textuais, facilitando a identificação de temas, padrões e estruturas no *corpus* selecionado.

A CHD é particularmente útil quando lidamos com grandes volumes de dados textuais, como editoriais de jornais, discursos políticos ou entrevistas. Ao categorizar as palavras em classes hierárquicas, os pesquisadores podem identificar padrões temáticos, tópicos recorrentes

e relações entre conceitos de maneira eficiente. Além disso, a estrutura hierárquica permite uma análise mais acentuada, tendo em vista que revela não apenas a coocorrência de palavras, mas também a organização hierárquica de conceitos.

Importante lembrar que as explicações fornecidas até agora estão alinhadas com o organograma proposto por Bardin para a realização de uma Análise de Conteúdo, focando especificamente na etapa da "pré-análise":

**Figura 2** – Organograma de uma Análise de Conteúdo representando a primeira etapa (pré-análise)



FONTE: BARDIN, 2013, p. 128.

Essa fase inicial, conforme delineada por Bardin, é crucial para estabelecer o alicerce da análise, envolvendo a seleção de materiais, a formulação de hipóteses e objetivos e a preparação dos textos. Com uma compreensão clara das ferramentas e técnicas, incluindo a Classificação Hierárquica Descendente e o teste qui-quadrado no *Iramuteq*, passemos à administração das técnicas descritas no material selecionado, bem como aos resultados concretos das análises.

### 3. CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta terceira etapa, onde apresentaremos e examinaremos os resultados obtidos, estrutura-se em cinco partes distintas: primeiramente, exporemos os achados da análise via *Iramuteq* dos editoriais do Estadão, seguidos por uma apresentação similar para a Folha de S. Paulo e para o jornal O Globo. Posteriormente, uma avaliação conjunta das três fontes nos permitirá comparar e contrastar as perspectivas. Por fim, conduziremos uma análise qualitativa, interpretando o conteúdo discursivo à luz dos resultados quantitativos e proporcionando uma compreensão contextualizada das temáticas abordadas. Vale ressaltar que esta fase da pesquisa que se inicia está em consonância com o segundo e o terceiro estágios de uma AC – a exploração do material e o tratamento e interpretação dos resultados obtidos –, de acordo com o organograma desenvolvido por Bardin (2013):

**Figura 3** – Organograma representando o processo esquematizado de uma Análise de Conteúdo



FONTE: BARDIN, 2013, p. 128.

Conforme anteriormente mencionado, no *Iramuteq* e, mais especificamente, quando solicitamos ao programa a realização de uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), as divisões e subdivisões em classes são feitas com base na frequência de palavras e na

coocorrência delas nos textos. O *software* agrupa palavras que aparecem juntas frequentemente, formando classes que representam temas ou tópicos específicos, e essas classes são visualizadas em um dendrograma, que mostra como as classes se subdividem, refletindo a estrutura hierárquica dos temas presentes nos textos. A CHD será o principal método de análise proporcionado pelo *Iramuteq* que iremos explorar neste capítulo, tomando por base uma observação individual de um conjunto de editoriais de cada jornal.

### 3.1. O Estado de S. Paulo

O *corpus* dos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo foi constituído por 12 textos, separados em 209 segmentos de texto (ST). Do total, foram identificadas 7.512 ocorrências – isto é, palavras, vocábulos ou formas –, das quais 2.172 consistem em formas que aparecem pelo menos duas vezes e 1.370 naquelas que aparecem uma única vez – estas denominadas pelo *Iramuteq* de *hapax*.

Quando solicitamos ao *software* a realização de uma Classificação Hierárquica Descendente, é importante ter atenção à quantidade de ST que foi aproveitada, tendo em vista que os manuais mais recentes indicam não ser proveitoso trabalhar com uma classificação que somente tenha conseguido reter menos de 75% do material trabalhado (SOUSA, 2021). Portanto, com isso em mente, configuramos o *Iramuteq* para que nos fornecesse, no máximo, cinco classes de palavras distintas<sup>23</sup>, tendo como formas ativas<sup>24</sup> somente adjetivos, formas não reconhecidas<sup>25</sup>, substantivos e verbos. O resultado produzido pelo programa foi a utilização de 188 dos 209 segmentos de texto – equivalente a um aproveitamento de 89,95% do material.

O conteúdo analisado foi categorizado em quatro grupos: classe 1, com 47 ST (25%), classe 2, com 45 ST (23,94%), classe 3, com 43 ST (22,87%) e classe 4, com 53 ST (28,19%):

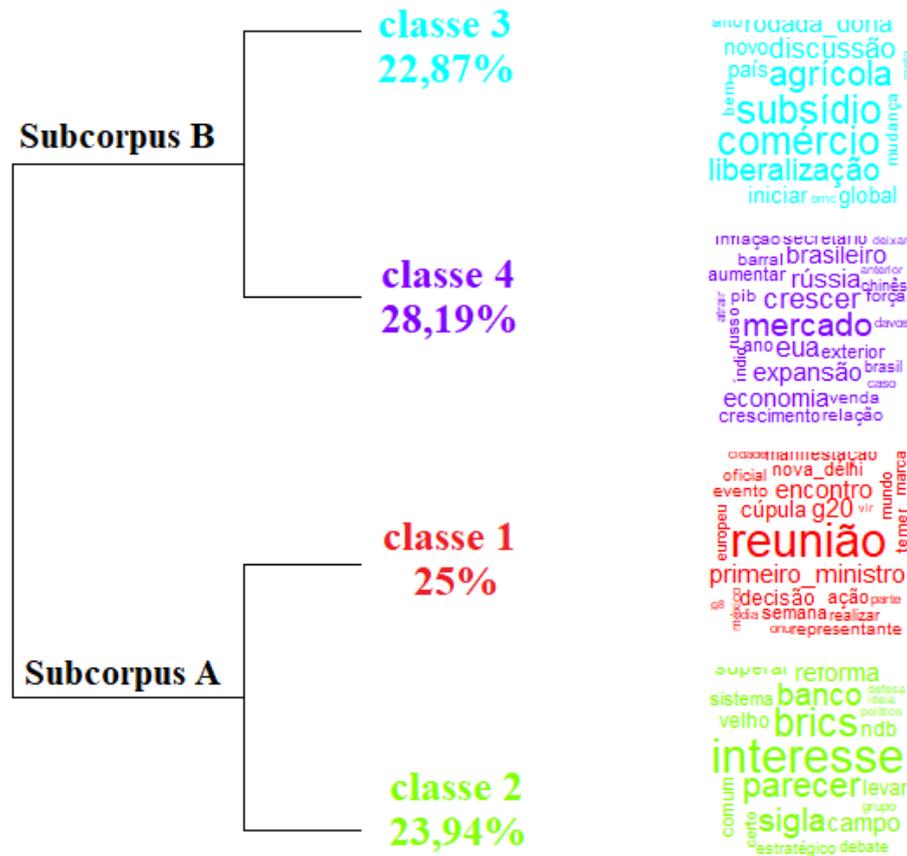
---

<sup>23</sup> A configuração padrão do programa é de dez classes; no entanto, muitas vezes, a presença de muitas classes tem por consequência a diminuição do aproveitamento total do material. Por isso, diminuimos o limite para cinco.

<sup>24</sup> Diferenciar formas ativas das formas suplementares é de fundamental importância, visto que a maioria dos cálculos do *Iramuteq* é feita com as formas ativas, que servem para indicar características semânticas e lexicais comuns dos enunciados analisados (NASCIMENTO e MENANDRO, 2006).

<sup>25</sup> Normalmente são as formas que não estão no dicionário do programa, como “primeiro\_ministro”, “por\_cento” ou “rodada\_doha”.

**Figura 4** - ramificações do *corpus* total (Estadão)



FONTE: dendrograma gerado pela CHD do *Iramuteq* (com adaptações).

As quatro classes foram divididas em duas ramificações (A e B) do *corpus* total (12 editoriais). O *subcorpus* A é composto pelas classes 1 (“Diplomacia”) e 2 (“Governança global”) e tem como temáticas centrais, respectivamente, reuniões de alto nível entre lideranças políticas globais e discussões sobre uma reforma de instituições de governança global. Por sua vez, o *subcorpus* B contém as classes 3 (“Comércio internacional”) e 4 (“Crescimento econômico”) e possui o enfoque nas dinâmicas de crescimento econômico, nas negociações comerciais e nas influências dos mercados globais.

Para obter uma visualização mais clara das categorias, desenvolvemos um organograma exibindo os dez primeiros termos de cada grupo, originadas pelo teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ) – quanto maior o qui-quadrado, mais representativo é o vocábulo dentro de sua respectiva classe. O diagrama destaca as formas que compartilham linguagem similar dentro de uma mesma classe e que se diferenciam das demais categorias. Em seguida, descreveremos e forneceremos exemplos de cada uma dessas classes resultantes da CHD.

**Quadro 4 – CHD dos editoriais do Estadão**

Classe 1 Diplomacia 47 ST – 25%			Classe 2 Governança global 45 ST – 23,94%			Classe 3 Comércio internacional 43 ST – 22,87%			Classe 4 Crescimento econômico 53 ST – 28,19%		
Forma	Frequência	$\chi^2$	Forma	Frequência	$\chi^2$	Forma	Frequência	$\chi^2$	Forma	Frequência	$\chi^2$
Reunião	18	50,43	Interesse	11	32,3	Negociação	12	30,16	Porcento	13	35,57
Primeiro-Ministro	7	21,81	BRICS	27	25,82	Subsídio	7	24,52	Mercado	15	21,83
G20	7	21,81	Parecer	9	21,5	Comércio	12	24,12	Crescer	7	18,52
Encontro	12	20,72	Sigla	6	19,7	Agrícola	7	19,78	EUA	15	17,75
Cúpula	8	17,04	Banco	7	18,54	Liberalização	5	17,32	Rússia	10	16,38
Decisão	5	15,41	Instituição	7	18,54	Política	6	16,28	Expansão	6	15,79
Nova Délhi	4	12,26	Questão	5	16,32	Discussão	6	16,28	Brasileiro	20	15,22
Semana	4	12,26	Potência	6	15,24	Rodada Doha	5	12,84	Economia	12	14,56
Manifestação	4	12,26	Reforma	4	12,99	País	17	11,1	Potencial	8	14,0
Ação	4	12,26	Fantasia	4	12,99	Novo	9	11,04	África do Sul	9	13,87

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### *Classe 1 – Diplomacia*

A primeira classe compreende 25% (47 ST) do *corpus* total analisado. Aqui encontramos radicais e palavras no intervalo entre  $\chi^2 = 4,01$  (dirigente) e  $\chi^2 = 50,43$  (reunião)<sup>26</sup>. É composta por formas como “reunião”, “primeiro-ministro”, “G20”, “encontro”, “cúpula” e “decisão”. A partir da análise realizada, foi constatado, nesta classe, que o foco consiste em uma cobertura jornalística voltada para eventos diplomáticos e lideranças políticas globais. As formas lexicais com maior qui-quadrado indicam, nesse contexto, uma abordagem do Estadão concentrada em reuniões de alto nível, como cúpulas do G20 e encontros entre líderes mundiais, incluindo figuras proeminentes como Narendra Modi (atual primeiro-ministro da Índia) e Dmitri Medvedev (ex-presidente da Rússia). O termo “Nova Délhi”, por sua vez, refere-se a reuniões que aconteceram na capital indiana e a sigla “G20” está intimamente conectada aos BRICS, visto que ambos são grupos que defendem ser alternativas às tradicionais coalizões entre países hegemônicos. Este grupo de palavras ilustra o enfoque editorial nas decisões que moldam as relações internacionais, refletindo o interesse do Estado de S. Paulo nos movimentos

<sup>26</sup> A força associativa entre as palavras de uma mesma classe é normalmente considerada apenas se o resultado do teste qui-quadrado for maior que 3,84 – abaixo disso, há o entendimento de que a conexão entre as variáveis em análise é muito baixa para ser levada em consideração (SILVA e RIBEIRO, 2021).

das potências mundiais. Os cinco segmentos de texto com a maior pontuação<sup>27</sup> atribuída pelo *Iramuteq* foram os seguintes:

**Quadro 5** - Segmentos de texto da classe 1 com maior pontuação (Estadão)

Segmento de texto	Pontuação ( <i>score</i> )	Ano do editorial
A estada de Temer na Índia será marcada pela reunião de cúpula dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), na cidade de Goa, onde se reunirá com o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi. Está previsto também um encontro de Temer com empresários do país.	158,57	2016
Americanos e chineses fizeram o possível para matar a discussão e trabalharam para transferir o assunto para a reunião do G-20. Como de costume, nenhuma decisão consequente a respeito do câmbio deverá resultar do encontro no México.	119,43	2012
Seus 50 artigos chochos [da declaração de Nova Délhi] se completam com um Plano de Ação de Nova Délhi. Os quatro primeiros itens se referem a encontros ministeriais "à margem" de reuniões da ONU, do FMI e de outros eventos multilaterais.	117,55	2012
Segundo informou uma fonte, na véspera do evento, o encontro deveria servir como contrapeso à reunião de cúpula do Grupo dos 8 (G-8) programada para os dias 8 a 10 de julho na cidade italiana de Aquila. Tolice monumental.	113,16	2009
Haverá pelo menos uma sequência cômica na próxima reunião de cúpula do Grupo dos 20 (G-20), marcada para junho no México. A presidente Dilma Rousseff e seus companheiros do grupo Brics vão protestar contra a grande emissão de dólares, euros e libras [...].	112,03	2012

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### ***Classe 2 – Governança global***

A segunda classe contém 23,94% (45 ST) do total analisado. Foram encontrados termos entre  $\chi^2 = 5,85$  (certo) e  $\chi^2 = 32,3$  (interesse) e formas como “interesse”, “BRICS”, “parecer”, “sigla”, “banco” e “instituição”. Com a leitura dos ST, percebemos que esta classe aborda temas econômicos e institucionais e evidencia uma preocupação com as estruturas financeiras e

<sup>27</sup> O *Iramuteq* fornece uma lista dos segmentos de texto que são mais representativos de cada classe, em ordem decrescente, a partir de uma pontuação (*score*). Essa representatividade é calculada de acordo com a presença da maior quantidade de termos com maior qui-quadrado no mesmo ST, o que indica a força do ST dentro da classe em questão.

institucionais, como bancos e outras entidades econômicas. A presença de palavras como “fantasia” e “divergência” aponta para uma visão crítica que o jornal transparece ter a respeito de certas decisões na seara geopolítica e o uso dos termos “velho” e “superar” indica a discussão em voga, no contexto de países em desenvolvimento, sobre a criação de organismos internacionais mais representativos e a consequente superação das instituições tradicionalmente dominadas por países hegemônicos. No que tange aos ST mais representativos desta classe, o *Iramuteq* nos forneceu o seguinte:

**Quadro 6** - Segmentos de texto da classe 2 com maior pontuação (Estadão)

Segmento de texto	Pontuação (score)	Ano do editorial
Agora são cinco países com limitados interesses comuns e grandes diferenças em objetivos estratégicos - descontada, naturalmente, a fantasia brasileira das grandes parcerias contra a opressão das velhas potências imperialistas.	122,87	2012
Mas esse conjunto continua sendo um grupo de países com interesses comuns limitados, embora o governo brasileiro tenha alimentado - e ainda pareça alimentar - a fantasia de uma coalizão estratégica.	113,42	2012
Não parece provável, porém, que os cinco países consigam superar suas divergências em tão pouco tempo. Além da data de início das operações, as divergências incluem, entre outras questões, o local onde o banco se instalará [...].	104,62	2012
Uma simples sigla está longe de ser suficientemente forte para levá-los a superar esses conflitos. Apesar da descortesia do anfitrião, à qual respondeu retirando-se do local onde se reuniria com ele, a presidente Dilma Rousseff parece ter ficado satisfeita com os resultados do encontro de Durban.	99,15	2012
[...] aplicou à presidente Dilma Rousseff é mais um efeito da desorganização desses países [os BRICS], que almejam ser um grupo de defesa de seus interesses comuns, mas até agora não conseguiram ser mais do que uma mera sigla.	96,48	2012

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### ***Classe 3 – Comércio internacional***

A terceira classe comporta 22,87% (43 ST) do total explorado. Aqui, há formas entre  $\chi^2 = 4,01$  (argentino) e  $\chi^2 = 30,16$  (negociação), sendo outros exemplos “subsídio”, “comércio”, “agrícola”, “liberalização” e “política”. Essas palavras demonstram uma ênfase em temas

relacionados ao comércio internacional e políticas econômicas, bem como um interesse nas dinâmicas e nos debates políticos que circundam o mercado global, especialmente no que tange a produtos agrícolas e subsídios. Em outras palavras, nesta classe encontramos discussões sobre as complexidades das negociações comerciais no cenário das instituições financeiras internacionais – tais como a Rodada Doha no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>28</sup> – e as implicações políticas associadas, traduzindo uma abordagem dos aspectos comerciais nas relações internacionais. Com relação aos cinco segmentos mais importantes desta categoria, o programa assim nos forneceu:

**Quadro 7** - Segmentos de texto da classe 3 com maior pontuação (Estadão) (continua)

Segmento de texto	Pontuação ( <i>score</i> )	Ano do editorial
Isso porque quanto mais economicamente avançado for classificado um país, mais concessões deverá fazer nas negociações - ou seja, tem de cortar mais fortemente barreiras tarifárias ou subsídios. Se a nova classificação for adotada, o Brasil ganhará menos numa eventual liberalização do comércio agrícola.	151,63	2015
O governo brasileiro não aceita uma negociação no âmbito da OMC que não tenha como foco a liberalização do comércio de produtos agrícolas. Países industrializados que subsidiam pesadamente a produção local têm resistido a essa discussão.	129,57	2015
O governo de Pequim considera que já fez mais concessões do que deveria ter feito. Apesar das dificuldades cada vez maiores para fazer avançar essa discussão no sentido que pretende, o governo da presidente Dilma Rousseff mantém a ideia fixa de condicionar qualquer avanço nas negociações da Rodada Doha à abertura do comércio agrícola.	126,99	2015
A política agrícola do governo de Pequim, caracterizada por subsídios crescentes, indica que a China se juntará a esses países para tentar reduzir os limites de uma eventual negociação sobre o tema conduzida pela OMC.	111,95	2015

<sup>28</sup> A Rodada Doha, iniciada em 2001 pela Organização Mundial do Comércio (OMC), foi uma série de negociações comerciais internacionais com o objetivo principal de reduzir barreiras ao comércio global e promover o desenvolvimento econômico, especialmente beneficiando países em desenvolvimento. Tendo por foco questões como subsídios agrícolas, tarifas e direitos aduaneiros, a Rodada Doha visava criar um sistema de comércio mais justo e equilibrado, mas enfrentou impasses significativos – principalmente por parte de países hegemônicos – e não alcançou um consenso abrangente (LESSA, 2017).

**Quadro 8** - Segmentos de texto da classe 3 com maior pontuação (Estadão) (conclusão)

Segmento de texto	Pontuação (score)	Ano do editorial
China, Índia e outros países emergentes e em desenvolvimento juntaram-se por algum tempo, durante a Rodada Doha de negociações comerciais, para cobrar mudanças da política agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia. Mas distanciaram-se do Brasil [...].	103,52	2012

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo Iramuteq.

#### **Classe 4 – Crescimento econômico**

Finalmente, a quarta classe abrange 28,19% (53 ST) do *corpus*. Estão presentes termos entre  $\chi^2 = 4,42$  (atrair) e  $\chi^2 = 35,57$  (Por cento), além de outros como “mercado”, “crescer”, “EUA”, “Rússia”, “expansão” e “brasileiro”. Este grupo de palavras sinaliza uma atenção ao desempenho econômico em valores numéricos – tendo em vista o destaque da expressão “por cento” – e à influência de mercados específicos, como os EUA e a Rússia. Ademais, foi constatado que a presença de formas como “exportação” e “importação” espelham o destaque da categoria no tocante às trocas comerciais entre o Brasil e países que possuem um peso significativo na ordem econômica global, como China e EUA. O *Iramuteq* apontou os seguintes ST como mais significativos:

**Quadro 9** - Segmentos de texto da classe 4 com maior pontuação (Estadão) (continua)

Segmento de texto	Pontuação (score)	Ano do editorial
Em contrapartida, o mercado chinês se manteve dinâmico, porque a economia da China, embora afetada pela crise, continuou crescendo firmemente. Em 2009, a participação brasileira nas importações americanas de bens não foi muito diferente da observada nos anos anteriores: ficou próxima de 1,4%.	144,31	2010
Nesse período, as vendas da China para os Estados Unidos cresceram 121,58% e sua fatia desse mercado aumentou 9%. A fatia russa passou de 0,68% para 1,27%, quase dobrando, portanto, [...].	120,66	2010
As mesmas palavras aplicam-se às economias chinesa e brasileira, mas com implicações muito diferentes para a agenda econômica. No caso da China, encolheram as possibilidades de expansão baseada no comércio exterior e numa taxa muito alta de investimento - de mais de 40% do PIB.	113,72	2013

**Quadro 10** - Segmentos de texto da classe 4 com maior pontuação (Estadão) (conclusão)

Segmento de texto	Pontuação ( <i>score</i> )	Ano do editorial
Entre 2003 e 2008, as exportações brasileiras para os Estados Unidos aumentaram 70% em valor e sua participação nas importações americanas variou de 1,42% para 1,44% - praticamente nada.	110,26	2010
Welber Barral, ao comentar os números de exportação e importação do ano passado. Em 2009, os exportadores brasileiros venderam aos Estados Unidos US\$ 15,7 bilhões em mercadorias. Esse valor foi 42,4% menor que o do ano anterior.	109,79	2013

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

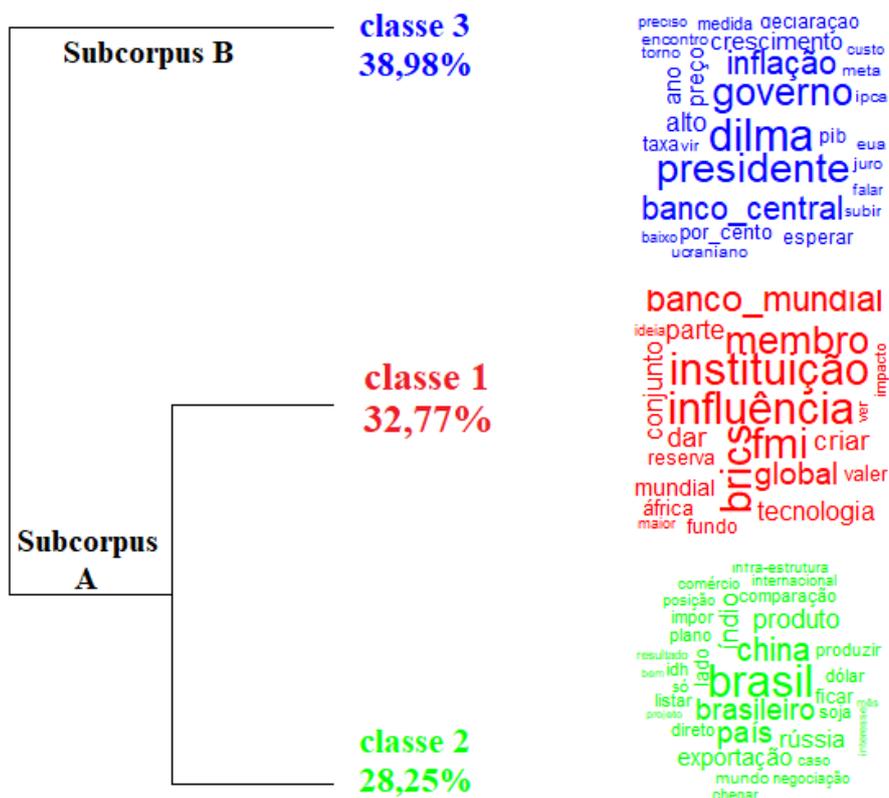
### 3.2. Folha de S. Paulo

O *corpus* dos editoriais da Folha de S. Paulo foi constituído por 19 textos, separados em 211 ST. Do total, foram identificadas 7.603 ocorrências de palavras, vocábulos ou formas –, das quais 2.488 consistem em formas aparecidas pelo menos duas vezes e 1.678 *hapax* (que aparecem uma única vez).

Com relação à CHD, tendo por parâmetro a necessidade de aproveitamento do material de 75% anteriormente destacado, solicitamos ao *Iramuteq* a geração de, no máximo, seis classes de palavras distintas, contendo como formas ativas somente adjetivos, formas não reconhecidas, substantivos e verbos. O resultado produzido pelo programa foi a utilização de 177 dos 211 segmentos de texto – equivalente a um aproveitamento de 83,89% do material.

O conteúdo analisado foi categorizado em três grupos: classe 1, com 58 ST (32,77%), classe 2, com 50 ST (28,25%) e classe 3, com 69 ST (38,98%):

**Figura 5** - ramificações do *corpus* total (Folha de S. Paulo)



FONTE: dendrograma gerado pela CHD do *Iramuteq* (com adaptações).

Foram feitas duas ramificações (A e B) entre as três classes do *corpus* total (19 editoriais). O *subcorpus* A, é composto pelas classes 1 (“Instituições multilaterais”) e 2 (“Comércio internacional”) e tem como temáticas centrais, respectivamente, as relações entre países no âmbito de coalizões e organizações multilaterais e as práticas comerciais entre o Brasil e outros países emergentes. Por sua vez, o *subcorpus* B contém a classe 3 (“Política econômica interna brasileira”) e possui como focos o desempenho econômico do país e a análise de políticas governamentais e de indicadores econômicos.

Para uma compreensão mais nítida das categorias, novamente elaboramos um esquema que apresenta os dez termos mais relevantes de cada classe, determinados pelo cálculo do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) – sendo que um valor mais alto no qui-quadrado indica maior representatividade do termo em sua classe – para, em seguida, detalharmos e ilustrarmos com exemplos cada uma dessas categorias emergentes da Classificação Hierárquica Descendente.

**Quadro 11** - CHD dos editoriais da Folha de S. Paulo

Classe 1 Instituições multilaterais 58 ST – 32,77%			Classe 2 Comércio internacional 50 ST – 28,25%			Classe 3 Política econômica brasileira interna 69 ST – 38,98%		
Forma	Frequência	$\chi^2$	Forma	Frequência	$\chi^2$	Forma	Frequência	$\chi^2$
Influência	8	17,19	Brasil	18	32,62	Dilma	17	25,91
Instituição	12	16,6	China	15	21,92	Presidente	14	23,8
BRICS	30	16,09	Brasileiro	12	18,97	Governo	18	21,88
FMI	9	15,76	País	24	18,73	Inflação	11	18,36
Membro	7	14,95	Índia	8	17,2	Banco Central	11	18,36
Banco Mundial	6	12,74	Produto	6	15,77	Alto	10	13,3
Global	8	10,73	Rússia	9	13,88	Preço	7	11,41
Multilateral	5	10,56	Exportação	5	13,07	Crescimento	13	11,11
Dar	6	9,27	Lado	4	10,39	Ano	19	10,27
Criar	6	9,27	Ficar	4	10,39	Por cento	13	9,31

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### *Classe 1 – Instituições multilaterais*

A primeira classe compreende 32,77% (58 ST) do *corpus* total analisado. Foram encontrados radicais e palavras no intervalo entre  $\chi^2 = 4,94$  (crise) e  $\chi^2 = 17,19$  (influência). Compõe formas como “instituição”, “BRICS”, “FMI”, “Banco Mundial”, “multilateral” e “criar”. A partir da análise realizada, foi constatado que o foco desta classe consiste em uma abordagem voltada para a dinâmica entre instituições internacionais e os países do BRICS. Termos como “global”, “multilateral” e “desenvolvimento” são usados para indicar um interesse na maneira como os BRICS interagem com e dentro de organismos multilaterais e exploram seu papel e crescente influência no contexto geopolítico. É levantado um debate acerca da criação de instituições financeiras entre os próprios países dos BRICS – notadamente, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas – e se essas instituições seriam independentes ou, na prática, “sombras” daquelas tradicionais, como o FMI e o Banco Mundial. Há, também, uma menção passageira ao continente africano indicada por termos como “África” e “africano”, cujo uso reflete a atenção a questões de recursos naturais, cooperação e desenvolvimento do continente em questão, que frequentemente é esquecido nas

discussões sobre relações internacionais. Quanto aos ST mais representativos desta classe, o *Iramuteq* nos gerou o seguinte:

**Quadro 12** - Segmentos de texto da classe 1 com maior pontuação (Folha de S. Paulo)

Segmento de texto	Pontuação (score)	Ano do editorial
Medidas como a criação de um banco de desenvolvimento dos Brics e acordos de uso conjunto de reservas internacionais em momentos de necessidade pretenderam oferecer alternativa às instituições multilaterais dominantes, como o Banco Mundial e o FMI.	108,26	2015
Para a China, ele [o grupo BRICS] deveria olhar para a África. Instituição multilateral, ocultaria em parte a cada vez maior influência do país no continente e serviria para desviar crescentes críticas africanas ao "imperialismo chinês".	91,54	2013
Os Brics só podem superar suas diferenças caso sejam capazes de criar instituições que unifiquem suas visões a respeito de pelo menos algum aspecto dos problemas internacionais e que sirvam de meio para exercer influência global.	83,35	2013
Democracia, interesses econômicos e poder na ONU dividem os Brics -- diluindo, portanto, seu poder de influência. Sem instrumentos de atuação conjunta, tais como instituições econômicas multilaterais, tendem, como grupo, a ter prestígio apenas retórico na diplomacia mundial.	77,91	2013
Ou seja, almejam desenvolver instituições que seriam sombras do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, criados ao final da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de regular e financiar a integração dos países ricos sob a hegemonia americana.	77,24	2013

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### ***Classe 2 – Comércio internacional***

A segunda classe contém 28,25% (50 ST) do total analisado, foram encontrados termos entre  $\chi^2 = 4,41$  (resultado) e  $\chi^2 = 32,62$  (Brasil) e formas como “China”, “brasileiro”, “Rússia”, “exportação”, “dólar” e “IDH”. Após a leitura dos ST, constatamos que esta classe abarca discussões no tocante às práticas comerciais de importação e exportação, à posição do Brasil no comércio mundial e às transações econômicas entre o Brasil e a China. Termos como “IDH”, “infraestrutura” e “internacional” ilustram uma exploração das condições de desenvolvimento e dos desafios enfrentados pelo Brasil e outros países emergentes, especialmente os integrantes

dos BRICS. A classe revela, portanto, uma atenção com a posição do Brasil e de outros grandes países emergentes na economia global, analisando os impactos de suas políticas econômicas no cenário internacional. Os cinco segmentos de texto com a maior pontuação atribuída pelo *Iramuteq* foram os seguintes:

**Quadro 13** - Segmentos de texto da classe 2 com maior pontuação (Folha de S. Paulo)

Segmento de texto	Pontuação (score)	Ano do editorial
Na comparação com os Brics, o país só perde para a Rússia – nada surpreendente, diante da renda per capita baixa de Índia e China. O quadro é menos alentador quando se verifica que o IDH médio da América Latina (0,741) é superior ao brasileiro.	116,67	2013
Dilma deveria deixar em segundo plano a infrutífera cobrança de que a China compre mais produtos manufaturados do Brasil. A pauta de exportações concentrada em matérias-primas tem origem mais em problemas internos, que tiram a competitividade da manufatura local, do que no renitente protecionismo do país asiático.	116,52	2013
Afinal, este [Donald Trump] tem se empenhado em impor restrições à entrada de produtos da China, o “C” do acrônimo em inglês que abrange as cinco nações emergentes do bloco, formado também por Brasil, Rússia, Índia e África do Sul.	115,88	2018
Para que uma ideia tenha impacto, não basta que seja boa; é preciso que chegue na hora certa. Assim foi com o acrônimo Brics, cunhado em 2001 por um economista do banco americano Goldman Sachs para agrupar países tão diversos como Brasil, Rússia, Índia e China – e depois África do Sul.	113,31	2015
Buscar formas de agilizar essas negociações deveria ser prioridade brasileira. Sem avançar em competitividade, o que abarca uma ótima infraestrutura, o Brasil dificilmente venderá mais e melhores produtos para a China, manufaturados ou não.	106,48	2013

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### ***Classe 3 – Política econômica brasileira interna***

Por fim, a terceira classe abarca 38,98% (69 ST) do total explorado. Aqui, há formas entre  $\chi^2 = 4,57$  (EUA) e  $\chi^2 = 25,91$  (Dilma), sendo outros exemplos “presidente”, “governo”, “inflação”, “Banco Central” e “PIB”. De acordo com a leitura realizada dos ST, percebemos que o cerne desta categoria reside na cobertura da política econômica brasileira, realçando a

interação entre decisões financeiras internas – perceptível por termos como “inflação”, “PIB” e “taxa”, indicando o desempenho econômico do país, e “inflação”, “alto” e “subir”, apontando para uma abordagem crítica às medidas adotadas pelo governo, especialmente durante a presidência de Dilma Rousseff – e as maneiras pelas quais o contexto econômico global influencia a economia brasileira – ilustrado pelo uso de formas como “EUA” e “ucraniano”. Com maiores pontuações, os cinco ST que melhor representam esta classe são:

**Quadro 14** - Segmentos de texto da classe 3 com maior pontuação (Folha de S. Paulo)

Segmento de texto	Pontuação (score)	Ano do editorial
O segmento de serviços, por exemplo, mantém alta persistente, à taxa de 8% ao ano. A fala de Dilma foi considerada incompatível com manifestações do BC [Banco Central], que vem sinalizando em seus comunicados o desconforto com a inflação e a possibilidade de ter de elevar os juros para contê-la.	119,61	2013
Foram lesivas à credibilidade da política econômica da presidente Dilma Rousseff suas declarações sobre inflação na cúpula dos Brics em Durban, na África do Sul. Reforçaram a percepção de que o governo federal não tem estratégia definida para lidar com os desafios da economia e do regime de metas inflacionárias.	109,79	2013
Embora a autoridade monetária viesse indicando que preferiria aguardar até maio para decidir, a inábil declaração "desenvolvimentista" da presidente Dilma Rousseff na cúpula dos Brics, há duas semanas, na África do Sul, como que constrange o BC a antecipar a alta dos juros.	105,06	2013
A decepção com o crescimento da economia brasileira no início deste ano evidenciou o impasse da política econômica do governo Dilma Rousseff. Ao final de três anos de mandato, o PIB não terá crescido mais que 2% ao ano [...].	91,32	2013
A presidente Dilma Rousseff terá seu primeiro encontro com o novo líder máximo chinês, Xi Jinping, na cúpula dos Brics que começa hoje na África do Sul. É uma oportunidade para o governo brasileiro estabelecer com clareza as prioridades na relação com seu maior parceiro comercial.	89,64	2013

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### 3.3. O Globo

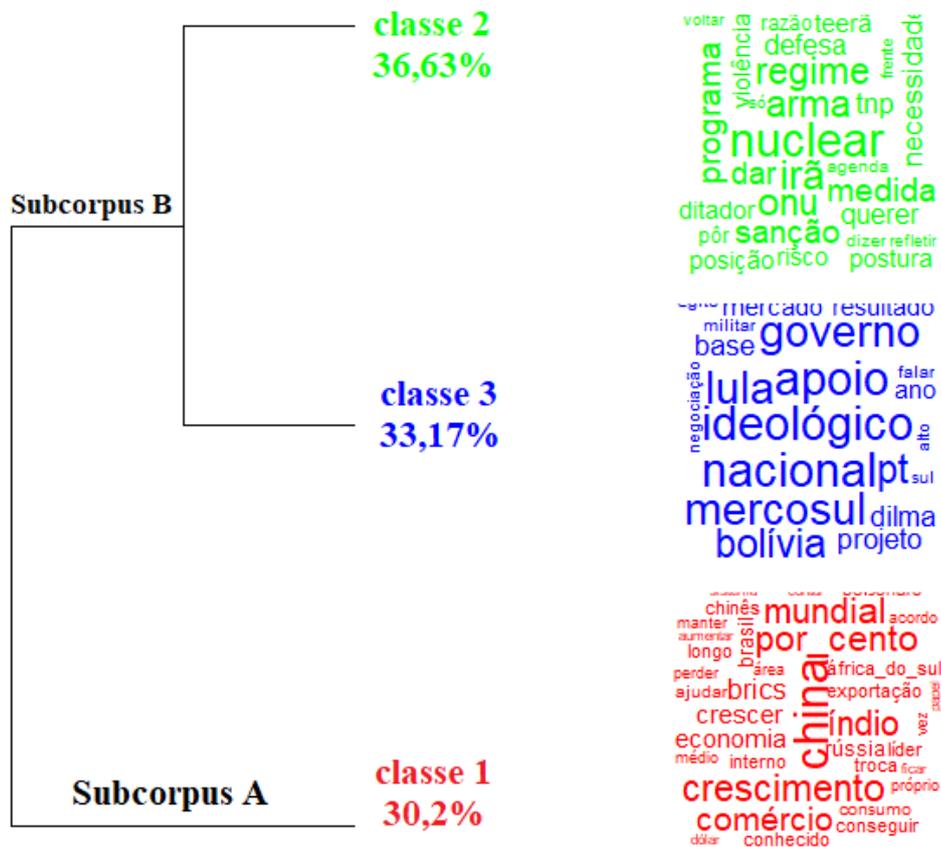
Por último, o *corpus* dos editoriais do jornal O Globo constituiu em 15 textos, separados em 234 ST. Do total, foram identificadas 8.182 ocorrências de palavras, vocábulos ou formas

–, das quais 2.556 consistem em formas aparecidas pelo menos duas vezes e 1.704 *hapax* (que aparecem uma única vez).

Quanto à CHD, tendo por parâmetro os 75% de aproveitamento do material, pedimos que o *Iramuteq* nos fornecesse, no máximo, seis classes de palavras distintas, contendo como formas ativas somente adjetivos, formas não reconhecidas, substantivos e verbos. O resultado produzido pelo programa foi a utilização de 202 dos 234 segmentos de texto – equivalente a um aproveitamento de 86,32% do material.

O conteúdo analisado foi categorizado em três grupos: classe 1, com 61 ST (30,2%), classe 2, com 74 ST (36,63%) e classe 3, com 67 ST (33,17%):

**Figura 6** - Classificação Hierárquica Descendente dos editoriais do Globo



FONTE: imagem gerada pela CHD do *Iramuteq* (com adaptações).

Foram feitas duas ramificações (A e B) entre as três classes do *corpus* total (19 editoriais). O *subcorpus* A é composto pela classe 1 (“Mercados de países emergentes”) e tem como temática central as dinâmicas econômicas entre países em desenvolvimento, especialmente os BRICS. O *subcorpus* B, por sua vez, contém as classes 2 (“Política

internacional e segurança”) 3 (“Política externa e ideologia”), que possuem como focos, respectivamente, políticas de segurança internacional – por exemplo, a defesa do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) – e como questões ideológicas da política interna brasileira influenciariam as decisões relativas à política externa.

Com relação aos dez termos principais de cada classe, selecionados com base nos valores do qui-quadrado ( $\chi^2$ ), a seguinte tabela demonstra o que o *Iramuteq* nos forneceu<sup>29</sup>:

**Quadro 15** - CHD dos editoriais do Globo

Classe 1 Mercados de países emergentes 61 ST – 30,2%			Classe 2 Política internacional e segurança 74 ST – 36,63%			Classe 3 Política externa e ideologia 67 ST – 33,17%		
Forma	Frequência	$\chi^2$	Forma	Frequência	$\chi^2$	Forma	Frequência	$\chi^2$
China	24	31,64	Nuclear	11	16,65	Ideológico	9	15,33
Crescimento	10	24,32	Irã	10	14,76	Nacional	7	14,61
Por cento	11	22,87	Direitos Humanos	8	14,41	Apoio	7	14,61
Mundial	11	22,87	Arma	9	12,91	Lula	25	14,19
Índia	14	21,22	Regime	9	12,91	Mercosul	11	13,99
Comércio	10	20,34	ONU	7	12,54	Governo	21	13,75
Emergente	8	19,25	Medida	8	11,08	PT	6	12,46
BRICS	18	14,85	Sanção	6	10,7	Bolívia	6	12,46
Economia	10	14,39	Programa	6	10,7	Aspecto	6	12,46
Econômico	6	14,29	Dar	10	9,72	Evo Morales	5	10,33

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### ***Classe 1 – Mercados de países emergentes***

A primeira classe compreende 30,2% (61 ST) do *corpus* total analisado. Foram encontradas formas no intervalo entre  $\chi^2 = 3,89$  (bloco) e  $\chi^2 = 31,64$  (China) e compõe termos como “crescimento”, “Índia”, “BRICS”, “economia”, “Rodada Doha” e “Rússia”. A partir da análise realizada, constatamos que esta categoria enfatiza tanto os caminhos que podem ser

<sup>29</sup> Como pode ser percebido pelo quadro elaborado, o termo “BRICS”, ao contrário das Classificações Hierárquicas Descendentes dos jornais anteriores, não foi identificado, pelo *Iramuteq*, como um dos mais significativos dentro da classe onde mais aparece com frequência – no caso do Globo, a classe 1. Dessa forma, como o objetivo desta pesquisa é entender o posicionamento editorial do jornal acerca dos BRICS, procuramos e selecionamos, dentro de cada classe, primeiro o segmento de texto que melhor representasse aquela classe específica e, em seguida, os ST de maior pontuação, tal como realizamos com o Estadão e a Folha – mas que, desta vez, fizessem, especificamente, menção direta ou indireta ao grupo dos cinco países.

trilhados pelo Brasil para sua inserção no rol das nações em desenvolvimento como o papel econômico dos BRICS na economia global, com foco especial na China e na Índia. Além disso, existe um diálogo entre as tendências de crescimento e o papel dos mercados emergentes no comércio mundial, bem como um destaque para preocupações com as políticas comerciais e acordos internacionais, o que pode ser ilustrado pelo uso de formas como “Rodada Doha” e “exportação”. Isso pode ser visualizado com os segmentos de texto mais representativos desta classe:

**Quadro 16** - Segmentos de texto da classe 1 com maior pontuação (O Globo)

Segmento de texto	Pontuação (score)	Ano do editorial
O governo Lula trabalhou pela inserção do país entre as nações emergentes de acelerado crescimento econômico, ao lado de China e Índia – os Bric, que incluem ainda a Rússia – e foi bem-sucedido.	145,72	2010
Inclusive porque há interesses conflitantes entre Brasil, China e Índia, como ficou atestado no fracasso da Rodada de Doha, em 2008, em Genebra, criada para a liberalização do comércio internacional. Os percalços não impedem que esses países se aproximem e falem em conjunto.	117,07	2014
Outro zigue-zague. O crescimento do Brasil assegurou-lhe um lugar entre os Brics – que inclui ainda Rússia, Índia e China.	111,89	2009
Ele [o Brasil] se fortaleceu no grupo dos Bric, com Rússia, Índia e China, os mais bem-sucedidos países emergentes. Mas começou a aparecer um ponto falho nesse panorama – o caráter errático da política externa brasileira.	107,11	2010
[...] China e Rússia vetaram, Brasil, Índia e África do Sul se abstiveram. Para não ficar a reboque do bloco EUA/Europa, Brasília se atrelou aos Brics, mas os interesses de China e Rússia, por exemplo, [podem muitas vezes nada ter a ver com os do Brasil, ou da Índia, ou da África do Sul.]	105,01	2011

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### ***Classe 2 – Política internacional e segurança***

A segunda classe abrange 36,63% (74 ST) do *corpus*. Estão presentes termos entre  $\chi^2 = 4,15$  (agenda) e  $\chi^2 = 16,65$  (nuclear), além de outros como “Irã”, “Direitos Humanos”, “Arma”, “Regime”, “Programa” e “TNP”. Este grupo de palavras sinaliza uma atenção a questões de segurança internacional e a atuação da ONU, especialmente no que tange à defesa de políticas

de não proliferação de armas nucleares. Há uma forte referência ao programa nuclear iraniano e das tensões geopolíticas associadas, com destaque para a postura do Brasil e suas implicações no cenário internacional, como pode ser observado pelos ST mais importantes:

**Quadro 17** - Segmentos de texto da classe 2 com maior pontuação (O Globo)

Segmento de texto	Pontuação ( <i>score</i> )	Ano do editorial
[...] como as sanções que os EUA manobram para impor ao Irã, por descumprir as exigências da comunidade internacional. Mas não é só isso. Recentemente, o vice-presidente José Alencar voltou a defender a suposta necessidade de o país ter a bomba nuclear como arma dissuasória.	74,88	2010
Daí, com razão, o grupo [BRICS], na declaração formal do encontro, destacar a necessidade de este novo equilíbrio de poder estar refletido em organismos como o Fundo Monetário Internacional. De fato, países europeus, por exemplo, têm hoje um peso superdimensionado no FMI.	34,33	2010
O tempo dirá quem tem razão: se Amorim ou a Casa Branca. Lula, Hu, Medvedev (Rússia) e Manmohan Singh, primeiro-ministro da Índia, deram sequência a contatos anteriores – este foi o segundo encontro de dirigentes do Bric.	25,71	2010
Há novos atores, como os Bric, e novos temas, como a defesa do meio ambiente, mas isso não quer dizer que o país deve abandonar os pilares tradicionais de sua política externa.	21,10	2010
Em várias situações, os formuladores da política externa ressuscitam posturas terceiro-mundistas, repetindo o erro de reunir “os fracos” na luta contra “os poderosos”. Em outros momentos, foram retomadas posições evocativas do chamado conflito Norte-Sul.	19,21	2009

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### ***Classe 3 – Comércio internacional***

A terceira e última classe comporta 33,17% (67 ST) do total. Aqui, há formas entre  $\chi^2 = 4,47$  (relação) e  $\chi^2 = 15,33$  (ideológico), sendo outros exemplos “nacional”, “Lula”, “Mercosul”, “lulopetismo”, “partidário” e “diplomacia”. Essas palavras demonstram um foco nas dinâmicas internas de poder do Brasil e ilustram um debate na tentativa de compreender em que sentido as orientações político-ideológicas de um governo específico teriam capacidade as decisões em matéria de política externa brasileira. Termos como “Mercosul”, “Bolívia” e “Evo Morales” revelam uma atenção às relações do Brasil com países vizinhos e as menções a

“Dilma” e “Hugo Chávez”, em conjunto com vocábulos como “partidário” e “lulopetismo”, indicam que a diplomacia brasileira pode estar sendo moldada por um viés político, em detrimento de uma política externa mais dissociada de tendências de esquerda ou de direita. Podemos verificar essa análise pelos seguintes ST:

**Quadro 18** - Segmentos de texto da classe 3 com maior pontuação (O Globo)

<b>Segmento de texto</b>	<b>Pontuação (<i>score</i>)</b>	<b>Ano do editorial</b>
A explicação estava no companheirismo ideológico com o recém eleito Evo Morales, que falou mais alto que os interesses nacionais. O mesmo argumento vale para o apoio do governo Lula à cada vez menos disfarçada ditadura de Hugo Chávez [...].	111,84	2010
Pois a marca da política externa lulopetista foi ressuscitar, de forma anacrônica, a visão Sul-Sul. Com isto o país se viu capturado na armadilha de um Mercosul em esvaziamento, enquanto o governo se mostrava blasé diante do maior mercado consumidor do mundo (EUA).	57,16	2014
É o caso da tendência da diplomacia brasileira, no governo Lula, de participar de “clubinhos” que, ao invés de somar forças, limitam a margem de manobra externa do Brasil.	44,34	2009
Justa, mas inadequada à reunião. Recusaram, porque atendia aos interesses da Casa Branca na região. Retrucaram, abstraindo a América do Sul e destacando questões incômodas ao governo Trump no Sudão e na Coreia do Norte. Nesse aspecto, o Brasil ficou isolado [dos BRICS].	31,72	2019
[...] o conflito entre o Hemisfério Norte, desenvolvido e explorador, e o Sul, pobre e espoliado, o que desembocou num antiamericanismo risível. Esse posicionamento brasileiro levou a distorções, como a insistência no apoio ao ex-presidente Zelaya, [...].	27,81	2010

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

### 3.4. Discussão

Avançamos agora para a fase qualitativa, na qual aprofundaremos nossa compreensão através da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2013), e da Análise do Discurso, baseada nos princípios desenvolvidos por Bakhtin (2003). Serão interpretados os dados obtidos e explorados os significados dos editoriais sob a ótica da AC – para examinar o material textual

no que tange às estratégias discursivas utilizadas – e da AD – que nos permitirá investigar as múltiplas vozes presentes, proporcionando uma análise multifacetada dos discursos midiáticos.

### 3.4.1. Estratégias retóricas

Após uma observação cuidadosa dos segmentos de texto mais representativos de cada classe no *corpus* textual do Estadão, foi constatado que a linha editorial desse jornal adota uma visão crítica em relação à existência e à atuação dos BRICS no tabuleiro geopolítico. Isso pode ser demonstrado a partir da leitura de trechos como:

**Quadro 19** - Trechos de editoriais do Estadão

Segmento de texto	Classe	Ano
Segundo informou uma fonte, na véspera do evento, o encontro deveria servir como contrapeso à reunião de cúpula do Grupo dos 8 (G-8) programada para os dias 8 a 10 de julho na cidade italiana de Aquila. <b>Tolice monumental.</b>	1	2009
Haverá pelo menos uma <b>sequência cômica</b> na próxima reunião de cúpula do Grupo dos 20 (G-20), marcada para junho no México. A presidente Dilma Rousseff e seus companheiros do grupo Brics vão protestar contra a grande emissão de dólares, euros e libras [...].	1	2012
Mas esse conjunto continua sendo um grupo de países com interesses comuns limitados, embora o governo brasileiro tenha alimentado – e ainda pareça alimentar – a <b>fantasia de uma coalizão estratégica.</b>	2	2012
[...] aplicou à presidente Dilma Rousseff é mais um efeito da <b>desorganização</b> desses países [os BRICS], que almejam ser um grupo de defesa de seus interesses comuns, mas até agora <b>não conseguiram ser mais do que uma mera sigla.</b>	2	2012

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

Antes de dar início à análise das estruturas retóricas, interessante se faz um breve apanhado histórico do que estava acontecendo no Brasil nos anos de 2009 e 2012, de quando foram extraídos os quatro editoriais acima. Em 2009, como se viu no início deste trabalho, foi o ano em que os chefes de Estado dos quatro países do BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) se reuniram pela primeira vez, na cidade de Ecatemburgo, na Rússia. Deu-se início a uma iniciativa conjunta de cooperação entre esses países, com vistas a fortalecer a construção de acordos entre países em desenvolvimento de uma forma complementar, mas independente de nações e instituições hegemônicas, tais como o FMI e a OMC.

Em 2012, os líderes do grupo passaram a defender, pela primeira vez, a viabilidade da criação de um Banco de Desenvolvimento chefiado pelo BRICS – o que foi analisado, naquele momento, como um importante degrau na direção da institucionalização da aliança (STUENKEL, 2017). Além disso, a cúpula realizada em Nova Délhi, em 2012, trouxe novos

tópicos que foram debatidas entre os membros: crise na Síria, desafios geopolíticos e questões domésticas, como saúde e educação (STUENKEL, 2017).

A utilização das expressões destacadas “sequência cômica”, “tolice monumental”, “fantasia” e “desorganização” não se trata apenas uma escolha estilística, tendo em vista que a empresa jornalística que assina e publica um editorial assume a responsabilidade pelo conteúdo escrito (ALVES FILHO, 2006); mas sim reflete uma perspectiva editorial cética e, muitas vezes, desdenhosa em relação ao bloco. Ao classificar as ações e reivindicações dos BRICS como uma “sequência cômica”, por exemplo, o jornal transmite a ideia de que suas iniciativas são vistas como indignas de serem levadas a sério, mostrando que o jornal não acredita no potencial de influência e eficácia dos BRICS no palco global.

A referência à “tolice monumental” vai além da crítica a uma ação específica, apontando que a própria concepção do BRICS como uma entidade geopolítica viável é fundamentalmente equivocada e que a tentativa do bloco de se estabelecer como uma força significativa é fútil ou mal concebida. Da mesma forma, ao descrever a iniciativa do governo brasileiro de construir uma coalizão estratégica como uma “fantasia”, o Estadão não apenas questiona a realidade dessa aspiração, mas também insinua uma desconexão com as realidades pragmáticas da política internacional – em outras palavras, os objetivos e ambições do BRICS seriam baseados em ilusões.

Finalmente, o uso do termo “desorganização” para descrever os BRICS implica o entendimento de que falta unidade e coesão interna, sugerindo que o grupo é incapaz de formar uma frente unificada ou agir de maneira coordenada. Esta linguagem reforça a ideia de que, aos olhos do jornal O Estado de S. Paulo, os BRICS são mais uma construção nominal do que uma aliança geopolítica efetiva.

Portanto, com a análise da escolha de palavras e expressões, resta notório que a abordagem do jornal em relação ao BRICS é caracterizada por uma visão predominantemente negativa e descrente, que põe em dúvida tanto a legitimidade quanto a eficácia do grupo no cenário global.

Por outro lado, na análise dos textos mais significativos das diversas classes identificadas no *corpus* da Folha de S. Paulo, identificamos uma percepção mais equilibrada acerca dos BRICS e seu papel na arena geopolítica. A linha editorial do jornal, ao invés de se inclinar para um extremo de ceticismo ou idealização, parece adotar uma postura de análise crítica, mas equânime, das ambições e realizações do bloco. Podemos verificar essa constatação a partir de alguns trechos:

Quadro 20 - Trechos de editoriais da Folha

Segmento de texto	Classe	Ano
Medidas como a criação de um banco de desenvolvimento dos Brics e acordos de uso conjunto de reservas internacionais em momentos de necessidade pretenderam oferecer alternativa às instituições multilaterais dominantes, como o Banco Mundial e o FMI.	1	2015
Os Brics só podem superar suas diferenças caso sejam capazes de criar instituições que unifiquem suas visões a respeito de pelo menos algum aspecto dos problemas internacionais e que sirvam de meio para exercer influência global.	1	2013
Democracia, interesses econômicos e poder na ONU dividem os Brics – diluindo, portanto, seu poder de influência. Sem instrumentos de atuação conjunta, tais como instituições econômicas multilaterais, tendem, como grupo, a ter prestígio apenas retórico na diplomacia mundial.	1	2013
Para que uma ideia tenha impacto, não basta que seja boa; é preciso que chegue na hora certa. Assim foi com o acrônimo Brics, cunhado em 2001 por um economista do banco americano Goldman Sachs para agrupar países tão diversos como Brasil, Rússia, Índia e China – e depois África do Sul.	2	2015

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

Em 2013, foi realizada a 5ª Cúpula do BRICS, na cidade de Durban, na África do Sul. Apesar de ter dado ênfase a uma das realidades mais importantes do século XXI – a ascensão do continente africano nas relações internacionais –, da mesma maneira que as anteriores, essa cúpula foi vista pela mídia internacional de maneira cética (STUENKEL, 2017). Dois anos depois, em 2015, já tinham sido criados o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Arranjo Contingente de Reservas – criação que aconteceu em 2014, na cúpula realizada na cidade de Fortaleza –, o que fez com que os olhos midiáticos passassem a enxergar a coalizão com mais interesse (STUENKEL, 2017), a exemplo de uma parcela da mídia brasileira, como a Folha de S. Paulo.

Um exemplo representativo da abordagem moderada da Folha reside na discussão sobre a fundação de um banco de desenvolvimento pelos BRICS e o estabelecimento de acordos para uso conjunto de reservas internacionais. Essas iniciativas são apresentadas pelo jornal como tentativas legítimas de estabelecer alternativas às instituições multilaterais tradicionais, como o Banco Mundial e o FMI, refletindo um esforço dos BRICS para remodelar o sistema financeiro global de uma maneira que melhor atenda aos seus interesses e aos dos países em desenvolvimento. Entretanto, expressões como “pretenderam oferecer alternativa” e “caso sejam capazes” apontam que, embora os BRICS tenham aspirações de reformular as dinâmicas globais, existe uma compreensão, por parte da Folha, das limitações e desafios que enfrentam. O jornal destaca que a divisão entre os membros do grupo, em termos de interesses econômicos, democracia e peso na ONU, dilui o poder de influência do grupo – perspectiva acentuada pela

observação de que, sem mecanismos efetivos de ação conjunta, os BRICS tendem a possuir um “prestígio apenas retórico na diplomacia mundial”.

A cobertura do jornal especificamente sobre o acrônimo “BRICS” também espelha essa abordagem ponderada. A menção ao momento oportuno da criação da sigla “BRICS” por um economista do Goldman Sachs e a descrição dos países que compõem o grupo como “diversos” indicam que o sucesso do termo BRICS e, por extensão, do próprio grupo, depende tanto da qualidade de suas ideias e iniciativas quanto do contexto global – que será desenvolvido na próxima seção com mais detalhes – no qual elas foram introduzidas.

No âmbito dos editoriais selecionados, a Folha de S. Paulo, em vista do exposto, demonstrou apresentar uma visão que reconhece as ambições e os esforços dos BRICS para se estabelecerem como um contraponto às potências ocidentais, ao mesmo tempo em que mantém um olhar crítico sobre a eficácia e a coesão do grupo – sem, contudo, adotar um ponto de vista assumidamente cético, como fez o Estadão.

A análise do *Iramuteq* sobre os editoriais do jornal O Globo sinaliza uma tendência curiosa no que diz respeito ao termo “BRICS”. Apesar de aparecer com uma frequência considerável, totalizando 18 ocorrências, o termo não se destaca como um dos mais significativos dentro da sua classe principal – a classe 1. Isso sugere que, nos contextos em que os BRICS são mencionados, eles não são o foco principal da discussão, e sim um tema secundário, muitas vezes utilizado para complementar ou fornecer contexto a outros assuntos abordados – indicando que o Globo não considera os BRICS como um protagonista nas dinâmicas internacionais, mas como um elemento dentro de uma narrativa geopolítica mais ampla, um componente dentro de um sistema maior.

Uma observação mais cuidadosa dos editoriais do Globo revela uma mudança na linha editorial do jornal em relação aos BRICS. Inicialmente, a abordagem era marcada por um ceticismo em relação à eficácia e à relevância do grupo no cenário global. Com o passar dos anos, essa visão foi se transformando em uma perspectiva mais equilibrada e pragmática, ponderando os possíveis benefícios que uma aliança com os BRICS poderia trazer para o Brasil. Essa transição de perspectiva é evidente na leitura de alguns trechos, que demonstram a transformação do pensamento editorial do jornal sobre o grupo.

**Quadro 21** - Trechos de editoriais do Globo

Segmento de texto	Classe	Ano
Em várias situações, os formuladores da política externa ressuscitam posturas terceiro-mundistas, repetindo o erro de reunir “os fracos” na luta contra “os poderosos”. Em outros momentos, foram retomadas posições evocativas do chamado conflito Norte-Sul.	2	2009
É o caso da tendência da diplomacia brasileira, no governo Lula, de participar de “clubinhos” que, ao invés de somar forças, limitam a margem de manobra externa do Brasil.	3	2009
Há novos atores, como os Bric, e novos temas, como a defesa do meio ambiente, mas isso não quer dizer que o país deve abandonar os pilares tradicionais de sua política externa.	2	2010
Daí, com razão, o grupo [BRICS], na declaração formal do encontro, destacar a necessidade de este novo equilíbrio de poder estar refletido em organismos como o Fundo Monetário Internacional. De fato, países europeus, por exemplo, têm hoje um peso superdimensionado no FMI.	2	2010
Inclusive porque há interesses conflitantes entre Brasil, China e Índia, como ficou atestado no fracasso da Rodada de Doha, em 2008, em Genebra, criada para a liberalização do comércio internacional. Os percalços não impedem que esses países se aproximem e falem em conjunto.	1	2014
Justa, mas inadequada à reunião. Recusaram, porque atendia aos interesses da Casa Branca na região. Retrucaram, abstraindo a América do Sul e destacando questões incômodas ao governo Trump no Sudão e na Coreia do Norte. Nesse aspecto, o Brasil ficou isolado [dos BRICS].	3	2019

FONTE: adaptado de CHD gerada pelo *Iramuteq*.

No ano de 2009, como visto anteriormente, os chefes de Estado dos quatro membros do BRICS àquela época (Brasil, Rússia, Índia e China) se reuniram pela primeira vez, dando início a encontros intra-BRICS que desde então acontecem anualmente. Em 2010, além de realizada a 2ª Cúpula dos BRICS, em Brasília, houve uma reforma no sistema de cotas do FMI, reflexo da pressão exercida em conjunto pelos países membros do grupo (STUENKEL, 2017). 2014, por sua vez, foi um ano ícone na história dos BRICS, tendo em vista que a coalizão deu um passo em direção a sua institucionalização com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas – o que fortaleceu a cooperação financeira entre os integrantes (STUENKEL, 2017). Em 2019, por fim, o mundo vivenciava uma onda conservadora, representada pela eleição de presidentes como Donald Trump nos Estados Unidos (2017-2021) e Jair Bolsonaro no Brasil (2018-2022) – fenômeno que, particularmente em relação aos BRICS, teve um impacto importante, tendo em vista que os discursos do presidente brasileiro, naquele período, não condiziam com a visão de um mundo multipolar defendido pela coalizão.

Em 2009, por exemplo, o Globo criticava a política externa brasileira por iniciativas consideradas “terceiro-mundistas”, apontando para uma repetição de erros históricos em se alinhar com os “fracos” contra os “poderosos”. Essa visão começou a mudar e, já em 2010, o

jornal passou a admitir o surgimento de novos atores na seara internacional, como os BRICS, mas defendia que o Brasil não deveria “abandonar os pilares tradicionais de sua política externa”. Ainda em 2010, o jornal destacou a necessidade de refletir essa transformação no equilíbrio de poder em organismos multilaterais, reconhecendo, por exemplo, a desproporcional influência de países europeus no FMI em comparação com nações de outras regiões.

Em 2014, essa abordagem pragmática se tornou mais evidente, com o Globo acreditando que, apesar dos conflitos de interesses entre os membros do BRICS, como evidenciado durante as negociações da Rodada Doha, isso não constituía um impedimento para que esses países falassem em conjunto. O reconhecimento da possibilidade de diálogo e ação em grupo, apesar das divergências, assinala uma compreensão mais favorável ao grupo e a seu potencial impacto global. Por fim, em 2019, o jornal ainda destacava o isolamento do Brasil em certos aspectos, mas isso não ofuscava a visão de que os BRICS, como aliança, foram bem-sucedidos em adquirir uma densidade política considerável na geopolítica mundial.

Essa variação na cobertura do Globo a respeito dos BRICS, de uma visão inicialmente descrente para uma mais ponderada, reflete uma compreensão das complexidades e dos potenciais benefícios que o Brasil pode obter a partir de uma aliança com os outros países do grupo, especialmente em termos de redefinir equilíbrios de poder e influência no cenário global.

#### 3.4.2. Contextualização dos temas

Para contextualizar os editoriais analisados dos jornais Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo, empregaremos a abordagem do Círculo de Bakhtin, que vê a língua como uma prática social. Essa perspectiva nos ajuda a entender não apenas a forma dos enunciados utilizados, mas também “o contexto socioideológico em que foram produzidos” (SOUZA; MELO; NOGUEIRA, 2023, p. 151). Embora o editorial se encaixe na categoria de gênero discursivo secundário –, isto é, mais complexo, em comparação com os gêneros primários, que são mais simples –, de acordo com a classificação de Bakhtin (2003), e que surja “nas condições de um convívio cultural mais complexo e [...] desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc.” (BAKHTIN, 2003, p. 263), ao analisar a cobertura dos BRICS por esses jornais, podemos tecer importantes reflexões sobre como as interações geopolíticas e econômicas globais são refletidas e moldadas pelas narrativas midiáticas.

Nos textos do Estadão, observamos uma visão profundamente cética a respeito dos BRICS, com o jornal frequentemente questionando a eficácia e coesão do grupo. Isso pode ser

inserido dentro de um panorama internacional em que os BRICS, um bloco de países em ascensão, questionam a ordem mundial estabelecida predominantemente pelo Ocidente – nesse sentido, as críticas do Estadão refletem a tensão entre as potências emergentes e as estabelecidas, uma dinâmica que é central na compreensão das relações internacionais contemporâneas (STUENKEL, 2017). Desde as primeiras reuniões dos cinco países em desenvolvimento, parte da mídia internacional tratou a aproximação entre essas nações de forma apática e descrente, sublinhando que as diferenças existentes entre os membros da coalizão eram mais impactantes do que as semelhanças e, por conta disso, os vínculos que poderiam ser criados eram praticamente insignificantes (STUENKEL, 2017; KRAMER, 2009; EL-SHENAWI, 2011). Um trecho da revista *The Economist* reflete bem essa visão:

A reunião inaugural dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China – aconteceu em Ecatimburgo esta semana com mais retórica do que substância. Muito embora o presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, tê-los chamado de “o epicentro da política mundial”, esse quarteto dispar notoriamente fracassou em rivalizar o Grupo dos Oito países industriais como um fórum para discussão econômica (NOT JUST..., 2009, tradução nossa).

Assim, a partir da leitura e análise dos editoriais do Estadão previamente explorados, pode-se perceber que o Estadão participou do setor midiático que não compartilhava uma visão otimista acerca da construção de laços políticos entre os BRICS. No entanto, vale ressaltar que, mesmo enfrentando críticas, a Cúpula dos BRICS de 2009 se destacou como um marco notável, estabelecendo a base para as reuniões anuais de chefes de Estado que se seguiram desde então – tanto que é visto como tendo desempenhado um papel fundamental no diálogo Sul-Sul no início do século XXI, iniciando um novo capítulo na cooperação internacional entre países emergentes.

Por outro lado, a Folha de S. Paulo adota uma abordagem ponderada, retratando uma compreensão das complexidades envolvidas na atuação dos BRICS e constatando a crescente importância dos países emergentes no cenário global. Além disso, a cobertura da Folha sugere um reconhecimento da necessidade de novas estruturas e abordagens para lidar com os desafios globais, como as questões ambientais e a reforma das instituições financeiras internacionais. Esse ponto de vista se encontra realçado em trecho de editorial da Folha já examinado:

Medidas como a criação de um banco de desenvolvimento dos Brics e acordos de uso conjunto de reservas internacionais em momentos de necessidade pretenderam oferecer alternativa às instituições multilaterais dominantes, como o Banco Mundial e o FMI.

O excerto em tela destaca a falta de representatividade dos países subdesenvolvidos e emergentes em entidades multilaterais consolidadas, como o Banco Mundial e o FMI. Essas instituições, criadas no fim da Segunda Guerra Mundial, têm sido historicamente dominadas por países desenvolvidos, realçando um desequilíbrio de poder nas tomadas de decisão e nas políticas econômicas globais – por esse motivo, a criação dos BRICS como um bloco econômico representou uma pressão significativa sobre essas instituições, questionando a ordem financeira estabelecida e exigindo maior representatividade. Essa pressão culminou em 2010, momento em que “houve um acordo sobre uma reforma significativa de cotas [...]. A China se tornou a terceira maior acionista, superando a Alemanha, enquanto a Rússia, a Índia e o Brasil entraram na lista dos dez acionistas mais importantes” (STUENKEL, 2017, p. 38). Tal realidade permitiu uma redistribuição menos desigual no FMI, refletindo de forma mais condizente a realidade econômica global e aumentando a influência dos países em ascensão na governança do Fundo (BATISTA JR., 2016). Essa mudança foi um reconhecimento da necessidade de um sistema financeiro global mais democrático que considerasse as vozes de todas as nações, especialmente aquelas não pertencentes ao circuito hegemônico.

Ademais, configurava-se latente o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), que foram criados na 6ª cúpula dos BRICS realizada na cidade de Fortaleza em julho de 2014. As fundações do Banco dos BRICS – como também é conhecido o NBD – e do ACR destacaram a determinação do bloco em criar um novo modelo financeiro que estivesse em harmonia com suas estratégias de desenvolvimento, proporcionando apoio mútuo em momentos de instabilidade financeira sem que, para isso, fosse instado a recorrer às instituições financeiras tradicionais ou à anuência de nações centrais para colocar em prática o que planejasse (VASCONCELOS, 2015).

Nesse contexto, é de se destacar que, através da cobertura editorial, a Folha de S. Paulo refletiu a crescente importância dos países emergentes na governança global ao destacar iniciativas como a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, contribuindo para um debate mais amplo sobre a reestruturação da ordem econômica mundial e o papel crescente dessas nações na definição da agenda global.

O Globo, por sua vez, demonstra uma transformação em sua cobertura dos BRICS, passando de uma postura inicialmente cética para outra abordagem mais pragmática, enxergando pontos positivos na atuação do grupo. Essa mudança reproduz uma adaptação às realidades geopolíticas e econômicas em mudança, onde os BRICS, apesar de suas diferenças internas e seus desafios, emergem como atores significativos. A linha editorial do Globo transmite uma compreensão de que, apesar das limitações, os BRICS representam uma força

coletiva que não pode ser ignorada na diplomacia e na economia globais – perspectiva alinhada com estudos que destacam o papel dos BRICS na formação de um mundo multipolar, como discutido por autores que afirmam, por exemplo, ser a “transição da unipolaridade para a multipolaridade [...] irreversível” (STUENKEL, 2017, p. 245). Duas passagens que atestam a mudança de perspectiva do Globo são as seguintes:

Em várias situações, os formuladores da política externa ressuscitam posturas terceiro-mundistas, repetindo o erro de reunir “os fracos” na luta contra “os poderosos”. Em outros momentos, foram retomadas posições evocativas do chamado conflito Norte-Sul (2009).

Inclusive porque há interesses conflitantes entre Brasil, China e Índia, como ficou atestado no fracasso da Rodada de Doha, em 2008, em Genebra, criada para a liberalização do comércio internacional. Os percalços não impedem que esses países se aproximem e falem em conjunto (2014).

O primeiro trecho, originário de um editorial de 2009, deixa nítida a percepção de que a união entre países do “Terceiro Mundo” sem a participação daqueles do “Primeiro Mundo” é um equívoco. Levando em consideração a constatação de que O Globo está na lista dos jornais que defendem a bandeira do conservadorismo neoliberal<sup>30</sup> (FONSECA, 2003), não é de se surpreender que o periódico se posicione contra a existência de uma coalizão geopolítica cuja proposta de ação seja contrária aos interesses de nações hegemônicas que, em sua grande parte, funcionam sob a égide do neoliberalismo. Logo, em 2009, quando houve a primeira reunião dos BRICS, O Globo demonstrou, de maneira clara, não estar disposto a advogar pela atuação de um grupo que, ao menos em tese, ia de encontro aos preceitos econômicos que a empresa defendia.

No entanto, cinco anos depois, em 2014, percebe-se, no segundo trecho, uma alteração na opinião do Globo. Embora o jornal continue sublinhando que existem conflitos de interesse entre países dos BRICS, ele passa a acrescentar pontos positivos na aliança, apontando que, apesar das diferenças, há possibilidades de diálogo que podem levar a um consenso entre essas nações. Isso possivelmente pode ser explicado, em parte, pelo fato de a China, além de ter superado os Estados Unidos em termos de transações financeiras com o Brasil e se tornado o principal parceiro comercial brasileiro (RIBEIRO, 2009), também ultrapassou o Japão em 2010, tornando-se a segunda economia do mundo, seguindo um ritmo impressionante de crescimento, muitas vezes acima das expectativas de analistas, no decorrer da década de 2010 (CHINA..., 2018). Com a constatação de que a China vinha se consolidando como o principal

---

<sup>30</sup> Em definição sucinta, o neoliberalismo consiste em uma corrente que defende “a redução do intervencionismo estatal e do raio de ação da política, ao criar interferências contrárias à liberdade individual e ser uma fonte de corrupção” (IBARRA, 2011, p. 239).

motor econômico dos BRICS, é provável que O Globo, visualizando possíveis oportunidades de estabelecer parcerias lucrativas com empresas chinesas, tenha feito uma adaptação de sua linha editorial com vistas a melhor usufruir de relações financeiras com essa crescente potência econômica global, como pode ser ilustrado pelo acordo estabelecido entre o Grupo Globo e o Grupo de Mídia da China em 2019 (SÁ, 2019).

Através da lente bakhtiniana, podemos compreender a língua a partir do seu uso na prática, observando atividades organizadoras da vida em sociedade. Ao analisar a cobertura dos BRICS a partir de editoriais de alguns dos principais jornais brasileiros, estamos, portanto, não apenas examinando relatos de eventos geopolíticos, mas também explorando como esses relatos participam de debates e da construção da realidade mundial. Nesse sentido, a análise dos textos dos três jornais brasileiros sobre os BRICS, sob a ótica de Bakhtin, destaca uma gama de discursos que interagem com as realidades geopolíticas e econômicas globais. Cada jornal, com sua abordagem, contribui para um diálogo mais amplo sobre o papel dos BRICS no mundo contemporâneo, refletindo e, ao mesmo tempo, impactando a forma como esses países emergentes são percebidos e como atuam no cenário mundial. Essa interação entre discurso e realidade se mostra importante para entendermos não apenas os BRICS, mas também a influência que tem a mídia na construção da opinião pública.

Grupos de comunicação, constituídos por empresas ligadas a interesses específicos, tendem a espelhar em seus editoriais os valores dos blocos sociais aos quais estão associados, contribuindo para a construção e manutenção de determinadas narrativas no discurso público (FERREIRA e CUNHA, 2021). No entanto, não obstante a importância de trabalhos que explorem esse campo, historicamente observou-se um certo desinteresse dos pesquisadores em relação ao papel da opinião pública nos estudos sobre política externa (BAUM e POTTER, 2008, 2019) – explicado, dentre outros fatores, pelo fato de a opinião pública ser instável. Apesar disso, recentemente, essa temática tem experimentado um renascimento, tendo em vista a atenção dada à possibilidade de manipulação de notícias por parte daqueles que detêm o poder (FERREIRA e CUNHA, 2021).

Em grande parte, os meios de comunicação estão sob controle de elites econômicas, o que sugere uma estreita atuação com a opinião pública e, por consequência, permite que a mídia não apenas legitime o poder político, mas também influencie a definição da agenda da política externa governamental (FERREIRA e CUNHA, 2021). Dessa forma, a mídia age estratégica e comedidamente, sendo capaz de comunicar os anseios populares aos líderes governamentais ou até mesmo minar sua legitimidade (NAVEH, 2002).

Finalmente, vale ressaltar que a influência da mídia transcende seu público direto, afetando diversos atores, incluindo líderes governamentais e grupos de interesse – por conseguinte, a mídia tem o poder de pressionar os governantes diretamente ou indiretamente – por meio da opinião pública – a adotarem posicionamentos específicos em questões outrora deixadas de lado (FERREIRA e CUNHA, 2021). Ademais, resta incontroverso que a opinião pública, os meios de comunicação e os formuladores de políticas estão intrinsecamente conectados, especialmente no campo das Relações Internacionais e, mais especificamente, na subárea da Análise de Política Externa – onde a relação entre todos esses fatores encontra um terreno fértil para investigação (HUDSON, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a cobertura em relação aos BRICS nos editoriais da Folha de São Paulo, do Estadão e do Globo, três dos principais jornais brasileiros, no intervalo de tempo entre 2009 e 2019. Pretendeu-se identificar o sentimento predominante em cada jornal quanto à aliança geopolítica – positivo, negativo ou neutro – a partir da análise de palavras e expressões utilizadas quando os BRICS eram mencionados ao longo dos editoriais. Para que fosse atingido este propósito, foi necessário contextualizar a relevância dos BRICS na configuração geopolítica contemporânea com o fito de, na sequência, explorar a atuação da mídia na formação da opinião pública através dos seus editoriais. A partir desse ponto, investigamos as temáticas mais frequentes sobre os BRICS nos três jornais mencionados e comparamos as perspectivas de cada um, no tocante ao agrupamento dos cinco países, com uso do *software* de análise textual *Iramuteq*.

A partir da delimitação do objeto, esta pesquisa se baseou no desenvolvimento teórico da Análise de Conteúdo – especialmente a linha desenvolvida por Laurence Bardin – e da Análise do Discurso – em particular a vertente dialógica proposta por Mikhail Bakhtin, um dos maiores expoentes quando tratamos do estudo de marcas linguísticas. Para instrumentalizar o alicerce teórico, montou-se um *corpus* textual constituído por editoriais dos três maiores jornais em circulação no Brasil e, com base em uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD) realizada com o auxílio do *Iramuteq*, procedeu-se ao agrupamento e à análise desses editoriais com base na frequência e coocorrência de palavras, resultando na identificação de padrões e temas recorrentes.

Inicialmente, a hipótese levantada sugeria que, devido à tendência da mídia tradicional brasileira de apresentar um viés conservador, haveria uma inclinação natural dos seus editoriais para uma visão mais crítica em relação aos BRICS, reflexo desse posicionamento ideológico. Contudo, a análise dos dados revelou que essa premissa foi parcialmente comprovada. Enquanto dois dos veículos de comunicação demonstraram uma abordagem mais crítica, conforme esperado, um deles apresentou uma perspectiva mais equilibrada em relação ao bloco. Além disso, verificou-se que, com o passar do tempo, um dos jornais modificou sua linha editorial no tocante aos BRICS – indicando uma diversidade maior de opiniões e abordagens editoriais do que a princípio se previu.

Ao longo dos anos, o jornal O Estado de S. Paulo se distinguiu por preservar uma ótica editorial constante em relação aos BRICS, posicionando-se como o único dentre os grandes

jornais brasileiros que consistentemente articulava críticas diretas e, em várias ocasiões, ásperas ao bloco. Essa postura crítica, marcada por duros comentários, reflete a perspectiva do jornal sobre a eficácia e o impacto das políticas e iniciativas do grupo de países emergentes, evidenciando uma visão desfavorável quanto à sua contribuição e influência no cenário geopolítico e econômico global.

A Folha de S. Paulo, por sua vez, ao longo do período de 2009 a 2019, também demonstrou consistência em sua linha editorial, porém com uma abordagem diferente daquela adotada pelo Estadão. Em vez de se posicionar de maneira crítica em relação aos BRICS, a Folha apresentou uma perspectiva predominantemente neutra, ponderando argumentos tanto favoráveis quanto contrários à atuação do bloco no cenário internacional.

Por fim, o jornal o Globo exibiu, com o passar dos anos, uma mudança na cobertura dos BRICS, migrando inicialmente de uma posição cética para um ponto de vista mais pragmático, reconhecendo aspectos positivos no grupo. Esta transição reflete uma adaptação às mudanças geopolíticas e econômicas, percebendo os BRICS como atores relevantes no cenário mundial, apesar de suas limitações e diferenças internas. A princípio crítico à união de países emergentes contra nações hegemônicas, o jornal, mais tarde, reconheceu a importância da China como parceiro comercial do Brasil e segunda maior economia global, sugerindo um ajuste editorial com o possível interesse em oportunidades econômicas com a potência em ascensão.

Os conglomerados de mídia, vinculados a interesses particulares, refletem frequentemente em seus editoriais os princípios dos grupos sociais com os quais se alinham, desempenhando um papel importante na formação e sustentação de discursos específicos – uma realidade que, apesar de sua relevância, historicamente não capturou devidamente a atenção de pesquisadores em estudos sobre política externa, uma área marcada por um renovado interesse diante do potencial de influência e manipulação da narrativa pública pelos detentores do poder. No entanto, vem sendo observada uma mudança nesse paradigma, com estudos recentes que destacando a importância do tema em tela – a exemplo deste trabalho.

Predominantemente sob o controle das elites, existe um debate acerca do potencial que a mídia tem de direcionar a política externa, atuando de maneira sutil para moldar ou questionar a legitimidade das lideranças políticas e impactando não apenas a percepção pública, mas também os decisores políticos e grupos de interesse, a partir da pressão por mudanças na abordagem de temas anteriormente negligenciados – conforme discussão apresentada em capítulo anterior. Essa dinâmica sublinha a conexão existente entre a opinião pública, os veículos de comunicação e os responsáveis pela formulação de políticas, particularmente na

Análise de Política Externa, um campo fértil para explorar como essas interações influenciam a governança global.

Levando em consideração tratar-se de uma metodologia essencialmente quantitativa, é natural que, em uma análise textual, o uso do *Iramuteq* apresente certas limitações. Embora o programa tenha como propósito identificar padrões de coocorrência e frequência de vocábulos, é possível questionarmos se o *software* consegue, de fato, captar a complexidade inerente ao uso da palavra – tema que é objeto de debate desde que o Ocidente iniciou seus primeiros passos em Filosofia, na antiga Hélade. Além disso, a análise se encontra circunscrita aos dados textuais de que dispomos – em outras palavras, realizamos nossa tarefa analítica apenas com os editoriais a que conseguimos obter acesso, o que pode não representar a totalidade daqueles existentes nas bases de dados dos três jornais explorados.

Por outro lado, com o objetivo deste trabalho alcançado, ao identificar os sentimentos predominantes nos editoriais do Estadão, da Folha e do Globo em relação aos BRICS, abre-se uma nova agenda de pesquisa: explorar o porquê de esses sentimentos existirem. Assim, em futuros estudos, a análise aprofundada do papel da mídia permitirá abordar questões fundamentais, tais como: por que o Estadão, a Folha de S. Paulo e O Globo adotam essas linhas editoriais? Os meios de comunicação refletem segmentos da sociedade ou agem como entidades autônomas, com visões próprias sobre os eventos globais? Até que ponto os veículos de comunicação possuem a capacidade de influenciar e definir agendas políticas? À vista disso, este trabalho pavimenta o caminho para pesquisas que intentem aprofundar o entendimento sobre a interação entre mídia e política exterior, contribuindo para o debate teórico acerca do papel dos meios de comunicação no âmbito da Análise de Política Externa.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Santos de. As comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932: representação do passado e construção social do espaço regional (São Paulo, 1934 e 1955). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 154-171, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1290>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ACHARYA, Amitav. **The End of American World Order**. Cambridge: Polity, 2014.

AJZENBERG, Elza. A Semana de Arte Moderna de 1922. **Revista de Cultura e Extensão USP**, v. 7, p. 25-29, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46491>. Acesso em: 09 nov. 2023.

ALAMINO, Felipe Nicolau Pimentel. **Anexação da Crimeia: autodeterminação dos povos, agressão e secessão no Direito Internacional**. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-15082022-113104/pt-br.php>. Acesso em: 23 set. 2023.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://dialetricas.com/wp-content/uploads/2020/09/opapel-1.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Políticas de integração regional do governo Lula. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 20-54, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/view/182>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A grande ilusão do Brics e o universo paralelo da diplomacia brasileira**. [S.l.]: Diplomattizando, 2022.

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, mai. 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396>. Acesso em: 01 ago. 2023.

AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder: Uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.

ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 2, p. 229-237, set. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/jGSb8jWJPtWKnTjcHw8B7Cn/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de; GABRIEL, Anderson de Paiva; PORTO, Fábio Ribeiro. Justiça 4.0: a transformação tecnológica do poder judiciário deflagrada pelo CNJ no biênio 2020-2022. **Revista Eletrônica Direito Exponencial**, v. 1, n. 1, p. 20-37, 2022. Disponível em: <https://revistajuridica.tjdft.jus.br/index.php/diex/article/view/796>. Acesso em: 25 out. 2023.

ARMAÑANZAS, Emy; NOCI, Javier Díaz. **Periodismo y argumentación: géneros de opinión**. Bilbao: Servicio Editorial/Universidad del País Vasco, 1996.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr./mai. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/TzJkgQBnG64hk5QyKCCv5NR/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

AZEVEDO, Fernando Antônio; CHAIA, Vera Lucia Michalany. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). **Opinião Pública**, Campinas, 14, n. 1, jun. 2008., p. 173-204 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/3sdw9tQW6JztBxLtyM9HfZF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução de BEZERRA, Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de RETO, Luís Antero. 5ª. ed. São Paulo: Edições 70, 2013.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUM, Matthew A.; POTTER, Philip B. K. The Relationships Between Mass Media, Public Opinion, and Foreign Policy: Toward a Theoretical Synthesis. **Annual Review of Political Science**, v. 11, n. 1, p. 39-65, 15 jun. 2008. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.polisci.11.060406.214132>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BAUM, Matthew A.; POTTER, Philip B. K. Media, Public Opinion, and Foreign Policy in the Age of Social Media. **The Journal of Politics**, p. 747-756, 5 mar. 2019. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/702233>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BELLONI, Maria Luiza. Infância, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 57-82, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1629>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BERELSON, Bernard. **Content Analysis in communication research**. Nova York: Free Press, 1952.

BERELSON, Bernard; LAZARSELD, Paul F. **The analysis of communication content**. [S.l.: s.n.], 1948.

BERI-EICHOUNI, Shoshana. Israel must speak to Hamas. **Index on Censorship**, v. 25, n. 3, p. 22-24, 1996. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03064229608536068>. Acesso em: 24 out. 2023.

BISCHOFF, Wesley. Dilma Rousseff toma posse como presidente do banco dos Brics. **G1**, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/13/dilma-toma-posse-como-presidente-do-banco-do-brics.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. **Questões de sociologia**, v. 1, p. 233-245, 1980. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4387293/mod\\_resource/content/1/Bourdieu.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4387293/mod_resource/content/1/Bourdieu.pdf). Acesso em: 19 set. 2023.

BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz. Marxismo e filosofia da linguagem: a recepção de Bakhtin e o Círculo no Brasil. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 33-63, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/swX5cXtRy5V4rwkTyGw4SQ/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL, China e Índia se abstêm em votação contra a Rússia no Conselho de Segurança da ONU. **Valor**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/09/30/brasil-china-e-india-se-abstem-em-votacao-contr-a-russia-no-conselho-de-seguranca-da-onu.ghtml>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BRASÍLIA Declaration. **India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA)**, 06 jun. 2003. Disponível em: [http://www.ibsa-trilateral.org/images/Brasilia\\_Declaration\\_2003.pdf](http://www.ibsa-trilateral.org/images/Brasilia_Declaration_2003.pdf). Acesso em: 29 mar. 2023.

BRAZIL, Russia, India and China Finance Ministers Joint Communiqué, 7 nov. 2008. Disponível em: <https://www.brics.unipr.it/wedit/uploads/contenuti/95/brazil-russia-india-and-china-finance-ministers-joint-communicue-sao-paulo-november-7-2008.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

BRICS. Johannesburg II Declaration. **BRICS 2023**, ago. 2023. Disponível em: <https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/08/Jhb-II-Declaration-24-August-2023-1.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

BRZEZINSKI, Zbigniew. After America. **Foreign Policy**, jan. 2012. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2012/01/03/after-america/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CARMONA, Ronaldo. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. **CEBRI**, n. 3, p. 88-111, jul./set. 2022. Disponível em: [https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2732/1/REA%20CEBRI-Revista\\_3a%20Bedicao\\_Jul-Set-2022\\_Carmona%20%281%29.pdf](https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2732/1/REA%20CEBRI-Revista_3a%20Bedicao_Jul-Set-2022_Carmona%20%281%29.pdf). Acesso em: 23 set. 2023.

CARVALHAL, Tânia Franco. Intertextualidade: a migração de um conceito. **Via Atlântica**, v. 1, n. 9, p. 125-136, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/50046/54174>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. A mídia e a política externa no Brasil de Lula. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 211-236, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/32661>. Acesso em: 26 jul. 2023.

CASTAÑEDA, Jorge G. Not Ready for Prime Time: Why Including Emerging Powers at the Helm Would Hurt Global Governance. **Foreign Affairs**, v. 89, n. 5, p. 109-122, set./out. 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20788648>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CEM anos do rádio no Brasil: a Rádio Globo. **Agência Brasil**, 21 ago. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2022-08/cem-anos-do-radio-no-brasil-radio->



DESTRI, Alana; MARCHEZAN, Renata Coelho. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1853>. Acesso em: 20 out. 2023.

EDITORA Globo. **Memória Roberto Marinho O GLOBO**, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/empresas/noticia/editora-globo.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2023.

EDITORIAL: O bloco da vez. **Folha de S. Paulo**, 13 ago. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2012/08/1136155-editorial-o-bloco-da-vez.shtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

EL-SHENAWI, Eman. The BRIC. The BRICS. The who? **Al Arabiya**, 13 jun. 2011. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/articles/2011%2F06%2F13%2F153140>. Acesso em: 28 jan. 2024.

EXAGEROS sobre os Brics. **Folha de S. Paulo [online]**, 17 nov. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/11/1707329-exageros-sobre-os-brics.shtml>. Acesso em: 28 jan. 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. A dialética do discurso. **Revista Teias**, v. 11, n. 22, p. 225-234, mai./ago. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24124/17102>. Acesso em: 21 out. 2023.

FAMÍLIA confirma a morte de 2ª vítima brasileira em Israel. **Poder360**, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/familia-confirma-a-morte-de-2a-vitima-brasileira-em-israel/>. Acesso em: 24 out. 2023.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80-97, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/KcLn9ws8QNX8VQB5pvHQG3N/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; CARDOSO, Luís Fernando de Paiva Baracho. A Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics. **Leviathan**, São Paulo, n. 11, p. 121-144, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/135212>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FERREIRA, Nara Torrecilha. AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS E A ATUAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE S.PAULO. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 171, p. 110-128, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ryzVZWwMT9qFYpFThN4VKBP/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FERREIRA, Tulio Sergio Henriques; CUNHA, Ester Almeida Carneira da. A Política Externa Brasileira do governo Lula da Silva (2003-2010) nas páginas de Carta-Capital e Veja: um estudo comparativo. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 209-230, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3454>. Acesso em: 03 ago. 2023.

FIGUEIREDO, Janaína. Milei envia carta a países do Brics anunciando retirada da Argentina do bloco. **O Globo**, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/12/29/milei-envia-carta-anunciando-retirada-da-argentina-do-brics.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FOLHA cresce e lidera circulação entre jornais do país em 2019. **Folha de São Paulo**, 21 jan. 2020a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-cresce-e-lidera-circulacao-entre-jornais-do-pais-em-2019.shtml>. Acesso em: 18 out. 2023.

FOLHA, 100 - Conheça a história do jornal. **Folha de S. Paulo**, 30 dez. 2020b. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1687500060552154-folha-100>. Acesso em: 09 nov. 2023.

FOLHAS da Manhã, da Tarde e da Noite se uniram sob um só título, Folha de S.Paulo, há 60 anos. **Folha de S. Paulo**, 1 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folhas-da-manha-da-tarde-e-da-noite-se-uniram-sob-um-so-titulo-folha-de-spaulo-ha-60-anos.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 73-92, out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/QKcD8Yn4fK6qYmMgXX5PtHw/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

FRANÇA, Vera *et al.* Comunicação e Política: mapeando autores/as e teorias mobilizados no Brasil. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 5-40, dez. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/329615002\\_Comunicacao\\_e\\_Politica\\_um\\_mapeamento\\_de\\_autoresas\\_e\\_teorias\\_que\\_alicercam\\_essa\\_area\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/329615002_Comunicacao_e_Politica_um_mapeamento_de_autoresas_e_teorias_que_alicercam_essa_area_no_Brasil). Acesso em: 03 ago. 2023.

FROIS, Israel David de Oliveira. Geopolítica do ciberespaço: levantamento conceitual e reflexões. **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 2, p. 78-91, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/226/206>. Acesso em: 25 out. 2023.

GAUDÊNCIO, Cátia Vanessa Alves. **Jornalismo, opinião e argumentação: o lugar do jornalismo de opinião na esfera pública portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior. Covilhã: [s.n.], 2009. p. 146. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1252>. Acesso em: 31 jul. 2023.

GAYER, Eduardo. No G7, Lula volta a defender que Brics tenham moeda comum semelhante ao euro. **Estadão**, 21 mai. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/lula-g-7-volta-defender-moeda-comum-brics-euro/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

GOMES, Pedro Henrique. 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. **G1**, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2023.

GONÇALVES, Rômulo Parma *et al.* **IDENTIFICAÇÃO DE ERROS GROSSEIROS UTILIZANDO TESTE QUI-QUADRADO E TESTE TAU**. II SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOMÁTICA. São Paulo: [s.n.], jul. 2007, p. 393-399.

GRUDGINGS, Stuart. Russia, Brazil call first BRIC summit for 2009. **Reuters**, 26 nov. 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-russia-idUSTRE4AP5H220081126>. Acesso em: 31 mar. 2023.

GUAZINA, Liziane Soares. **JORNALISMO EM BUSCA DE CREDIBILIDADE: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2011.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, v. 40, p. 199-223, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/17905/13828/59032>. Acesso em: 13 nov. 2023.

GUSHIKEN, Yuji. Folkcomunicação nas transformações tecnológicas e midiáticas contemporâneas. **Mídia e Cotidiano**, v. 15, n. 1, p. 172-191, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/46957>. Acesso em: 25 out. 2023.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. **In: COHN, Gabriel Comunicação e indústria cultural**. 4ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

HENNING, Elisa; SANTOS, Luciane Mulazani dos. Estatística em acidentes de bicicleta: uma sugestão para compreender o teste qui-quadrado. **Boletim GEPEN**, n. 65, p. 103-108, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/gepem/article/view/40>. Acesso em: 28 dez. 2023.

HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

HERMANN, Margareth G. Explaining Foreign Policy Behavior Using the Personal Characteristics of Political Leaders. **International Studies Quarterly**, v. 24, n. 1, p. 7-46, mar. 1980. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article-abstract/24/1/7/1791522>. Acesso em: 24 out. 2023.

HERZ, Mônica. Análise Cognitiva e Política Externa. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 75-89, jan./jun. 1994. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/80045b40fddeb3e5787d382b48f3bece/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1936339>. Acesso em: 24 out. 2023.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

HISTÓRIA DO GRUPO ESTADO NOS ANOS 1870. **Acervo Estadão**, 22 mai. 2012. Disponível em: [https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada\\_1870.shtm](https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm). Acesso em: 13 nov. 2023.

HUDSON, Valerie M. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, p. 1-30, 4 fev. 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/fpa/article-abstract/1/1/1/1808190?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 28 jan. 2024.

HUDSON, Valerie M. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2014.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)**, v. 82, n. 1, p. 1-19, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3569127>. Acesso em: 27 mar. 2023.

IBAÑEZ, Pablo. Geopolítica e Inovação Tecnológica: uma análise da Subvenção Econômica e das Políticas de Inovação para a saúde. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05072012-143758/en.php>. Acesso em: 25 out. 2023.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, p. 238-248, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/s6NtnF3HwKy3FVxSHd7dTcP/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2024.

INTERFACE de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Un logiciel libre construit avec des logiciels libres. **Iramuteq**. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

IRINEU Marinho. **Memória Roberto Marinho - Globo**, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/biografia/pais-e-irmaos/noticia/irineu-marinho.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2023.

JESUS, Diego Santos Vieira de. O mundo na primeira página: mídia, política externa e diplomacia. **Comunicação & Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 131-157, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/5108>. Acesso em: 25 set. 2023.

JOINT Communiqué. **BRICS Information Centre**, mar. 2008. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/080516-foreign.html>. Acesso em: 31 mar. 2023.

KASA, Sjur; GULLBERG, Anne T.; HEGGELUND, Gørild. The Group of 77 in the international climate negotiations: recent developments and future directions. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 8, p. 113-127, 2008. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10784-007-9060-4>. Acesso em: 14 out. 2023.

KECK, Zachary. Why Did BRICS Back Russia on Crimea? **The Diplomat**, 31 mar. 2014. Disponível em: <https://thediplomat.com/2014/03/why-did-brics-back-russia-on-crimea/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

KLAUTAU, Carolina Moura. O NOVO PROJETO EDITORIAL DA FOLHA DE S. PAULO: Os mitos da objetividade e da pluralidade de sentidos. **Revista Cambiassu**, São Luís/MA, v. 13, n. 21, p. 37-51, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/19019>. Acesso em: 20 nov. 2023.

KRAMER, Andrew E. Emerging Economies Meet in Russia. **The New York Times**, 16 jun. 2009. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2009/06/17/world/europe/17bric.html>. Acesso em: 28 jan. 2024.

KUCINSKI, Bernardo. Mídia e Democracia no Brasil. **In:** KUNSCH, Margarida Maria Krohling; FISCHMANN, Roseli (orgs.). **Mídia e Tolerância: A Ciência Construindo Caminhos de Liberdade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LAYNE, Christopher. The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise. **International Security**, v. 17, n. 4, p. 5-51, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539020>. Acesso em: 27 mar. 2023.

LESSA, Marcos André. Governo Lula e Rodada Doha: A Aposta Valeu a Pena? **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 5, n. 1, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/27449>. Acesso em: 15 jan. 2024.

LIMA, Maiele Sousa Silva; SILVA, Sílvio Ribeiro da. ABORDAGENS PEDAGÓGICAS COM O GÊNERO TEXTO TEATRAL EM LIVRO DIDÁTICO: ANÁLISE DE UM PROCEDIMENTO. **Ciclo Revista: Vivências em Ensino e Formação**, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ifgoiano.edu.br/ciclo/article/view/720>. Acesso em: 20 out. 2023.

LIMA-NETO, Vicente de; ARAÚJO, Júlio César. Por uma rediscussão do conceito de intergenericidade. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão (SC), v. 12, n. 1, p. 273-297, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/DzxN3PZ3Y95LLrVxD3TTYWH/?lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2023.

LISSOVOLIK, Yaroslav. BRICS+ as a compromise format for the 2023 summit. **Modern Diplomacy**, 04 ago. 2023. Disponível em: <https://modern diplomacy.eu/2023/08/04/brics-as-a-compromise-format-for-the-2023-summit/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

LOYD, John; TURKELTAUB, Alex. India and China are the only real Brics in the wall. **Financial Times**, 3 dez. 2006. Disponível em: <https://www.ft.com/content/2147c02e-82e9-11db-a38a-0000779e2340>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LULA defende entrada de novos países nos BRICS. **PODER360**, 02 ago. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-flash/lula-defende-entrada-de-novos-paises-nos-brics/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

LUZ, Solimar. Pandemia aumenta preocupação com segurança alimentar no mundo. **Radio Agência Nacional**, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2020-11/pandemia-aumenta-preocupacao-com-seguranca-alimentar-no-mundo>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MACFARLANE, S. Neil. The 'R' in BRICs: Is Russia an Emerging Power? **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)**, Oxford, v. 82, n. 1, p. 41-57, jan. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3569129>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MACHADO, Irene A. Texto como enunciação: a abordagem de Mikhail Bakhtin. **Língua e Literatura**, n. 22, p. 89-105, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/114125>. Acesso em: 24 out. 2023.

MARCUZZO, Patrícia. Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 36, p. 2-10, jun. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/18908>. Acesso em: 24 out. 2023.

MARÍN, Jefferson Jaramillo; LUGO, Juan Pablo Vera. Etnografías desde y sobre el Sur global. Reflexiones introductorias. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 75, p. 13-34, jun. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48072013000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48072013000100002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 21 out. 2023.

MARQUES, Mariana S. Editorial: a voz do veículo. **In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret Nos domínios dos Gêneros textuaisi**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, v. 2, 2009., p. 8-14. Disponível em: <https://labeled-letras-ufmg.com.br/wp-content/uploads/2020/12/nosdominiosdosgeneros-v2.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? **In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001., p. 11-25.

MAURER, Augusto; SILVEIRA, Paloma Dias; BISCHOFF, Tania. Dinâmicas interacionais textuais no chat: análises gráficas com aporte da teoria da linguagem de Mikhail Bakhtin. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 80-89, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/view/7946>. Acesso em: 20 out. 2023.

MEDEIROS, Leonardo Bacher; GRANATO, Leonardo. Notas para uma compreensão ampliada do conceito de ideologia dominante. **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 114-139, mar./jun. 2021. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/115/54>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MELO, Ana Inês Simões C. de; CESAR, Monica de Jesus. Celso Amorim: pensando o Brasil além-mar. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 51, p. 285-297, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/72497/44910>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MENDONÇA, Ana. Mais uma vez, Bolsonaro imita pessoa com falta de ar durante live nas redes. **Estado de Minas**, 07 mai. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/07/interna\\_politica,1264453/mais-uma-vez-bolsonaro-imita-pessoa-com-falta-de-ar-durante-live-nas-redes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/07/interna_politica,1264453/mais-uma-vez-bolsonaro-imita-pessoa-com-falta-de-ar-durante-live-nas-redes.shtml). Acesso em: 31 jul. 2023.

MENESES, Maria Paula. Sul (global). **In: UNIVERSIDADE DE COIMBRA DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**. Coimbra: Almedina, 2012., p. 199-200. Disponível em: [https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/91041/1/Sul\\_global.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/91041/1/Sul_global.pdf). Acesso em: 21 out. 2023.

MIGLIORANZA, Cristiane. O mito da objetividade jornalística: estudo da cobertura dos diários passo-fundenses ao episódio do Acampamento Natalino. **Semina**, Passo Fundo/RS, v. 5, n. 1, p. 63-73, jan./jun. 2007. Disponível em: [https://www.academia.edu/15576308/O\\_mito\\_da\\_objetividade\\_jornal%C3%ADstica\\_estudo\\_da\\_cobertura\\_dos\\_di%C3%A1rios\\_passo\\_fundenses\\_ao\\_epis%C3%B3dio\\_do\\_Acampamento\\_Natalino](https://www.academia.edu/15576308/O_mito_da_objetividade_jornal%C3%ADstica_estudo_da_cobertura_dos_di%C3%A1rios_passo_fundenses_ao_epis%C3%B3dio_do_Acampamento_Natalino). Acesso em: 20 nov. 2023.

MONTEIRO, Eduardo da Nóbrega; LESSA, Mônica Leite. Mídia e Política Externa Brasileira: uma abordagem crítica. **Revista Neiba - Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1-22, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Monteiro-18/publication/341358569\\_Midia\\_e\\_Politica\\_Externa\\_Brasileira\\_Uma\\_Abordagem\\_Critica\\_Media\\_and\\_Brazilian\\_Foreign\\_Policy\\_A\\_Critical\\_Approach\\_Media\\_et\\_politique\\_etrangere\\_bresilienne\\_Une\\_approche\\_critique/](https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Monteiro-18/publication/341358569_Midia_e_Politica_Externa_Brasileira_Uma_Abordagem_Critica_Media_and_Brazilian_Foreign_Policy_A_Critical_Approach_Media_et_politique_etrangere_bresilienne_Une_approche_critique/). Acesso em: 03 ago. 2023.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Mídia e Psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 20, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2010000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000200009). Acesso em: 07 ago. 2023.

MOTTA-ROCH, Désirée; SCHERER, Anelise Scotti. Popularização da ciência: a interdiscursividade entre ciência, pedagogia e jornalismo. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 164-189, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/6g4PjKM8Y4kFQLSGfmT88sq/>. Acesso em: 09 out. 2023.

MOUSINHO, Maria Cândida Arrais de Miranda; COELHO, André Pires Batista. **Texto para Discussão (TD) 2864**: Financiamento externo e transição energética nos países do BRICS. Brasília: Ipea/ONU, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11861>. Acesso em: 08 ago. 2023.

NAJI, Hamza; ASHOUR, Wesam. Text Classification for Arabic Words Using Rep-Tree. **International Journal of Computer Science & Information Technology (IJCSIT)**, Gaza, v. 8, n. 2, p. 101-108, abr. 2016. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2781362](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2781362). Acesso em: 13 dez. 2023.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 72-88, dez. 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=s1808-42812006000200007&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=s1808-42812006000200007&script=sci_abstract). Acesso em: 9 jan. 2024.

NAVEH, Chanan. The Role of the Media in Foreign Policy Decision-Making: A Theoretical Framework. **conflict & communication online**, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2002. Disponível em: [https://regener-online.de/journalcco/2002\\_2/pdf\\_2002\\_2/naveh.pdf](https://regener-online.de/journalcco/2002_2/pdf_2002_2/naveh.pdf). Acesso em: 28 jan. 2024.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. **Lutas Sociais**, n. 24, p. 70-77, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/l/article/view/18836>. Acesso em: 14 nov. 2023.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 193-202, mai./ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/B8YrM538mSbqLJk6hwSdcPN/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 25 out. 2023.

NOGUEIRA BATISTA JR, Paulo. Brics - Novo Banco de Desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 179-184, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tgkMkRXzKJqQ7P8b3LMj57L/?lang=pt#>. Acesso em: 06 jun. 2023.

NOT just straw men: the biggest emerging economies are rebounding, even without recovery in the west. **The Economist**, 18 jun. 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2009/06/18/not-just-straw-men>. Acesso em: 31 mar. 2023.

O GLOBO É LANÇADO. **Memória O GLOBO**, 8 mai. 2023a. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-e-acute-lanccedilado-9196292>. Acesso em: 14 nov. 2023.

OKON, Enoch Ndem. Por que os golpes militares estão de volta à África. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 119-144, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/123042/86970>. Acesso em: 24 out. 2023.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 8, n. 2, p. 55-69, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/QQTxcdZSMJBS55jWX88StCb/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

OLIVEIRA, Verônica Mendes de. Análise comparativa de editoriais nos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo. **Revista do GELNE**, v. 22, n. 1, p. 147-160, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/18848>. Acesso em: 29 jul. 2023.

O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. **Global Economics Paper**, n. 66, 30 nov. 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OURO-PRETO, Affonso Celso de. Nova confirmação de poder. **In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (ORG.) O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2013. Cap. 6, p. 99-116. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil\\_os\\_BRICS\\_e\\_a\\_agenda\\_internacional\\_O.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf). Acesso em: 08 jun. 2023.

PANDEMIA é um dos principais temas da 12ª reunião de cúpula do Brics. **TV Brasil**, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://tvbrasil.etc.com.br/reporter-brasil-tarde/2020/11/pandemia-e-um-dos-principais-temas-da-12a-reuniao-de-cupula-do-brics>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PAULA, Luciane de. Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica de Discurso. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 21, n. 1, p. 239-258, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125169>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de ORLANDI, Eni Pulcinelli. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PEREIRA, Rodrigo Acosta; RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso sob perspectiva da Análise Dialógica de Discurso do Círculo de Bakhtin. **Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 147-162, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12149>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PINO, Bruno Ayllón. Transformações globais, potências emergentes e Cooperação Sul-Sul: desafios para a cooperação europeia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 233-249,

mai./ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZtKT6cfrKTNPhB9bFQwv4F/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PONTES, Livia Maria Martins; HÜBNER, Maria Martha Costa. A reabilitação neuropsicológica sob a ótica da psicologia comportamental. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 35, n. 1, p. 6-12, 2008. Acesso em: 1 nov. 2023.

POR que fim do acordo de grãos entre Rússia e Ucrânia afeta preço global de alimentos. **BBC News Brasil**, 17 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cev8k4k9lego>. Acesso em: 24 out. 2023.

PRAZERES, Leandro. Expansão do Brics: bloco anuncia 6 novos membros. **BBC News Brasil**, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gz5nzlny5o>. Acesso em: 25 out. 2023.

PRIMEIRA SEDE. **Memória O GLOBO**, 8 mai. 2023. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/primeira-sede-9657099>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PRINCÍPIOS editoriais. **Folha de S. Paulo**, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PRINCÍPIOS Editoriais. **Estadão**, 16 out. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/economia/principios-editoriais-do-estadao,1203145>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO. **G1**, 6 ago. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RACHMAN, Gideon. America must manage its decline. **Financial Times**, 17 out. 2011. Disponível em: [ft.com/content/0c73f10e-f8aa-11e0-ad8f-00144feab49a](https://www.ft.com/content/0c73f10e-f8aa-11e0-ad8f-00144feab49a). Acesso em: 27 mar. 2023.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; LIMA, Diogo Diniz; NETO, José Mariano Muniz. Breves considerações sobre as causas e consequências da invasão russa na Ucrânia. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais - FIURJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 106-131, 2022. Disponível em: <https://revista.institutouniversitario.com.br/index.php/cjsiurj/article/view/112>. Acesso em: 24 out. 2023.

REFORMA GRÁFICA. **Memória O GLOBO**, 8 mai. 2023. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/reforma-graaceutifica-9178726>. Acesso em: 14 nov. 2023.

REINERT, Max. Une méthode de classification descendante hiérarchique : application à l'analyse lexicale par contexte. **Les cahiers de l'analyse des données**, v. 8, n. 2, p. 187-198, 1983. Disponível em: [http://www.numdam.org/item/CAD\\_1983\\_\\_8\\_2\\_187\\_0.pdf](http://www.numdam.org/item/CAD_1983__8_2_187_0.pdf). Acesso em: 27 dez. 2023.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: Surgimento e evolução. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2ª. ed. Brasília: FUNAG, 2013.

RIBEIRO, Cacildo Galdino *et al.* É SÓ UMA GRIPEZINHA? PERCURSOS DE SENTIDOS DA COVID-19 NO BRASIL À LUZ DAS CIÊNCIAS DO LÉXICO. **Claraboia**, Jacarezinho/PR, n. 17, p. 222-239, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/2334>. Acesso em: 31 jul. 2023.

RIBEIRO, Stênio. China supera Estados Unidos e torna-se maior parceiro comercial do Brasil. **Empresa Brasileira de Comunicação**, 04 mai. 2009. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-05-04/china-supera-estados-unidos-e-torna-se-maior-parceiro-comercial-do-brasil>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ROSA, Vera. Lula indica Dilma Rousseff para comandar Banco dos Brics. **CNN [online]**, 10 fev. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-indica-dilma-rousseff-para-comandar-banco-dos-brics/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. A contemporaneidade como idade média. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 4, n. 7, p. 25-36, ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SwghkRBRw9wQNqG7qYsqTmN/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SÁ, Nelson de. Globo assina com gigante chinesa para coprodução e tecnologia 5G. **Folha de S. Paulo**, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2019/11/globo-assina-com-gigante-chinesa-para-coproducao-e-tecnologia-5g.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SALLUM JR., Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O IMPEACHMENT DO PRESIDENTE COLLOR: A LITERATURA E O PROCESSO. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/nF5QWr93FX3GFBf8yXsPWGS/#>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/SktXpnzRXjptLV53R6XvGcF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SALVIATI, Maria Elizabeth. Manual do Aplicativo Iramuteq. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elizabeth-salviati>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise\\_de\\_conteudo\\_categorial\\_final.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf). Acesso em: 27 nov. 2023.

SARDENBERG, Luís Felipe; BUOGO, Sarah. Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. **Nações Unidas Brasil**, 03 mar. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/173825-pandemia-de-covid-19-desencadeia-aumento-de-25-na-preval%3%AAncia-de-ansiedade-e-depress%3%A3o-em>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de CHELINI, Antônio; PAES, José Paulo; BLIKSTEIN, Izidoro. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiayou. After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline. **International Security**, v. 36, n. 1, p. 41-72, 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41289688>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Diálogo e Dialogismo em Mikhail Bakhtin e Paulo Freire: contribuições para a educação a distância. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 245-265, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/j7rRzQdhmVFwJFpVmf55GNF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

SECHAGUE, Juan David Otálora. La Ucrania post-soviética a la luz de la geopolítica crítica. **Estudios Internacionales**, Santiago, v. 51, n. 193, p. 131-158, ago. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-37692019000200131&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-37692019000200131&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 24 out. 2023.

SILUS, Alan; FONSECA, Angelita Leal de Castro; JESUS, Djanires Lageano Neto de. DISCURSOS PEDAGÓGICOS EM “NUVENS”: OLHARES AO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE). **Interletras**, v. 9, n. 32, p. 1-18, out. 2020/mar. 2021. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20201027220727id\\_/https://www.unigran.br/dourados/interletras/conteudo/artigos/07.pdf?v=1](https://web.archive.org/web/20201027220727id_/https://www.unigran.br/dourados/interletras/conteudo/artigos/07.pdf?v=1). Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, Silvani; RIBEIRO, Eduardo Augusto Werneck. O SOFTWARE IRAMUTEQ COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE QUALITATIVA NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society**, v. 14, n. 2, p. 275-284, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.brajets.com/index.php/brajets/article/view/709>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SILVESTRE, Maria José; FIALHO, Isabel; SARAGOÇA, José. Da palavra à construção de conhecimento científico: um olhar reflexivo e meta-avaliativo sobre o guião de entrevista. **Comunicação & Informação**, Goiânia, GO, v. 17, n. 2, p. 119-138, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11927>. Acesso em: 20 out. 2023.

SITES de notícias e redes sociais lideram na busca por informação. **ANJ - Associação Nacional de Jornais**, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.anj.org.br/sites-de-noticias-e-redes-sociais-lideram-na-busca-por-informacao/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de Enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOBRE Goldman Sachs. **Goldman Sachs**. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/about-gs/index.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SOULÉ-KOHNDOU, Folashadé. L'Afrique du Sud dans la relation BRICS-Afrique: Ambitions, défis et paradoxes. **Afrique contemporaine**, v. 248, 2013., p. 31-43. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-afrique-contemporaine-2013-4-page-31.htm>. Acesso em: 29 mai. 2023.

SOUSA, Fernando de (Org.). **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2005.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. O Uso do Software Iramuteq: Fundamentos de Lexicometria para Pesquisas Qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 4, p. 1541-1560, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/64034>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SOUZA, Fábio Marques de; MELO, Filipe Reis; NOGUEIRA, Silvia Garcia. O GLOBALISMO E A RELIGIÃO NO DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL EM 2019. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, v. 9, n. 3, p. 150-171, 2023. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/729>. Acesso em: 28 jan. 2024.

SOUZA, Felipe de. G7, G20, G77: quantos grupos econômicos existem e para quê eles servem? **CNN Brasil**, 15 set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/g7-g20-g77-quantos-grupos-economicos-existem-e-para-que-eles-servem/>. Acesso em: 14 out. 2023.

STEPHENS, Philip. Summits that cap the west's decline. **Financial Times**, 24 mai. 2012. Disponível em: <https://www.ft.com/content/1cb22ba8-a368-11e1-988e-00144feabdc0>. Acesso em: 25 out. 2023.

STIEG, Vanildo. Bakhtin e seu Círculo: preciosas contribuições para a pesquisa em ciências humanas. **Pró-Discente**, Vitória/ES, v. 25, n. 2, p. 33-52, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/22019/20571>. Acesso em: 27 jul. 2023.

STREET, John. **Mass Media, Politics and Democracy**. Londres: Palgrave, 2001.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Tradução de SCANDOLARA, Adriano. 1ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; SILVA, Antonio Henrique Lucena. Explaining Defense Cooperation With Process-tracing: the Brazilian Proposal for the Creation of UNASUR South American Defense Council. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 60, n. 2, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/ttQbZz75G9RqWWkhG4y3w6h/abstract/?lang=en>. Acesso em: 25 jul. 2023.

TV Globo. **História O GLOBO**, 3 mar. 2022. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/empresas/noticia/tv-globo.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2023.

UNGERER, Regina. Movimento dos Não Alinhados e G77: o Sul Global e a Covid-19. In: BUSS, Paulo Marchiori; FONSECA, Luiz Eduardo (orgs.). **Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho**. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19 Fiocruz; Editora FIOCRUZ, 2020. Cap. 11, p. 173-184. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hdyfg/pdf/buss-9786557080290.pdf#page=175>. Acesso em: 14 out. 2023.

VARGAS, Natividad Abril. **Periodismo de opinión: claves de la retórica periodística**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

VASCONCELOS, Jonnas. O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DOS BRICS: CONTEXTO E INSTITUCIONALIDADE. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do**

**Recife**, v. 87, n. 2, p. 33-48, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/1681/1471>. Acesso em: 06 jun. 2023.

VIEIRA, Rosaura Maria Marques. O editorial de jornal. **In**: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (org.). **Nos domínios dos Gêneros textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, v. 2, 2009., p. 15-20. Disponível em: <https://labeled-letras-ufmg.com.br/wp-content/uploads/2020/12/nosdominiosdosgeneros-v2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A Dimensão Geoestratégica do IBAS. **In**: ZHEBIT, Alexander (org.). **Brasil - Índia - África do Sul: Emergência do Sul Global**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010., p. 67-74. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=I18fDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA67&dq=ibas&ots=ayiCmHdOTk&sig=qKzUhiONPRXLumhbMpfIDgllkEQ&redir\\_esc=y#v=onepage&q=ibas&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=I18fDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA67&dq=ibas&ots=ayiCmHdOTk&sig=qKzUhiONPRXLumhbMpfIDgllkEQ&redir_esc=y#v=onepage&q=ibas&f=false). Acesso em: 14 out. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Editorial: Terceiro Mundo ou Sul Global? **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 4, n. 8, p. 7-8, jul./dez. 2015. Acesso em: 21 out. 2023.

VITOR, Amilcar Guidolim. A gênese do tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de historia da UESPI**, v. 10, n. 1, p. 59-78, 2019. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/238>. Acesso em: 9 nov. 2023.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de GRILLO, Sheila; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. São Paulo: Editora 34, 2018.

WALBERG, Eric. Russia-India-China: The Bush Curse. **Global Research**, 11 nov. 2009. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/russia-india-china-the-bush-curse/16033?pdf=16033>. Acesso em: 29 mar. 2023.

WIGGINS, Rosalind; PIONTEK, Thomas; METRICK, Andrew. The Lehman Brothers Bankruptcy A: Overview. **Yale Program on Financial Stability Case Study 2014-3A-V1**, 2014. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2588531](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2588531). Acesso em: 31 mar. 2023.

WILKIN, Peter. Global communication and political culture in the semi-periphery: the rise of the Globo corporation. **Review of International Studies**, v. 34, p. 93-113, 2008. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/abs/global-communication-and-political-culture-in-the-semiperiphery-the-rise-of-the-globo-corporation/11EFC73026C86127755363B7E2C58487>. Acesso em: 20 nov. 2023.

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. Dreaming with BRICs: The Path to 2050. **Global Economics Paper**, n. 99, out. 2003. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.

XAVIER, César. Brasil resiste aos EUA e se abstém em votações da ONU sobre guerra. **Opera Mundi**, 25 mai. 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-na->

ucrania/80849/brasil-resiste-aos-eua-e-se-abstem-em-votacoes-da-onu-sobre-guerra. Acesso em: 07 jun. 2023.

ZAVAM, Aurea Suely. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva:** um estudo com editoriais de jornal. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.